

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI
CAMILA IRIS BATTISTELLA**

**VOZES SILENCIADAS: UM ESTUDO SOBRE AS VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE
EXERCEM A PROSTITUIÇÃO E A BUSCA POR HUMANIZAÇÃO**

RIO DO SUL

2025

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI
CAMILA IRIS BATTISTELLA**

**VOZES SILENCIADAS: UM ESTUDO SOBRE AS VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE
EXERCEM A PROSTITUIÇÃO E A BUSCA POR HUMANIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Psicologia, da Área das Ciências Biológicas, Médica e da Saúde do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como condição parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Profa. Orientadora: Ma. Jully Fortunato Buendgens

**RIO DO SUL
2025**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI
CAMILA IRIS BATTISTELLA**

**VOZES SILENCIADAS: UM ESTUDO SOBRE AS VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE
EXERCEM A PROSTITUIÇÃO E A BUSCA POR HUMANIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia, da Área das Ciências Biológicas, Médica e da Saúde do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como condição parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2025.

Professora orientadora Ma. Jully Fortunato Buendgens

BANCA EXAMINADORA

Professora convidada: Thaís de Oliveira Vieira

Professor indicado: Nelson Mello

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha namorada, Mayara, pelo apoio incondicional, incentivo constante e compreensão durante toda a realização deste trabalho. Sua presença, carinho e paciência foram fundamentais nos momentos de desafio, oferecendo força, motivação e conforto.

Agradeço à professora Jully Fortunato Buendgens, cuja orientação, paciência, dedicação e ensinamentos foram essenciais para a realização desta pesquisa. Seu olhar atento, incentivo constante e acolhimento tornaram todo o processo mais seguro e motivador, ajudando-me a superar desafios e a aprender em cada etapa. Mais do que orientação acadêmica, recebi apoio, confiança e incentivo, que fizeram deste trabalho uma experiência de crescimento pessoal e profissional.

Registro meu profundo agradecimento às mulheres que gentilmente aceitaram participar das entrevistas, compartilhando suas experiências, histórias e perspectivas. A coragem, a confiança e a generosidade de cada uma delas permitiram que este estudo adquirisse um significado real, trazendo à tona as complexidades, desafios e formas de resistência presentes na vivência da prostituição. Sem a participação, abertura e disposição dessas mulheres, esta pesquisa simplesmente não teria sido possível, e meu aprendizado seria incompleto.

A todos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, deixo meu sincero reconhecimento e gratidão. Cada gesto de apoio, cada palavra de incentivo e cada orientação recebida foram fundamentais para que este projeto se tornasse realidade, tornando esta experiência de pesquisa ainda mais significativa e enriquecedora.

RESUMO

A prostituição feminina no Brasil possui uma longa trajetória histórica, marcada por processos de marginalização, estigmatização e invisibilidade social. Desde o período colonial, as mulheres que exerciam atividades sexuais em troca de pagamento foram alvo de preconceito moral, controle social e exclusão das esferas de poder e cidadania. Ao longo do século XX, apesar de algumas tentativas de regulamentação e do reconhecimento legal da atividade, essas mulheres continuaram sendo marginalizadas, enfrentando violência, exploração e restrições à sua autonomia. Atualmente, embora a prostituição seja legalmente permitida, a atividade continua sendo frequentemente desvalorizada socialmente, associada a riscos de violência física e psicológica, exploração econômica e preconceito, o que limita o acesso das mulheres a direitos, políticas públicas e redes de apoio institucional. Essa persistente marginalização evidencia não apenas uma desigualdade histórica, mas também a necessidade de compreender a prostituição como um fenômeno social complexo, que envolve questões de poder, economia, saúde e direitos humanos. O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo investigar as vivências das mulheres que exercem a prostituição. Nesse contexto, a pesquisa investigou as experiências, conheceu as dinâmicas sociais e familiares vivenciadas pelas mulheres, bem como as possíveis redes de apoio, estudou-se as dificuldades e as estratégias de resistência adotadas pelas mulheres na prostituição frente ao estigma social e à violência estrutural e traçou um comparativo entre as vivências de mulheres que exercem a prostituição em locais fechados e nas ruas. Para atender a esses objetivos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com quatro mulheres que exerceram a prostituição na região do Alto Vale do Itajaí/SC por, no mínimo, 6 (seis) meses. Os dados coletados foram analisados de acordo com os objetivos estabelecidos. Fundamentada em uma abordagem fenomenológica, a pesquisa valoriza as vozes das participantes, permitindo que suas experiências sejam analisadas de forma aprofundada e respeitosa. Os achados evidenciam a complexidade do cotidiano dessas mulheres, mostrando como constroem formas de resistência diante dos riscos e do preconceito, bem como a busca pela legitimidade de sua profissão e por direitos fundamentais. Além disso, a pesquisa evidencia a carência de estudos aprofundados sobre diferentes modalidades de atuação na prostituição, os impactos sociais e psicológicos enfrentados pelas mulheres e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar envolvendo saúde, assistência social, direito e políticas públicas. Dessa forma, este trabalho reforça a urgência de consolidar espaços de diálogo, pesquisa e intervenção social que valorizem as vozes das mulheres, promovam estratégias de proteção, autonomia e empoderamento, contribuindo para transformar a percepção social sobre a prostituição e fortalecer direitos e garantias fundamentais.

Palavras-chave: Estigma. Prostituição. Humanização.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	8
1.3 OBJETIVOS	8
1.3.1 Objetivo Geral	8
1.3.2 Objetivos Específicos	9
1.4 JUSTIFICATIVA	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 HISTÓRIA DA SEXUALIDADE E AS MULHERES QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO	11
2.1.1 Antiguidade	11
2.1.2 Idade Média	14
2.1.3 Idade Moderna	15
2.1.4 Idade Pós-Moderna	22
2.2 O ESTIGMA DA PROSTITUIÇÃO E A NECESSIDADE DOS VÍNCULOS SOCIAIS	23
2.3 MULHERES EM CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO DE RUA E LOCAIS PRIVADOS NO BRASIL	28
2.4 A PROSTITUIÇÃO NA ATUALIDADE	30
2.4.1 Modelos de prostituição	32
2.4.1.1 Modelo fechado	32
2.4.1.2 Modelo aberto	36
2.4.1.3 Modelo misto	38
2.4.2 Modalidades especiais de prostituição	39
2.4.2.1 <i>Girlfriend Experience (GFE)</i>	39
2.4.2.2 <i>Toda a Noite</i>	39
2.4.2.3 <i>Fast Foda</i>	40
2.5 PRÁTICAS DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO	40
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.1 MODALIDADE DE PESQUISA	43
3.2 LOCAL DE PESQUISA	44
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	44
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	45
3.5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	47
3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	48
3.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	48
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	51
4.1 CONHECENDO AS NOSSAS PARTICIPANTES	52
4.1.1 Ametista	53
4.1.2 Esmeralda	53
4.1.3 Rubi	54

4.1.4 Safira.....	55
4.2 ANÁLISE POR OBJETIVO	56
4.2.1 Caminhos que levam e sustentam a permanência	56
4.2.2 O peso emocional das primeiras experiências.....	59
4.2.3 Entre o julgamento e o acolhimento: Onde se constroem as redes de apoio.....	62
4.2.4 A invisibilidade e o julgamento	65
4.2.5 Vivências e resistências: o cotidiano de mulheres em busca de reconhecimento	67
4.2.5.1 Rua.....	69
4.2.5.2 Bares.....	72
4.2.5.3 Casas de Prostituição.....	74
4.2.5.4 Sites de acompanhante	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
APÊNDICES	84
APÊNDICE A	84
APÊNDICE B.....	85
ANEXOS	87
ANEXO A	87
ANEXO B	92
ANEXO C	94
ANEXO D	95
ANEXO E.....	96
ANEXO F.....	97
ANEXO G	98

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é investigar as vivências das mulheres que exercem a prostituição¹ levando em consideração os estigmas e as estratégias para lidar com as dificuldades. O estudo busca investigar a realidade destas mulheres em um contexto que frequentemente as marginalizam, contribuindo para sua vulnerabilidade e instabilidade na sociedade. Essa condição é reforçada por discriminações e exclusões que desconsideram suas histórias, motivações e desafios individuais.

O estigma social associa o trabalho sexual a um desvio moral, ignorando as complexidades que podem levar à escolha ou à necessidade dessa profissão. Essa visão preconceituosa restringe o acesso a direitos fundamentais como saúde, segurança e proteção, aprofundando ainda mais a vulnerabilidade dessas mulheres. Para compreender plenamente as consequências desse estigma, é essencial contextualizar o papel social e histórico atribuído a essas profissionais ao longo do tempo.

Historicamente, as mulheres na prostituição ocuparam papéis sociais contraditórios, em certos períodos foram respeitadas como figuras influentes, enquanto em outros, foram marginalizadas e demonizadas. Ao longo dos séculos, disparidades de gênero e normas sociais reforçaram a exclusão daquelas que não se adequaram aos papéis convencionais impostos pela sociedade, perpetuando estigmas que ainda impactam suas experiências (Guimarães, 2007).

Além disso, este estudo explora efeitos psicológicos do estigma, como o impacto na autoestima e o isolamento social. Analisa também as estratégias desenvolvidas por essas mulheres para lidar com o preconceito, incluindo a criação de redes de apoio e a ressignificação de suas vivências. Nesse contexto, a humanização emerge como um aspecto essencial, promovendo o reconhecimento de suas histórias, direitos e dignidade.

Compreender essas dinâmicas é fundamental para construir uma sociedade mais inclusiva, baseada na empatia em vez de preconceito. Esse trabalho pretende contribuir para uma visão mais humanizada das mulheres na prostituição, ampliando a compreensão das repercussões sociais e psicológicas do estigma e destacando a importância de valorizá-las como indivíduos plenas e dignas de respeito.

¹ Muitos foram os nomes historicamente utilizados para designar mulheres que exercem a prostituição: putas, prostitutas, meretrizes, raparigas, quengas, mulheres da vida, garotas de programa, garotas de aluguel, vadias, acompanhantes ou ainda um termo mais antigo cortesãs. Entretanto, considerando o respeito e a intenção deste trabalho de não perpetuar o estigma social associado à prostituição ao logo da história, iremos utilizar o termo *mulheres que exercem a prostituição*.

Efetua-se uma pesquisa exploratória com elementos descritivos. O objetivo é investigar as vivências das mulheres que exercem a prostituição levando em consideração os estigmas e as estratégias para lidar com as dificuldades. O estudo busca identificar e analisar os principais desafios enfrentados por essas mulheres em seus contextos de trabalho, considerando aspectos como segurança, saúde, condições laborais e exposição ao estigma social. Além de trazer à tona as vivências atuais dessas mulheres, a pesquisa investigou se há discrepâncias significativas entre as realidades vividas pelas mulheres que atuam em locais fechados e em ruas, contribuindo para um entendimento mais amplo e contextualizado dessa realidade.

A presente pesquisa está contemplada dentro da linha de pesquisa da *Psicologia e Processos Psicossociais*, onde, essa linha propõe investigar a articulação entre aspectos psicológicos e sociais, tendo em vista a indissociabilidade entre ambos. Contempla temas que se apresentam no cotidiano contemporâneo, considerando os olhares da psicologia mediante suas intervenções e reflexões pautadas em uma práxis ético-política.

A seguir, este trabalho apresentará os delineamentos metodológicos da pesquisa, bem como o referencial teórico que a fundamenta. O embasamento teórico será composto por uma análise aprofundada dos seguintes eixos temáticos: a história da sexualidade e seus desdobramentos na construção dos discursos sociais sobre o corpo e o desejo; os estigmas historicamente atribuídos à prostituição e seus impactos nos vínculos sociais das mulheres que a exercem; a realidade dessas mulheres tanto no contexto das ruas quanto em espaços privados de trabalho no Brasil; a prostituição na atualidade; e, por fim, as práticas da psicologia no campo da prostituição, refletindo sobre os desafios éticos, clínicos e sociais que atravessam o fazer psicológico nesse cenário.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais as vivências das mulheres que exercem a prostituição levando em consideração os estigmas e as estratégias para lidar com as dificuldades?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar as vivências das mulheres que exercem a prostituição levando em consideração os estigmas e as estratégias para lidar com as dificuldades.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a. Compreender as vivências das mulheres que exercem a prostituição;
- b. Abarcar as experiências das mulheres que exercem prostituição;
- c. Conhecer as dinâmicas sociais e familiares vivenciadas pelas mulheres, bem como as possíveis redes de apoio;
- d. Estudar as dificuldades e as estratégias de resistência adotadas pelas mulheres na prostituição frente ao estigma social e à violência estrutural;
- e. Traçar um comparativo entre as vivências de mulheres que exercem a prostituição em locais fechados ou nas ruas.

1.4 JUSTIFICATIVA

É de suma importância que todas as pessoas tenham seus direitos básicos assegurados, incluindo saúde mental, contatos sociais e acesso a redes de apoio. No entanto, a prostituição, atividade que envolve milhões de pessoas em todo o mundo, ainda é cercada por preconceitos e estigmas que impõem desafios profundos às mulheres que dela dependem para sua sobrevivência. Historicamente, essas mulheres enfrentam discriminação, exclusão social e são frequentemente vistas de maneira negativa, o que afeta diretamente sua autoestima, identidade e saúde mental. O estigma associado à prostituição não apenas as marginaliza, mas também compromete seu bem-estar psicológico, tornando-as vulneráveis a sentimentos de inadequação, insegurança e isolamento.

Segundo a BBC News (2015) um estudo da Fundação Scelles, organização francesa que luta contra a exploração sexual, mais de 40 milhões de pessoas no mundo se prostituem atualmente, sendo a grande maioria (75%) mulheres com idades entre 13 e 25 anos. Esses números evidenciam uma realidade global marcada por vulnerabilidades sociais, econômicas e emocionais, que demandam atenção e ações concretas. Nesse contexto, é imprescindível compreender as experiências emocionais e psicológicas dessas mulheres, analisando como o estigma e a discriminação impactam sua percepção de si mesmas e sua capacidade de viver de forma saudável e digna.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de dar voz a essas mulheres, proporcionando um espaço para que possam expressar suas vivências, sentimentos e perspectivas. Ao abordar essas questões, busca-se fomentar um debate mais justo e humano sobre a prostituição,

contribuindo para a redução do estigma social e para a criação de estratégias que promovam sua recuperação emocional, autoestima e qualidade de vida.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa tem como base uma abordagem teórica e conceitual que integra perspectivas históricas, sociais e culturais para analisar a prostituição, com foco nos estigmas associados a essa prática e em suas implicações para a construção da identidade e a vivência das profissionais do sexo. A seguir, serão discutidos os principais conceitos e teorias que fundamentam o estudo, buscando compreender como as questões históricas, os contextos sociais e os fatores culturais moldam as experiências dessas mulheres.

2.1 HISTÓRIA DA SEXUALIDADE E AS MULHERES QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO

Em um certo ponto da história, a sexualidade deixou de ser vista apenas como uma característica biológica e passou a ser compreendida como um fenômeno cultural. Cada sociedade desenvolveu suas próprias normas, crenças e valores relacionados ao tema, que ganha relevância ao se conectar com diversos aspectos que influenciam a vida humana (Araújo, 1999). Para obter uma compreensão mais ampla, é necessário compreender um pouco sobre o papel da mulher na história da sexualidade e como eram vistas as mulheres que exercem a prostituição.

2.1.1 Antiguidade

O papel da mulher na Grécia Antiga era marcadamente distinto e muito mais restrito, onde a posição da mulher permanecia essencialmente ligada à esfera doméstica, em sua maioria, excluídas dos aspectos públicos da vida e não ativas das mesmas formas de educação e formação cívica que os homens, onde a educação das mulheres era limitada, com suas funções centradas em torno da administração do lar e da criação dos filhos. Eram vistas como reprodutoras e cuidadoras, ocupando um papel secundário em uma sociedade que privilegiava a cidadania masculina e o desenvolvimento intelectual e social dos homens (Guimarães, 2007).

Neste mesmo pensamento,

Galeno, médico que vivia em Roma trás essa mesma ideia de incompletude, postulava que o corpo da mulher não é desenvolvido e a única diferença entre o órgão reprodutor do homem e da mulher seria em decorrência de uma falta de aquecimento que impedia o seu desenvolvimento completo. Classificando as mulheres como “menos humanas” (Laqueur, 1992, *apud* Guimarães, 2007, p.23).

Portanto, enquanto os homens jovens se preparavam para se tornarem cidadãos com direitos e deveres, as mulheres permaneciam em uma posição subalterna, sem o mesmo acesso à educação, poder ou participação pública. Essa dinâmica reforçava a desigualdade de gênero e limitava a mulher a um espaço de submissão e serviço, perpetuando a exclusão feminina do protagonismo na sociedade grega (Guimarães, 2007).

Em contrapartida, as cortesãs ou hetairas, como também eram chamadas, desempenharam um papel cultural significativo. Diferentemente das prostitutas² comuns, as hetairas eram mulheres educadas, muitas vezes treinadas em artes como música, dança e oratória, além de possuírem conhecimento filosófico. Elas participavam de banquetes (simpósios) frequentados por homens da elite, onde debatiam questões culturais, políticas e filosóficas. Embora essas mulheres estivessem à margem da sociedade em termos legais e sociais, algumas conquistaram grande influência política e cultural (Guimarães, 2007).

Na Mesopotâmia as mulheres desempenhavam papéis diversos e eram vistas de maneira multifacetada, dependendo de seu *status* social, econômico e religioso. No âmbito religioso, as sacerdotisas, especialmente aquelas associadas à prostituição sagrada, eram altamente respeitadas. Elas eram consideradas mediadoras entre o mundo humano e o divino, desempenhando papéis fundamentais nos rituais que garantiam a fertilidade da terra e a prosperidade das comunidades. Contudo, essa posição privilegiada coexistia com uma sociedade patriarcal onde, fora do contexto religioso, as mulheres geralmente ocupavam uma posição subordinada aos homens e tinham direitos limitados em relação à herança e ao casamento. Já as mulheres que exerciam a prostituição ditas como comuns, não recebiam o mesmo respeito. Elas eram vistas como figuras marginais, muitas vezes associadas à pobreza e à sobrevivência em condições adversas. Enquanto as sacerdotisas estavam integradas em um sistema simbólico de grande significado cultural, as prostitutas que atuavam fora dos templos eram estigmatizadas e tinham pouco prestígio. Essa distinção evidenciava como o contexto religioso elevava o papel de algumas mulheres, ao mesmo tempo em que perpetuava a marginalização de outras (Montalvão, 2020).

No Egito, as mulheres, de maneira geral, desfrutavam de mais direitos e liberdade em comparação a outras civilizações antigas. Elas podiam possuir propriedades, herdar bens, trabalhar em profissões respeitadas e até mesmo se divorciar (Batista, 2011). Onde, a crescente fértil, em civilizações como Babilônia, Suméria, Fenícia, Egito e Canaã, a sexualidade era

² Na sessão sobre a história da prostituição, podem aparecer termos como prostituta ou outros carregados de preconceito, entretanto cabe salientar que se trata justamente de um levantamento histórico em que estes termos eram usuais.

frequentemente associada a rituais sagrados e divindades da fertilidade, como Ishtar, Baal e Hathor. Essas práticas, muitas vezes interpretadas como "prostituição sagrada", eram parte integrante de cultos religiosos que visavam assegurar a fertilidade da terra, a prosperidade das colheitas, a reprodução dos animais e o bem-estar das famílias. A sexualidade, nesse contexto, não era vista como algo meramente profano ou instintivo, mas como uma expressão simbólica e ritualística que conectava os seres humanos ao divino e ao ciclo da natureza (Batista, 2011).

No entanto, a interpretação dessas práticas ao longo da história tem sido influenciada por visões etnocêntricas e moralistas, especialmente a partir do século XIX Batista (2011) descreve a:

“promiscuidade do sexo” como um “resultado inevitável da barbárie, que não tem outra norma de conduta além do instinto” (1885). Essa perspectiva reflete uma leitura anacrônica e reducionista, que ignora o significado cultural e religioso desses rituais, enquadrando-os em uma visão evolucionista que classificava as sociedades antigas como “primitivas” (Batista, 2011, p.196).

Estudos contemporâneos, destacam a necessidade de compreender essas práticas em seu contexto original, reconhecendo que a "prostituição sagrada" e outros rituais sexuais eram parte de um sistema complexo de crenças e práticas religiosas. Esses rituais não podem ser reduzidos a meros atos de promiscuidade ou instinto, mas devem ser vistos como expressões de uma cosmovisão que integrava a sexualidade à esfera do sagrado e ao equilíbrio cósmico. Portanto, é fundamental analisar essas práticas com sensibilidade cultural, evitando projeções anacrônicas que distorcem seu significado histórico e religioso (Batista, 2011).

Com o advento do Cristianismo e outras religiões monoteísta a sexualidade passou a ser fortemente associada à noção de culpa e pecado. Isso reforçou um estigma moral em relação a práticas sexuais que fugiam dos parâmetros estabelecidos por essas doutrinas religiosas. A prostituição, em particular, foi retratada como uma violação dos princípios de moralidade e pureza sexual, uma perspectiva que moldou as normas culturais e sociais e que persiste até os dias atuais. A ideia de que a prostituição era um desvio moral contribuiu para a construção de uma narrativa de marginalização que transcendeu séculos. Esse olhar moralista e religioso classificou as mulheres que praticavam a prostituição como párias sociais, identificando-as com comportamentos indesejáveis e imorais. Essa percepção foi perpetuada por meio de normas culturais e sociais que reforçavam a exclusão e a estigmatização dessas mulheres, tornando-as alvos de discriminação e preconceito (Guimarães, 2007).

Os bordéis no cristianismo foram historicamente marcados por uma relação contraditória entre tolerância e condenação, refletindo os valores religiosos, morais e sociais de diferentes períodos (Guimarães, 2007).

2.1.2 Idade Média

Durante a Idade Média, em particular, a Igreja desempenhou um papel ambivalente em relação à prostituição e aos bordéis. Por um lado, a prostituição era vista como um pecado, e as mulheres que trabalhavam nos bordéis eram frequentemente condenadas moralmente. Por outro lado, a prostituição era considerada um "mal necessário", uma forma de evitar pecados considerados mais graves, como o adultério e o estupro, protegendo assim as mulheres "honestas" e a instituição do matrimônio (Guimarães, 2007).

Muitas cidades cristãs regulamentavam os bordéis, permitindo sua operação em áreas específicas e até cobrando impostos sobre eles, embora houvesse um esforço contínuo da Igreja para reabilitar as mulheres envolvidas. Movimentos religiosos, como as ordens mendicantes e as comunidades de caridade, às vezes criavam refúgios para acolher e "reformatar" essas mulheres, ajudando-as a deixar a prostituição e reintegrar-se na sociedade (Guimarães, 2007).

Segundo Guimarães (2007), apesar dessa tolerância pragmática, o estigma em torno dos bordéis e de quem neles trabalhava era reforçado por doutrinas cristãs que associavam a prostituição ao pecado e à perda da moralidade. Essa visão ajudou a perpetuar a marginalização dessas mulheres, colocando-as em um lugar de constante exclusão e julgamento dentro das sociedades cristãs. Onde, juntamente com a criação do comércio urbano “[...] a prostituição foi a forma encontrada por algumas mulheres para sustentarem sua família e sobreviverem. Por mais que as autoridades tentassem desencorajar essa prática, elas se estabeleciam em suas casas e em bordéis à beira das cidades” (Parent-Duchatelet, 1955 *apud* Guimarães, 2007, p.43).

Com o tempo, a prostituição passou a ser tolerada sob determinadas restrições, o que proporcionou às mulheres que exercessem um período com menor opressão e controle social (Guimarães, 2007). Durante a primeira metade da Idade Média, tanto o clero quanto as autoridades civis enfrentavam limitações em termos de disposição e poder para erradicar a prática da prostituição. Essa situação era sustentada por diversos fatores, incluindo a ambiguidade moral e os interesses financeiros da própria igreja onde além de usufruir dos serviços das prostitutas, a igreja também obtinha lucro com os bordéis, muitas vezes por meio da cobrança de taxas e regulamentação desses estabelecimentos em determinadas regiões (Guimarães, 2007).

Essa prática destacava uma contradição evidente entre a doutrina moral da igreja, que pregava a castidade e a virtude, e suas ações econômicas. Ao invés de combater a prostituição de forma consistente, a instituição religiosa preferia tolerá-la e até lucrar com ela, justificando-a como um "mal necessário" para conter outros pecados maiores e manter a ordem social. Essa abordagem pragmática e ambígua reforçava a coexistência da prostituição com normas religiosas que, paradoxalmente, a condenavam.

[...] os próprios cleros se utilizavam dos serviços das prostitutas e complementa qualquer encontro dos todo-poderosos da igreja podia garantir a contratação de prostitutas com uma grande generosidade [...] até mesmo dentro do próprio Vaticano, onde muitas prostitutas viviam em propriedade da Igreja (Roberts 1998, p.112 *apud* Guimarães 2007, p. 44).

Desde meados do século XIX, consolidou-se um modelo normativo de mulher que reforçava a imagem de fragilidade, delicadeza e dedicação total à família e ao lar. Esse arquétipo, que se tornou dominante nas sociedades ocidentais, posicionava as mulheres como guardiãs da moralidade e da virtude, encarregadas de manter os valores éticos e o bem-estar familiar. Características como abnegação, vigilância e uma constante dedicação aos outros eram vistas como qualidades essenciais da "mulher ideal", que deveria priorizar o cuidado do lar e das pessoas ao seu redor. Essa imagem feminina era moldada por um conjunto de expectativas sociais que promoviam a submissão e o sacrifício pessoal em nome do bem-estar familiar e da estabilidade social. A postura abnegada, muitas vezes associada à subserviência, tornava-se não apenas um ideal, mas também uma norma que restringia a autonomia e os papéis da mulher na esfera pública. Esse paradigma reforçava a divisão rígida de gênero, limitando as mulheres a funções privadas e de suporte, enquanto os homens ocupavam os espaços de poder e liderança (Rago, 1985).

Juntamente, surgiram novas expectativas sobre elas, formas de comportamento de etiqueta, onde “se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada” (Rago, 1985, p.62). Quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos e do marido (Rago, 1985).

2.1.3 Idade Moderna

No século XIV, o crescimento das vilas e cidades europeias trouxe um aumento significativo na pobreza, que afetou especialmente as mulheres. Com a expansão das condições

de mercado livre e a instabilidade econômica, a prostituição tornou-se uma prática mais difusa e difícil de ser combatida. A necessidade de sobrevivência levou muitas mulheres a recorrerem ao meretrício como forma de sustento. Diante desse cenário, a prática da prostituição continuou a prosperar, mas de maneira ilegal. Muitas fronteiras operavam à margem da lei, mantendo-se em atividade graças a acordos informais e particulares com as autoridades locais. Esses arranjos permitiram que, embora não fossem necessários mais um direito legal de existência, os bordéis funcionassem por meio de uma tolerância tácita. Essa convivência ambígua entre repressão e permissão informal reflete tanto o reconhecimento da prostituição como um "mal necessário" quanto a incapacidade das autoridades de erradicá-la completamente. Assim, a prostituição persistia, mas sob condições que a tornavam ainda mais vulnerável e exposta à exploração e à repressão ocasional (Guimarães, 2007).

Vale ressaltar que, durante a Reforma, a posição de inferioridade da mulher se manteve intacta, assim como no Renascimento, uma vez que ambos os períodos foram dominados por homens. A Reforma, apesar de suas críticas e mudanças em relação à Igreja Católica, não alterou a perspectiva sobre o papel da mulher na sociedade; pelo contrário, a repressão da natureza feminina tornou-se ainda mais rígida. Essa repressão era reforçada pela dualidade na percepção da mulher: de um lado, a figura espiritual idealizada e intocável da Virgem Maria, que simbolizava a pureza e a virtude, e de outro, a imagem da mulher real, frequentemente vista de forma depreciativa. As mulheres eram muitas vezes retratadas como portadoras de uma natureza considerada inferior e perigosa, sendo associadas a comportamentos depravados e tidas como suscetíveis a pactos demoníacos. Essa visão consolidou a marginalização feminina, perpetuando uma narrativa que combinava desprezo e desconfiança em relação às mulheres, justificando atitudes repressivas e reforçando sua subordinação social (Guimarães, 2007).

Em relação à prostituição, consta que João Calvino, uma das figuras centrais da Reforma Protestante, introduziu uma postura ainda mais rígida em comparação com outros reformadores. Calvino ampliou a moralidade religiosa para condenar qualquer forma de libertinagem, reforçando uma ética estrita que buscava regular todos os aspectos da vida social e pessoal. Essa visão influenciou bastante a percepção da prostituição, transformando-a em uma prática ainda mais estigmatizada e associada à manipulação moral. Como consequência da Reforma e da subsequente Contrarreforma, muitos países europeus herdaram um tratamento cruel em relação às prostitutas. Essa nova moralidade, mais repressiva, resultou em uma série de ações punitivas que vão desde a expulsão dessas mulheres das cidades até castigos bárbaros, incluindo punições físicas severas e espancamentos. O reforço desse controle social sobre o comportamento sexual, especialmente feminino, serviu para consolidar normas de moralidade

que excluía e marginalizavam ainda mais as mulheres envolvidas na prostituição, perpetuando uma narrativa de criminalização e estigma que deixava marcas profundas na história social da Europa (Guimarães, 2007).

Além disso, Guimarães (2007) complementa que o surgimento de grandes epidemias de infecções sexualmente transmissíveis apresentou à igreja um novo pretexto para intensificar a repressão à prostituição. A prática passou a ser vista não apenas como um pecado que corrompe a moralidade, mas também como uma ameaça à saúde pública. Essa associação reforçou a marginalização das mulheres que exerceram o meretrício, justificando ainda mais a perseguição e os castigos severos. Apesar disso, o meretrício continuou a existir, mas de maneira clandestina. A repressão institucional empurrou a prática para as margens da sociedade, criando um cenário em que as prostitutas se viam obrigadas a atuar em condições ainda mais precárias e inseguras. Essa clandestinidade exacerbava os riscos e dificultava o acesso a qualquer forma de proteção ou apoio, perpetuando a vulnerabilidade e o estigma associado à profissão. Assim, o controle e as publicações religiosas e sociais não eliminaram a prostituição, mas se transformaram em uma atividade ainda mais marginalizada e estigmatizada.

Sobre essa questão:

Nos fins do século XV houve uma grande difusão da sífilis em toda a Europa, coincidindo com isto as crises da Reforma e da Contra-Reforma, as atitudes de intolerância se aguardando para se exibirem os dois lados quem era o mais santo e puro. Começaram as prostitutas a ser proibidas em quase toda Europa (Freitas, 1966, p.11 *apud* Guimarães, 2007, p. 46-47).

Nos séculos XV e XVI, o Renascimento despontou na Itália e rapidamente influenciou diversas áreas da atividade humana, marcando uma importante transição da Idade Média para a Idade Moderna. Esse período foi caracterizado pelo ressurgimento das doutrinas clássicas, que moldaram a estrutura social de maneira a reforçar a centralidade da figura masculina. De acordo com esses princípios, o homem era visto como a figura dominante, com o papel de exercer o poder e a liderança nas esferas política e econômica. Por outro lado, às mulheres era reservado o cuidado da esfera privada, função considerada de menor importância. Elas eram vistas principalmente como responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo gerenciamento da casa, o que as restringia ao papel de donas de casa e limitava sua participação na vida pública e nas oportunidades de desenvolvimento pessoal. Essa divisão refletia e perpetuava uma hierarquia social rigidamente pautada no gênero, que consolidava a subordinação feminina (Guimarães, 2007).

A segregação da mulher ao ambiente doméstico durante o Renascimento e a postura masculina de dominância abriram espaço para o retorno de uma instituição clássica: as profissionais do sexo de alta classe. As *cortegianes* (cortesãs) destacavam-se como figuras de grande influência e prestígio. Eram mulheres instruídas, ricas e independentes, com habilidades que iam além das práticas sexuais, abarcando também a capacidade de interagir socialmente de forma refinada e intelectual. Dessa maneira, elas supriam tanto as necessidades sexuais quanto às aspirações de companhia dos homens da elite, que mantinham suas esposas limitadas à esfera privada e doméstica (Guimarães, 2007).

Em contraste, existiam as chamadas *puttanas* de rua, que viviam em condições muito mais adversas. Sua realidade era marcada por uma série de regulamentações e proibições que restringiam suas atividades e direitos. Diferentemente das cortesãs de alta classe, essas mulheres raramente tinham a chance de ascender socialmente e viviam marginalizadas, sem o prestígio ou a independência de suas contrapartes de status elevado (Guimarães, 2007).

No século XVI, a Reforma Protestante emergiu em resposta aos abusos e práticas questionáveis da Igreja Católica, influenciada por um contexto de mudança de perspectiva promovido pelo Renascimento. Essa transformação gerou um movimento de puritanismo que se manifestou tanto na esfera política quanto na cultural. A nova orientação protestante, liderada por figuras como Lutero, buscou reformar a moral e os costumes da sociedade (Guimarães, 2007).

Segundo Guimarães (2007, p.45), “o protestantismo fizera com que o governo se pusesse à testa de uma reforma de costumes, ou seja, a nova imagem protestante do homem e da sociedade criou uma nova e pesada moralidade sexual, mais ortodoxa e repressiva do que da Igreja inicial”. Essa moralidade enfatizava a disciplina, a contenção e o controle sexual, indo além das práticas vigentes na Igreja Católica. Assim, o movimento protestante, ao promover uma moralidade mais rígida, acabou influenciando profundamente as normas sociais e sexuais, moldando uma ética de comportamento que perdurou por séculos.

Lutero afirmava que o sexo tinha uma função primordial: a procriação dentro do casamento heterossexual. Fora desse contexto, ele defendia a castidade total, acreditando que o ato sexual em si era algo impuro. Essa perspectiva de Lutero se chocava com o ideal do celibato clerical católico, que ele considerava irrealista e propenso a gerar corrupção e hipocrisia dentro da Igreja. Para ele, a abstenção imposta aos padres era contrária à natureza humana e, portanto, propensa a falhas. Ele também se opunha fortemente à permissividade em relação a comportamentos sexuais masculinos fora do casamento, uma prática que, sob certos parâmetros da moralidade católica da época, era muitas vezes vista com condescendência por ser atribuída

à "natureza masculina". Lutero via tais indulgências como um reflexo de corrupção moral e defendia um comportamento sexual mais disciplinado e comprometido, independentemente do gênero (Guimarães 2007).

Como a prostituta não se encaixava nos moldes do matrimônio, passou então a ser rejeitada, até porque o próprio Lutero era definitivamente antiprostituição. Suas opiniões e superstições a respeito do assunto fizeram com que se fechassem grandes números de prostíbulo, e as mulheres que trabalhavam nessas casas ficaram sem emprego e sem dinheiro (Guimarães 2007, p.45).

No século XVIII, o cenário da prostituição na Europa passou por uma transformação notável, especialmente entre as classes mais abastadas. Essa época foi marcada pelo surgimento de bordéis mais elaborados, projetados para atender aos variados desejos e preferências dos clientes. Essas casas de prazer incluíam uma ampla gama de serviços, como haréns de mulheres, práticas de sadomasoquismo e até mesmo salas especiais onde era possível assistir a outras pessoas em atos sexuais, um reflexo da busca crescente por experiências diversificadas e estimulantes. O *marketing* da época também se adaptou a essas mudanças. Proprietários de bordéis e prostitutas independentes começaram a distribuir cartões de apresentação em ruas movimentadas e pontos de encontro, sinalizando um avanço no modo de atrair clientes. Essa prática indicava uma inovação na maneira de promover negócios sexuais, mostrando como a prostituição estava se expandindo rapidamente e se modernizando em suas táticas comerciais (Guimarães, 2007).

Com o advento do Iluminismo, a família tornou-se um dos focos centrais, onde a mulher foi mais uma vez relegada ao espaço doméstico, com a expectativa de que se dedicasse exclusivamente à maternidade e ao cuidado da casa. Essa idealização da esposa e da mãe virtuosa serviu para fortalecer a moralidade e as estruturas familiares que sustentavam a ordem social. Quanto mais a imagem da mulher como esposa e guardiã do lar era exaltada, mais a figura da prostituta era rebaixada no discurso moral e público. No entanto, paradoxalmente, elas continuaram a desempenhar um papel essencial na sociedade. Eles ofereceram uma forma de os homens se afastarem da abstinência sexual imposta pelas normas sociais e religiosas, o que mantinha a prostituição em funcionamento e, de certa forma, necessidade para a manutenção da estrutura social da época (Guimarães, 2007)

Segundo Guimarães (2007) a imoralidade presente na aristocracia, caracterizada por práticas licenciosas e pelo desvio das normas regulamentares, assegurava que a prostituição permanecesse relativamente isenta de estigmas severos. Esse contexto permitiu que, apesar do

rebaixamento moral em comparação às esposas, as prostitutas mantivessem sua relevância na dinâmica social e sexual dos homens da época.

No final do século XVIII, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa transformaram profundamente a economia e a sociedade europeia. O surgimento da Revolução Industrial trouxe consigo um cenário de miséria generalizada, especialmente nas novas áreas urbanas para onde se dirigiam os ex-camponeses em busca de melhores condições de vida. As mulheres foram particularmente afetadas por essa mudança. Embora alguns conseguissem empregos nas fábricas, seu progresso era extremamente baixo e muitas vezes insuficiente para garantir a subsistência, levando-a a depender financeiramente dos maridos (Guimarães, 2007).

As condições precárias de sobrevivência forçaram muitas mulheres a recorrer à prostituição como forma de obter alguma renda ou mesmo favores de patrões e capatazes, resultando em um aumento expressivo da prostituição e do tráfico de mulheres. Esse período testemunhou um crescimento na exploração sexual, intensificado pela vulnerabilidade econômica das mulheres. Guimarães afirma que “no ano de 1899 ocorreram os primeiros movimentos contra a escravidão e a exploração de mulheres e crianças” (2007, p.48). Tais movimentos visavam combater as condições desumanas em que muitas mulheres eram obrigadas a viver, impulsionando a discussão sobre os direitos das mulheres e a luta contra a exploração sexual e laboral. Esses esforços iniciais plantaram as sementes para futuras lutas por igualdade de gênero e justiça social.

Guimarães (2007), explica que apesar da promessa de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, restaurou-se e reforçou doutrinas que limitavam o papel da mulher na esfera doméstica. Enquanto as ideias revolucionárias propunham uma nova ordem social, essas mudanças eram, em grande parte, restritas aos homens, mantendo as mulheres numa posição subordinada e definida por normas de comportamento. Nesse contexto, as prostitutas enfrentaram um aumento na marginalização e repressão. A nova ordem moral da época considerava a prostituição uma violação dos valores familiares e sociais que a revolução buscava restaurar e fortalecer. A contradição era evidente: enquanto a revolução pregava direitos e liberdade para os cidadãos, as mulheres, especialmente as que se encontravam fora do modelo idealizado de esposa e mãe, ajudavam a sofrer as consequências de uma sociedade que mantinha seu controle moral e social. Assim, a prostituição, longe de ser eliminada, é marginalizada, com as mulheres que experimentam discriminação e diversas restrições sociais. Portanto, “mais uma vez na história, o papel da prostituta se faz necessário, para canalizar as exigências do sexo masculino, sendo vista ao mesmo tempo como essencial e nojenta” (Guimarães, 2007, p.49).

O comércio do sexo e a família foram os dois pilares da moralidade vitoriana, sustentando a estrutura social da época. Essa moralidade foi amplamente influenciada pela divisão de classes que caracterizou a sociedade do século XIX. A ciência do período, motivada por esse contexto, passou a se dedicar ao estudo das prostitutas, reforçando o estigma crescente por meio de teorias que as aprisionavam em um status específico e hierarquicamente inferior, separando-as das mulheres consideradas "respeitáveis". As prostitutas daquela época eram majoritariamente mulheres da classe trabalhadora que, após o início precoce de sua vida sexual, viam na prostituição uma forma de obter melhores salários, autonomia e uma vida menos árdua. Essa escolha, embora movida por razões de sobrevivência e busca de melhores condições, levou a uma crescente estigmatização e exclusão social, já que as prostitutas eram tratadas como um grupo à parte, sem acesso aos mesmos direitos e respeito às mulheres das classes mais altas (Guimarães, 2007). Essa separação acentuava a desigualdade e perpetuava um ciclo de marginalização que refletia as divisões sociais e econômicas da era vitoriana.

Do final do século XIX ao início do século XX, a prostituição passou a ser alvo de crescente repressão e estigma em diversas partes do mundo. Esse período foi marcado por um forte movimento de controle social e moralidade, que via na prostituição uma ameaça à ordem pública e à saúde. As mulheres que exerciam essa prática eram frequentemente responsabilizadas pela propagação de doenças venéreas, ou que justificavam, sob a ótica das autoridades, a implementação de políticas rigorosas de controle. As medidas adotadas incluíam o policiamento ativo das áreas onde as prostitutas atuavam, a vigilância constante e até a prisão. Muitas dessas mulheres enfrentavam não apenas o estigma social, mas também condições legais punitivas que buscavam reprimir suas atividades (Guimarães, 2007).

As legislações e as práticas de policiamento frequentemente visavam "proteger" a sociedade, mas, na verdade, reforçam a marginalização dessas mulheres, que continuavam a viver em condições de vulnerabilidade e perseguição. Assim, a prostituição passou de uma atividade tolerada e, em alguns casos, regulamentada, para um foco de políticas repressivas e moralizantes que deixaram um legado de exclusão e estigma que perdura em muitas sociedades até os dias atuais (Guimarães, 2007).

Com a abolição dos Atos das Doenças Contagiosas em 1886, o controle e a repressão às prostitutas não desapareceram completamente. Em vez disso, permaneceram disfarçados sob o chamado Movimento de Pureza Social, que perpetuava a marginalização e dificultava ainda mais as condições de trabalho para essas mulheres. O movimento impôs uma vigilância constante, promovida por ativistas e autoridades, ou que se tornou suscetível a abusos de diferentes setores da sociedade. Essa repressão contínua afirmou que, mesmo sem a legislação

oficial, elas ainda eram vistas como um problema moral a ser combatido. Com o passar do tempo, e após mais de um século de campanhas dirigidas contra a prostituição, as prioridades sociais e políticas mudaram, especialmente devido às grandes guerras mundiais, à Revolução Russa e à Grande Depressão. Esses eventos desviaram a atenção para outros assuntos urgentes, mas o estigma associado às prostitutas permaneceu (Guimarães, 2007).

Guimarães (2007) enfatiza que, durante os regimes nazista-fascistas e outros sistemas totalitários, predominavam ideais patriarcais rígidos, a repressão contra as prostitutas foi especialmente severa. Esses regimes cometeram diversas atrocidades, sustentando a visão de que as mulheres que desafiavam as normas tradicionais de moralidade eram principalmente controladas ou eliminadas. Sob tais sistemas, as políticas discriminatórias e os atos de violência contra as prostitutas tornaram-se ainda mais cruéis, refletindo e reforçando a opressão institucionalizada e a marginalização social que essas mulheres enfrentavam.

2.1.4 Idade Pós-Moderna

A partir do século XX, em resposta às preocupações com o crime organizado e à necessidade de regularizar práticas marginalizadas, alguns países ocidentais descobriram a exploração de formas de legalizar a prostituição. No entanto, essa legalização frequentemente se limitava aos bordéis regulamentados, enquanto a prostituição em espaços públicos continuava proibida. A intenção era controlar a prática e reduzir as atividades criminosas relacionadas, mas, mesmo com a regulamentação, as prostitutas ainda enfrentavam discriminação e estigma (Guimarães, 2007).

Na década de 1980, uma emergência da epidemia de AIDS trouxe um impacto significativo para a prostituição. A falta de conhecimento sobre medidas profiláticas em relação às doenças sexualmente transmissíveis (DST)³ agravou a propagação do vírus do sexo, gerando pânico e aumentando o estigma social em torno das trabalhadoras do sexo. Em resposta, os sistemas de saúde públicos passaram a implementar intervenções profiláticas e campanhas preventivas para conter a propagação da doença e proteger as populações vulneráveis (Guimarães, 2007).

Guimarães (2007), enfatiza que apesar dessas iniciativas, o estigma e o preconceito em relação às prostitutas continuam marcantes nos séculos XX e XXI. Mesmo com a introdução

³ O termo 'doenças sexualmente transmissíveis (DST)' foi substituído, nas diretrizes atuais de saúde, por 'infecções sexualmente transmissíveis (IST)', pois muitas infecções podem não apresentar sintomas, mas ainda assim serem transmissíveis.

de políticas de saúde e a conscientização sobre as DSTs, o julgamento moral e a marginalização social dessas mulheres persistiram, revelando que o combate ao estigma ainda é um desafio contínuo na modernidade.

2.2 O ESTIGMA DA PROSTITUIÇÃO E A NECESSIDADE DOS VÍNCULOS SOCIAIS

Diante de uma perspectiva centrada, os indivíduos possuem uma necessidade intrínseca de estabelecer vínculos significativos com outras pessoas, que transcendem as interações sociais ocasionais, como amizades. Essa necessidade abrange também o desejo de participação ativa em organizações ou grupos, impulsionado pela busca de pertencimento, construção de identidade e senso de propósito. A inclusão em um grupo traz benefícios que vão além do simples convívio, promovendo um aumento na motivação, no engajamento e na satisfação pessoal. Além disso, a sensação de pertencimento promove um ambiente de confiança mútua e facilita a comunicação eficaz, elementos essenciais para o desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis e para o fortalecimento do tecido social. Esses fatores contribuem para a união de grupos e organizações, resultando em interações mais produtivas e em um senso compartilhado de objetivo e cooperação (Lopes, *et al.*, 2018).

Além disso, a integração em grupos facilita o compartilhamento de conhecimentos, valores e práticas comuns, o que contribui para o fortalecimento da cultura coletiva e a promoção da coesão social. Dessa forma, a busca por vínculos não se restringe apenas à necessidade de estabelecer amizades, mas abrange aspectos essenciais de participação ativa e engajada em diversas esferas, tanto sociais quanto profissionais. Essa participação proporciona um enriquecimento mútuo, pois os indivíduos passam a compartilhar experiências e perspectivas que, além de fortalecerem a identidade do grupo, também fomentam um ambiente de aprendizagem contínua e colaboração. Com isso, o pertencimento a um grupo transcende o simples ato de socialização e se torna um aprendizado para o desenvolvimento pessoal e a construção de redes de apoio que estimulam a inovação, a resiliência e o crescimento coletivo (Lopes, *et al.*, 2018).

Um grupo social pode ser caracterizado pela união de duas ou mais pessoas que compartilham um objetivo em comum e estabelecem relações significativas entre si, como ilustrado no Quadro 1. Desde o nascimento, os indivíduos são naturalmente direcionados para a integração em grupos sociais, sejam eles formados pela família, colegas ou outras comunidades de convivência. Essa tendência inata para a interação social e a construção de laços reforça a importância dos grupos como um pilar para o desenvolvimento pessoal e social.

Participar desses grupos não apenas satisfaz a necessidade de conexão, mas também promove a troca de experiências, o aprendizado mútuo e o fortalecimento dos valores coletivos, fundamentais para a formação de identidades e o funcionamento harmonioso da sociedade (Lopes *et al.*, 2018).

Quadro 1 - Grupos sociais

Grupos sociais	Definição
Primários	São estruturados a partir das interações mais diretas e íntimas. Inicialmente, pode-se pensar em família, no entanto é raro uma falta de identificação ou integração mais profunda com esse grupo, principalmente ao fim da infância, na juventude ou em adultos jovens. Podendo se assumir como grupo primário os amigos ou colegas mais próximos por afinidades, que se aproximam e perpetuam as relações por meio de afetividades.
Secundários	Os membros desse grupo se conectam por meio de uma tarefa, com metas e objetivos bem definidos. Acontece geralmente entre grupos escolares ou de trabalho. No entanto, não é raro que a partir deste grupo secundário emerge um grupo primário, porque conforme a proximidade pode surgir um vínculo afetivo.

Fonte: Elaborado a partir de Lopes *et al.*, (2018).

Nesta perspectiva, os grupos sociais são formados por indivíduos que compartilham características, interesses e identidades comuns, constituindo um coletivo que pode variar em tamanho e grau de união. No entanto, os estigmas associados a esses grupos surgem frequentemente devido a preconceitos, falta de compreensão ou estereótipos amplamente difundidos pela sociedade.

Para Goffman (1963), o estigma é um conceito central em seu estudo das interações sociais e das dinâmicas de identidade. Ele define o estigma como um atributo, qualidade ou marca que é percebido como negativo ou desvalorizador, e que leva o indivíduo a ser considerado inferior ou em desequilíbrio em relação à norma social. Em outras palavras, o estigma é aquilo que mancha a identidade de uma pessoa, tornando-a vulnerável à discriminação e à marginalização.

O estigma é classificado em três tipos principais, conforme retratado no Quadro 2.

Quadro 2 - Estigmas

Estigmas	Definição
Estigma físico	Relacionado a defeitos ou anomalias físicas, como deficiências, cicatrizes ou doenças visíveis.
Estigma de caráter	Refere-se aos atributos relacionados à moralidade, como vícios, crimes cometidos, ou comportamentos socialmente condenados.

Estigma de identidade de grupo	Relacionado à associação de um indivíduo a um grupo social marginalizado, como minorias étnicas, religiosas ou grupos marginalizados por sua orientação sexual.
--------------------------------	---

Fonte: Elaborado a partir de Goffman (1963).

No contexto social, o estigma representa um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres que exercem a prostituição. Ele funciona como uma marca desqualificadora, que marginaliza o indivíduo aos olhos da sociedade, associando-o a características negativas e reforçando padrões discriminatórios. Esse estigma, muitas vezes enraizado em preconceitos históricos e culturais, resulta em uma visão distorcida e pejorativa dessas mulheres, tratando-as como inferiores e desprovidas de dignidade. A discriminação associada à prostituição não apenas exclui essas mulheres de oportunidades sociais e profissionais, mas também contribui para a solidificação de ciclos de exclusão e vulnerabilidade. Esse processo de estigmatização prejudica o bem-estar emocional e psicológico, dificultando a construção de identidades positivas e a busca por condições de vida mais dignas (Goffman, 1963).

Segundo Goffman (1963), no caso das mulheres que exercem a prostituição, o estigma está intimamente relacionado à moralidade sexual, uma vez que essas mulheres são frequentemente rotuladas como "ímorais", "sujas" ou "indignas" devido ao exercício de uma atividade vinculada ao sexo fora dos padrões normativos estabelecidos pela sociedade. Esse estigma origina múltiplas formas de marginalização — social, econômica e política — que se traduzem na exclusão das trabalhadoras sexuais de direitos e serviços essenciais, como saúde, educação e segurança. Em muitos casos, essas mulheres enfrentam enormes dificuldades para acessar esses recursos de maneira justa e digna, sendo submetidas a discriminação institucionalizada e barreiras estruturais.

Tal realidade contraria os princípios estabelecidos do Art. 196, pela Constituição Federal Brasileira de 1988, onde:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988, p. 62 - 63).

Ainda neste contexto, ao negar às trabalhadoras sexuais o acesso igualitário aos serviços de saúde e outros direitos fundamentais, a sociedade e o Estado perpetuam uma injustiça que viola os preceitos constitucionais de igualdade e dignidade humana, aprofundando a exclusão e marginalização dessas mulheres (Goffman, 1963).

A ideia de identidade deteriorada, conforme apresentada por Goffman (1963), sugere que o estigma não afeta apenas a percepção social do indivíduo, mas também a maneira como ele percebe a si mesmo. A marca do estigma pode ser internalizada, fazendo com que a identidade do indivíduo se reconfigure e afetando sua autoestima. Indivíduos estigmatizados muitas vezes se envolvem em processos de restrição para atender às expectativas da sociedade, buscando ajustar-se aos padrões definidos ou, alternativamente, tentando ocultar o estigma para minimizar a marginalização e a exclusão social. Esse processo de adaptação ou ocultação pode ter um impacto profundo, muitas vezes resultando em um conflito interno, no qual o indivíduo luta entre sua identidade autêntica e a necessidade de se conformar a uma imagem socialmente aceitável. Essa influência reflete como o estigma não apenas molda as interações sociais, mas também desempenha um papel crucial na formação da autoimagem e na saúde mental do indivíduo.

As estratégias de gerenciamento de identidade impostas por mulheres que exercem a prostituição para lidar com a vergonha e o preconceito envolvem uma série de comportamentos históricos para esconder ou disfarçar seu estigma, ou até mesmo reinterpretá-lo como uma forma de resistência. Essas estratégias podem incluir, por exemplo, a ocultação da profissão ao interagir em contextos sociais onde são alvo de estigmatização, a fim de evitar a marginalização ou discriminação. Além disso, muitas mulheres que exercem a prostituição formam grupos entre si, criando identidades de redes de apoio que fortalecem a coletiva e ajudam a mitigar o impacto negativo do estigma. Esse agrupamento não só oferece um espaço seguro e solidário, mas também possibilita a construção de uma nova narrativa sobre sua profissão, desafiando a visão tradicional e pejorativa da sociedade. Dessa forma, ao reinterpretarem o estigma ou formarem alianças, essas mulheres buscam recuperar o controle sobre sua identidade e reduzir os efeitos prejudiciais da marginalização social (Goffman, 1963).

Assim, o estigma não é apenas um atributo pessoal, mas uma construção social que depende das interações e percepções dos outros. Ele se configura como uma aparência social, moldada por normas culturais e sociais, que exerce um impacto profundo tanto na vida social quanto na identidade do indivíduo. O estigma influencia a maneira como os outros veem a pessoa, mas também como ela se percebe e se relaciona consigo mesma. As consequências desse processo não se limitam à exclusão social, mas se estendem à internalização de uma marginalizada, afetando a autoestima, a autonomia e a capacidade de participar plenamente da sociedade. O estigma, portanto, não apenas define a posição do indivíduo no contexto social, mas também interfere no desenvolvimento e na manutenção de sua identidade pessoal (Goffman, 1963).

Goffman (1963) argumenta que as mulheres que exercem a prostituição são rotuladas por características negativas associadas à transgressão de normas morais e sociais predominantes, sendo frequentemente vistas como "deterioradas" ou "desviantes". Essa visão desvalorizada é construída socialmente e se manifesta de maneira clara nas interações cotidianas, influenciando a forma como essas mulheres são percebidas e tratadas. Dessa maneira, elas carregam o “estigma de caráter”, uma marca que, muitas vezes, se torna permanente em suas identidades, resultando em marginalização, discriminação e exclusão de diversos círculos sociais. O estigma, portanto, não se limita ao impacto imediato nas relações, mas também contribui para a construção de uma identidade socialmente depreciada, que reforça uma posição subalterna das mulheres que exercem a prostituição na sociedade.

Outro conceito fundamental é o de “identidade de classe”, que se aplica especialmente a mulheres que exercem a prostituição, muitas das quais pertencem a uma classe social marginalizada. Essa realidade reforça o estigma de que elas já carregam devido à sua profissão, criando um ciclo de exclusão social e econômico. Esse contexto pode resultar na internalização de sentimentos de vergonha e na dificuldade de estabelecer uma identidade social positiva, fora das limitações impostas pelo estigma. A combinação de marginalização socioeconômica com o estigma relacionado à sua profissão muitas vezes leva essas mulheres a internalizar a visão negativa que a sociedade tem delas, dificultando sua capacidade de se verem além do estigma e de se integrarem nas esferas sociais mais amplas. Essa "identidade de classe" não apenas limita suas oportunidades de ascensão social, mas também contribui para uma percepção distorcida de si mesma, que pode ter efeitos duradouros sobre sua autoestima e bem-estar psicológico (Goffman, 1963).

Com isso, os estigmas sociais têm o potencial de impactar profundamente os membros de um grupo, limitando suas oportunidades e prejudicando seu bem-estar emocional e psicológico. Os efeitos desses estigmas não se limitam ao isolamento social dos indivíduos, mas também são negativos para a perpetuação de ciclos de discriminação e exclusão, criando barreiras adicionais para a integração social e a plena participação na sociedade. A superação desses estigmas exige um esforço coletivo para desconstruir preconceitos, promover a inclusão e garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas características ou condições, possam desfrutar de igualdade de oportunidades e respeito (Goffman, 1963).

2.3 MULHERES EM CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO DE RUA E LOCAIS PRIVADOS NO BRASIL

A prostituição no Brasil tem raízes profundas, que remontam ao período colonial, onde uma sociedade indígena, com suas relações mais fluidas e sem imposições religiosas, foi confrontada com os valores patriarcais e católicos impostos pelos jesuítas a partir de 1549. A moral católica trouxe consigo a normatização das relações de gênero e sexualidade, resultando em uma visão moralmente negativa sobre a prostituição, embora essa prática tenha sido historicamente e persistentemente presente. No contexto colonial, a prostituição surgiu como uma ferramenta de controle da sexualidade feminina, em uma sociedade onde o casamento e a maternidade eram considerados os únicos papéis legítimos para as mulheres (Borba, 2021).

Nos primeiros séculos de colonização, a escassez de mulheres brancas no Brasil fez com que o governo português enviasse mulheres, incluindo mulheres que exercem a prostituição, órfãs e aquelas condenadas por crimes, com o intuito de casá-las com os colonos e ajudar a povoar o país. Esse movimento visava, além disso, preservar a "pureza" da raça branca, o que gerou uma segregação entre as mulheres brancas e indígenas e entre as mulheres que se prostituíam e consideravam "respeitáveis" dentro dos padrões da sociedade colonial. A prostituição, assim, foi institucionalizada, sendo regulamentada pelo Estado e, ao mesmo tempo, associada à marginalização e estigmatização das mulheres que se dedicavam a essa prática (Borba, 2021).

A segregação espacial das mulheres na prostituição foi uma característica marcante nas grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, a partir do século XVIII. Surgiram bairros específicos para mulheres que exercem a prostituição, e a profissão foi regulamentada com o controle sanitário e policial sobre a vida dessas mulheres. A prostituição, inicialmente estigmatizada, passou a ser institucionalizada, mas com uma divisão clara entre as mulheres que trabalhavam em bordéis e aquelas que exerciam a prostituição nas ruas. As mulheres que se prostituíam nas ruas enfrentavam um nível ainda maior de marginalização e repressão (Borba, 2021).

Essa divisão entre a "mulher santa" e a "mulher de rua", estabelecida pela sociedade patriarcal brasileira, reflete um estigma duradouro que persiste até hoje. A mulher santa, submissa às normas morais, é vista como esposa ou mãe ideal, enquanto a mulher de rua, a prostituta, é estigmatizada como imoral e marginalizada, muitas vezes considerada o "lixo" da sociedade. Esse estigma continua a impactar a forma como a prostituição é vista e como as mulheres que fazem parte são tratadas (Borba, 2021)

A antropóloga Lucia Lobo *apud* Borba (2021), aponta que a prostituição sempre foi considerada um "desvio de conduta", o que gerou preconceito e exclusão. No entanto, ela também destaca que as mulheres que se prostituem, como qualquer outro trabalhador, devem ter seus direitos garantidos e reconhecidos. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) *apud* Borba (2021) confirma as mulheres que exercem a prostituição como profissionais do sexo e a Constituição Federal, no artigo 5º, garante o direito à liberdade a todos, sem distinção, ou seja, garante o livre exercício profissional (Brasil, 1988). Apesar disso, há pouca conscientização sobre essas normas, e muitas mulheres que exercem a prostituição enfrentam uma falta de apoio, especialmente à medida que envelhecem e são abandonadas socialmente.

Além dos fatores de gênero e estigma, a prostituição no Brasil está intimamente relacionada às transformações econômicas e sociais do país. No século XIX, a prostituição passou a se transformar no trabalho doméstico realizado por mulheres negras e escravizadas, refletindo uma crescente pobreza e desigualdade social. O surgimento da prostituição como um "mercado de trabalho" no Brasil foi também um reflexo da dificuldade em lidar com as transformações sociais e econômicas do período (Borba, 2021).

Comparando com países como a Holanda, onde a prostituição é regulamentada e reconhecida como uma profissão legítima, o Brasil ainda enfrenta grandes desafios. A prostituição, frequentemente associada a uma moralidade arcaica e a uma repressão da liberdade sexual feminina, é vista como uma ameaça à ordem social e moral. As mulheres que se prostituem, tanto nas ruas quanto em locais privados, continuam a ser marginalizadas em uma sociedade conservadora que privilegia o controle sobre a sexualidade feminina, um fator essencial para a manutenção das estruturas de poder e privilégio masculino (Borba, 2021).

As mulheres na prostituição de rua e em locais privados no Brasil enfrentaram uma história marcada por marginalização e negação de direitos. Contudo, existe uma luta persistente pela autonomia sexual e pela dignidade dessas mulheres, que o reconhecimento da prostituição como uma profissão legítima e pelo respeito aos direitos das trabalhadoras do sexo é essencial para que se rompa com os estigmas e a marginalização, permitindo uma nova visão sobre as mulheres que exercem essa prática (Borba, 2021).

O contexto histórico da prostituição no Brasil está diretamente ligado às estruturas patriarcais e à moralidade religiosa que definem os papéis femininos na sociedade. Durante a colonização, a Igreja Católica e o Estado impuseram uma visão rígida sobre o comportamento sexual feminino, moldando as mulheres para se submeterem ao casamento e à maternidade. As mulheres que se afastaram dessa norma foram marginalizadas e submetidas a um processo de exploração e controle. A prostituição foi associada a mulheres de classe baixa, enquanto as

mulheres de classe alta ou média que se envolviam com a prostituição eram frequentemente mais aceitas, dada sua autonomia econômica e social (Borba, 2021).

Segundo Borba (2021) prostituição, especialmente entre mulheres de classes mais baixas ou marginalizadas, continua a ser uma das formas mais visíveis de marginalização no Brasil. No entanto, o movimento feminista e as transformações sociais, a partir do século XX, originou um questionamento dos papéis de gênero preestabelecidos, promovendo a luta pela liberdade sexual e pela autonomia das mulheres. A prostituição no Brasil, assim, não pode ser entendida sem considerar os fatores históricos, sociais e culturais que perpetuam as desigualdades e a marginalização das mulheres.

No Brasil, mesmo que a profissão seja inserida na Classificação Brasileira de Ocupação, não há regulamentação que garanta direitos individuais às profissionais do sexo. Contudo, o Código Penal Brasileiro veda condutas relacionadas à prostituição, como por exemplo, o favorecimento da prostituição e casas de prostituição, apesar dessa vedação, essas práticas ocorrem frequentemente. A falta de regulamentação e/ou de políticas públicas direcionadas a este público acaba, justamente, deixando mulheres que exercem a prostituição em situações vulneráveis, tendo seus direitos frequentemente violados⁴ (Borba, 2021).

2.4 A PROSTITUIÇÃO NA ATUALIDADE

A prostituição é uma prática complexa e multifacetada que atravessa dimensões sociais, econômicas, morais e culturais. Embora frequentemente tratada como um fenômeno homogêneo, a realidade do trabalho sexual é marcada por profundas desigualdades e distinções internas, que vão além da mera prestação de um serviço sexual. O mercado do sexo, como qualquer outro, é estruturado por relações de classe, poder, estética, localização e acesso a recursos, o que permite a construção de classificações internas, muitas vezes baseadas em hierarquias simbólicas e econômicas (Blanchette; Silva, 2011).

Ainda segundo Blanchette e Silva (2011), um dos modelos mais recorrentes na análise da prostituição feminina é a tipologia tripartida, que organiza o fenômeno em três categorias: alta, média e baixa prostituição. Embora essa divisão simplifique a complexidade das experiências vividas pelas profissionais do sexo, ela oferece uma ferramenta analítica eficaz para compreender as diferentes condições de trabalho, os graus de exposição pública, os modos

⁴Borba (2021) menciona, em sua obra, a existência de uma legislação que, no entanto, não foi localizada pela pesquisadora (Lei 5.198) durante a realização deste estudo. Ao investigar o arcabouço legal relacionado à proteção e aos direitos das mulheres que exercem a prostituição, foi encontrado apenas o Projeto de Lei nº 4.211/2012 que não foi aprovado.

de organização laboral e os perfis socioeconômicos dos clientes atendidos em cada contexto. A seguir, no Quadro 3 serão apresentados os três modelos, com destaque para suas principais características e implicações estruturais.

Quadro 3 - Tipologia tripartida

Categoria	Definição
Alta Prostituição	<p>A alta prostituição é caracterizada por um elevado grau de anonimato, seletividade e controle por parte das profissionais. Mulheres inseridas nesse modelo atuam majoritariamente de forma autônoma, muitas vezes utilizando meios discretos de divulgação, como anúncios em plataformas online, revistas especializadas ou redes fechadas de contato. O encontro com o cliente ocorre geralmente em locais escolhidos por ele, como hotéis de alto padrão ou residências privadas, e os valores cobrados costumam ser significativamente mais altos, acessíveis apenas a uma clientela com poder aquisitivo elevado.</p> <p>Além disso, é comum que o transporte seja cobrado à parte, e que a profissional determine previamente as condições do serviço. Esse modelo tende a ser interpretado, socialmente, como uma forma "mais limpa" ou "menos marginal" de prostituição, embora também esteja sujeito a mecanismos de exploração, especialmente quando há intermediação de agências. A discrição e o controle sobre a clientela são vistos como fatores de segurança e autonomia, embora não eliminem os riscos inerentes ao trabalho sexual.</p>
Média Prostituição	<p>A média prostituição se desenvolve, sobretudo, em espaços fechados como casas de massagem, boates, termas e similares. Nesses locais, as profissionais do sexo trabalham sob certa estrutura institucionalizada, com regras internas e presença de gerência, embora possam negociar diretamente com os clientes. A aparência das mulheres costuma ser mais padronizada ou "produzida", e o ambiente de trabalho oferece maior segurança física em comparação ao exercício da prostituição em via pública.</p> <p>Os valores dos programas são, muitas vezes, tabelados de acordo com o tempo e os serviços oferecidos, e a remuneração das profissionais está sujeita a taxas de exploração que variam conforme o tipo de estabelecimento. Ainda que exista um nível de organização e proteção, a dependência das regras impostas pelos donos dos locais, além da necessidade de maximizar o consumo de bebidas ou outros serviços pelos clientes, pode limitar a autonomia das mulheres. Trata-se, portanto, de uma prostituição intermediária em termos de visibilidade, segurança e controle.</p>
Baixa Prostituição	<p>A baixa prostituição é marcada por um elevado grau de exposição pública e precariedade nas condições de trabalho. É exercida majoritariamente em espaços públicos, como ruas, praças, rodoviárias, praias e áreas periféricas. O atendimento é realizado, com frequência, em locais improvisados como carros, vielas ou ambientes sem infraestrutura mínima. Essa modalidade tende a envolver mulheres de diferentes idades, muitas em situações de vulnerabilidade extrema, incluindo dependência química, maternidade solo ou exclusão social severa.</p> <p>Os valores cobrados são baixos, e as negociações são feitas diretamente com o cliente, muitas vezes em um clima de instabilidade, risco de violência e ausência total de mediação institucional. A falta de proteção jurídica, aliada à criminalização social e à marginalização do trabalho sexual, torna esse modelo o mais perigoso em termos físicos e emocionais para as profissionais, ainda que ele represente, para muitas, uma alternativa imediata de sobrevivência diante da ausência de outras oportunidades econômicas.</p>

Fonte: Elaborado a partir de Blanchette e Silva (2011).

A alta prostituição ocorre em locais privados, com maior controle, discrição e valores elevados, atendendo a clientes de alto poder aquisitivo. A média acontece em espaços fechados como casas de massagem, com algum nível de organização e segurança, mas com limitações de autonomia. Já a baixa prostituição é praticada em espaços públicos, com maior exposição,

riscos elevados, condições precárias e valores baixos, representando o modelo mais vulnerável e perigoso. Assim, a principal diferença está no grau de segurança, visibilidade e controle em cada modalidade.

2.4.1 Modelos de prostituição

Ao abordar o fenômeno da prostituição feminina, é necessário ultrapassar os antigos modelos classificatórios baseados em hierarquias morais ou em estigmas sociais, como as divisões entre "baixo" e "alto meretrício". Em vez disso, uma abordagem mais analítica e contemporânea parte da observação empírica e da escuta das próprias trabalhadoras e clientes, o que permite uma categorização mais fiel à realidade social do trabalho sexual. Embora existam múltiplas formas de exercício da prostituição, variando conforme local de atuação, tipo de programa, forma de organização e visibilidade pública, é possível propor uma tipologia ideal-típica que organiza os pontos de prostituição em três grandes modelos: fechado, aberto e misto (Blanchette; Silva, 2011).

2.4.1.1 Modelo fechado

Compreende espaços onde o comércio sexual ocorre em ambientes de acesso restrito e com baixa visibilidade social, como agências de acompanhantes, termas, casas de massagem, privados e casas de prostituição. Esses locais operam sob uma “região moral” delimitada, oferecendo certo grau de anonimato, segurança e regulação interna das atividades (Blanchette; Silva, 2011).

Segundo Blanchette e Silva (2011) os pontos fechados de prostituição podem ser classificados em cinco tipos principais, conforme retratado abaixo:

- *Call Girls, Escorts e Agências*: Caracteriza-se pela ausência de um ponto fixo físico para a realização dos encontros, os quais são previamente agendados e ocorrem em locais definidos pelo cliente, como residências ou hotéis. A comunicação entre cliente e profissional acontece por meio de canais virtuais ou impressos, como sites, redes sociais, anúncios em jornais ou panfletos. Nessas situações, a profissional do sexo pode atuar de forma autônoma, gerenciando diretamente seus atendimentos, ou estar vinculada a uma agência, que oferece maior visibilidade, mas retém parte significativa do valor pago pelos serviços. A relação entre agência e profissional geralmente envolve um alto grau de exploração econômica, com taxas que, somadas a mensalidades e

comissões, podem ultrapassar 70% do valor arrecadado pela profissional. Além disso, é comum que o custo com transporte, geralmente realizado por táxi, seja cobrado à parte, representando uma fonte adicional de renda, especialmente para aquelas que trabalham de forma independente (Blanchette; Silva, 2011).

- Termas e Boates: Combinam entretenimento com a oferta de serviços sexuais, operando em instalações físicas com acesso controlado e ambientes específicos destinados à interação entre clientes e profissionais do sexo. São espaços onde a visibilidade pública da prática sexual é reduzida, e o anonimato dos frequentadores é parcialmente preservado. Nas termas, originalmente concebidas como casas de sauna, o ambiente costuma dispor de estrutura adequada, como vestiários, armários, saunas e áreas de convivência. Contudo, na prática, o termo “termas” é frequentemente utilizado de forma genérica para designar estabelecimentos que nem sempre possuem sauna, o que exige um olhar analítico mais criterioso para distinguir as termas “verdadeiras”, aquelas que, de fato, mantêm a estrutura típica de um *spa* com serviços sexuais integrados. O cliente paga pela entrada e pelos serviços consumidos no local (bebidas, uso da sauna, etc.), sendo o pagamento pelo ato sexual feito diretamente à profissional, que não é formalmente funcionária da casa. Ainda assim, as mulheres que trabalham nesses espaços normalmente atuam em regime de dedicação quase exclusiva e podem ser penalizadas financeiramente em caso de faltas, inclusive por motivos de saúde, como o período menstrual (Blanchette; Silva, 2011).

Já as boates possuem estrutura semelhante, embora seu foco esteja mais voltado ao entretenimento noturno, com apresentações artísticas, dança e socialização. Em algumas boates, o ato sexual não ocorre no próprio local, pois não há cabines disponíveis; nesses casos, o cliente deve pagar uma taxa para levar a profissional para fora do estabelecimento, geralmente a um hotel ou motel nas proximidades. Essa dinâmica pode aumentar a vulnerabilidade da profissional a situações de violência, fraude ou não pagamento. Tanto em termas quanto em boates, a exploração financeira das trabalhadoras ocorre de forma indireta, por meio da cobrança de taxas sobre a entrada, o consumo e o aluguel de cabines, estimando-se que entre 30% e 60% do valor total gasto pelo cliente permaneça com o estabelecimento. Ainda que esses espaços ofereçam certo nível de segurança e anonimato, há relatos de constrangimentos vividos por algumas profissionais, como o encontro inesperado com familiares nos ambientes de trabalho (Blanchette; Silva, 2011).

- Casas de Massagem: A primeira vista, operam sob a fachada de um serviço não sexual. Esses estabelecimentos oferecem inicialmente atendimentos de massoterapia, mas

frequentemente incluem, mediante pagamento adicional, práticas sexuais como masturbação, sexo oral, vaginal e, eventualmente, anal. O ambiente tende a ser discreto e de pequeno porte, normalmente localizado em apartamentos ou salas comerciais adaptadas, com estrutura composta por uma recepção e poucas cabines de atendimento (Blanchette; Silva, 2011).

O diferencial dessa modalidade está na forma e duração do programa, que costuma ser mais longo do que em outros tipos de pontos fechados, como termas ou boates, com cerca de uma hora de atendimento. O encontro pode começar e, em alguns casos, terminar com uma massagem propriamente dita, o que reforça a tentativa de manutenção de uma aparência “formal” e legalmente ambígua, evitando enquadramentos jurídicos relacionados à exploração sexual ou à cafetinagem (Blanchette; Silva, 2011).

A taxa de exploração financeira nesses espaços é estimada entre 30% e 50%, embora haja pouca transparência quanto ao modelo econômico praticado internamente. Em muitas casas, especula-se que os serviços sexuais não são oficialmente administrados pelos proprietários, o que permite aos estabelecimentos alegarem que não estão envolvidos na intermediação direta desses serviços. Essa estratégia jurídica contribui para a preservação de uma imagem mais “respeitável” e socialmente tolerável (Blanchette; Silva, 2011).

Além disso, os preços cobrados por esses serviços variam significativamente entre os estabelecimentos, havendo casos em que casas de massagem cobram mais por serviços parciais, como masturbação ou oral, do que outros pontos cobram por relações sexuais completas. Essa diversidade reflete tanto estratégias de mercado quanto às diferenças no perfil da clientela atendida (Blanchette; Silva, 2011).

- *Privés*: Caracterizados por sua estrutura discreta e funcional, voltada exclusivamente à prestação de serviços sexuais. Esses espaços, geralmente localizados em apartamentos ou salas comerciais situados em áreas centrais, funcionam de maneira semelhante a pequenos bordéis, embora com estrutura física mais modesta. A disposição interna costuma incluir uma recepção e cabines individuais para atendimento, sendo os banheiros, em muitos casos, de uso compartilhado entre as profissionais (Blanchette; Silva, 2011).

O número de trabalhadoras por estabelecimento é relativamente reduzido, variando entre três e dez mulheres, o que favorece um ambiente de trabalho mais reservado. O funcionamento se concentra, predominantemente, durante o horário comercial, o que permite atender a uma clientela composta, em grande parte, por trabalhadores e estudantes em busca de discrição. Essa característica também facilita a camuflagem social do exercício da prostituição,

já que o trabalho em um *privé* pode ser dissimulado como uma atividade convencional, como serviços administrativos ou atendimento em escritório (Blanchette; Silva, 2011).

Um aspecto relevante dessa modalidade é a relativa flexibilidade de horário, permitindo que as profissionais conciliem o trabalho sexual com outras atividades, como estudos ou empregos paralelos. Em alguns casos, as mulheres organizam-se em cooperativas para dividir o aluguel do espaço e reduzir os níveis de exploração financeira, criando uma estrutura de autogestão que contrasta com os modelos mais hierarquizados de agências e casas de maior porte (Blanchette; Silva, 2011).

Embora existam *privés* de luxo, que contam com suítes mais sofisticadas, banheiras e outras comodidades, estas são exceções e exigem maiores investimentos para sua manutenção. No geral, as taxas de exploração nesses espaços tendem a ser mais baixas do que em outras modalidades, especialmente quando o local é gerido coletivamente pelas próprias trabalhadoras. Ainda assim, as condições podem variar de acordo com o grau de autonomia da gestão e a localização do imóvel (Blanchette; Silva, 2011).

- Casas de prostituição: Representam uma das formas mais tradicionais e visíveis de pontos fechados dedicados ao comércio sexual. Esses estabelecimentos operam exclusivamente com foco na prestação de serviços sexuais, que ocorrem no próprio local, geralmente em cabines ou quartos individuais. Em muitos casos, o termo "casa" se refere tanto a uma unidade específica quanto a um conjunto de estabelecimentos independentes que compartilham a mesma estrutura física ou estão reunidos em uma mesma região, como prédios inteiros com vários andares ou zonas comerciais com múltiplos pontos voltados à prostituição (Blanchette; Silva, 2011).

A estrutura desses espaços é, em geral, simples e funcional, voltada diretamente à prática sexual, sem a intermediação de outros serviços de entretenimento ou fachada. O número de profissionais trabalhando em uma única casa pode variar amplamente, indo de algumas dezenas a centenas de mulheres, especialmente quando se trata de agrupamentos com múltiplos estabelecimentos (Blanchette; Silva, 2011).

A taxa de exploração nesse modelo gira em torno de 25%, sendo majoritariamente cobrada por meio do aluguel das cabines utilizadas pelas profissionais durante os atendimentos. Os preços praticados nos programas costumam ser tabelados, variando de acordo com o tempo de duração e o tipo de serviço sexual oferecido, havendo, por exemplo, diferenciações entre sexo vaginal, oral e anal (Blanchette; Silva, 2011).

Apesar da maior exposição pública em comparação com outras modalidades mais discretas, como os *privés* ou os serviços de *call girl*, as casas oferecem uma relativa

flexibilidade em relação à jornada de trabalho, o que pode ser um fator atrativo para muitas profissionais. Em determinados contextos, essas casas estão organizadas sob a forma de associações comerciais, o que, em alguns casos, possibilita um nível mínimo de regulação interna, apoio mútuo entre as trabalhadoras e até mesmo alguma proteção contra abusos por parte da clientela ou da administração (Blanchette; Silva, 2011).

2.4.1.2 Modelo aberto

Classifica-se como pontos abertos os locais onde a prostituição ocorre em espaços socialmente visíveis, inseridos em uma região moral de fácil acesso à observação pública. No entanto, essa visibilidade nem sempre resulta no reconhecimento explícito do local como ponto de prostituição pela sociedade ao redor (Blanchette; Silva, 2011).

Esses pontos podem incluir áreas públicas e semi-públicas, como bares, praias, restaurantes e determinadas ruas, onde a presença das profissionais do sexo pode variar em intensidade e notoriedade. Por exemplo, em algumas ruas, a atividade pode ser claramente percebida e associada à prostituição, enquanto em bares ou restaurantes a presença das trabalhadoras pode ser mais discreta, funcionando quase como um convívio social disfarçado (Blanchette; Silva, 2011).

Os pontos abertos são marcados por maior exposição e vulnerabilidade das profissionais, dado o contato direto com o ambiente público, o que pode implicar riscos maiores em termos de segurança e estigma. Essa modalidade exige das trabalhadoras maior cuidado e estratégias específicas para lidar com o controle social e as condições adversas inerentes à visibilidade pública (Blanchette; Silva, 2011).

Segundo Blanchette e Silva (2011) os pontos abertos de prostituição podem ser classificados em dois tipos principais, conforme retratado abaixo:

- Bares, restaurantes e praias: A negociação e oferta dos serviços sexuais ocorrem em ambientes públicos mistos, compartilhados por pessoas que não buscam nem oferecem serviços sexuais, e muitas vezes podem até ser contrárias à prática (Blanchette; Silva, 2011).

Esses locais variam em termos de visibilidade da prostituição, onde em alguns, a presença das profissionais do sexo é evidente para a maioria dos frequentadores, enquanto em outros a atuação é mais discreta, percebida apenas por quem está ativamente à procura dos serviços. Uma característica comum desses espaços é que, geralmente, são as mulheres que buscam e abordam os potenciais clientes, o que demanda delas um esforço constante para se

diferenciar em meio a uma população diversa, incluindo mulheres que não exercem a prostituição (Blanchette; Silva, 2011).

As taxas de exploração financeira nesses pontos costumam ser baixas ou mesmo inexistentes, embora haja a exigência comum de consumo em bares e restaurantes para garantir permanência. Os preços dos serviços não são tabelados, permitindo que as profissionais do sexo negociem livremente as condições de trabalho e remuneração (Blanchette; Silva, 2011).

Entretanto, a consumação dos serviços geralmente ocorre em locais externos, como hotéis ou residências, o que expõe as trabalhadoras a riscos de violência e outras formas de exploração, pois não dispõem de estruturas de proteção dentro do ambiente onde ocorre a negociação inicial. Para mitigar esses riscos, muitas profissionais mantêm redes de proteção informais, envolvendo amigos, parceiros ou contatos locais, como motoristas de táxi ou agentes de segurança (Blanchette; Silva, 2011).

Além disso, a concorrência nesses espaços é alta, com um número diluído de clientes potenciais para cada profissional, o que pode resultar em longos períodos sem ganhos financeiros garantidos. Por essa razão, alguns preferem trabalhar em ambientes fechados, onde a demanda é mais direcionada e o risco de exploração por parte de clientes é menor (Blanchette; Silva, 2011).

Essas características fazem da prostituição em pontos abertos uma modalidade marcada por maior exposição social, insegurança e autonomia relativa, que exige das profissionais constante negociação e estratégias para a manutenção de sua segurança e renda (Blanchette; Silva, 2011).

- Ruas: Os pontos de rua são espaços públicos e altamente visíveis onde a prostituição ocorre de forma direta e explícita. Embora sejam considerados pontos abertos por sua exposição à sociedade, diferem dos ambientes mistos, pois são regiões morais específicas para o exercício do comércio sexual, onde a presença das trabalhadoras do sexo é notória e frequentemente alvo de estigmatização e violência (Blanchette; Silva, 2011).

Essa visibilidade aumenta significativamente os riscos enfrentados pelas profissionais que atuam nesses locais. Além da violência potencial por parte de clientes, essas mulheres convivem com ameaças de indivíduos que buscam infligir tortura ou agressão intencionalmente e com hostilidade de transeuntes ou motoristas que reagem de maneira agressiva, como o lançamento de objetos ou insultos (Blanchette; Silva, 2011).

Geralmente, as mulheres que exercem a prostituição de rua organizam-se em pequenos grupos para garantir maior segurança e controle territorial. As negociações com clientes

acontecem na via pública, mas a consumação dos serviços sexuais ocorre em locais reservados, como hotéis, motéis, residências ou mesmo nos veículos dos clientes (Blanchette; Silva, 2011).

Embora esse tipo de prostituição seja socialmente percebido como o nível mais baixo dentro da hierarquia do trabalho sexual, o valor cobrado pelos programas pode variar bastante, conferindo às mulheres considerável poder de negociação. Ademais, por funcionar sem a intermediação de gerentes ou agenciadores na maior parte dos casos, a taxa de exploração financeira costuma ser baixa ou inexistente, salvo quando há a presença de protetores ou cafetões (Blanchette; Silva, 2011).

Contudo, a ausência de uma estrutura formal ou organizada torna esses pontos os mais vulneráveis a abusos e atrai também o envolvimento de menores de idade, o que representa um grave problema social e jurídico (Blanchette; Silva, 2011).

2.4.1.3 Modelo misto

Segundo Blanchette e Silva (2011), o modelo misto de prostituição refere-se a espaços híbridos onde a prática do trabalho sexual acontece de maneira indireta e não regulamentada, geralmente dentro de estabelecimentos cujo funcionamento principal não é oficialmente o comércio sexual. Nestes locais, trabalhadoras do sexo e clientes se encontram para negociar programas, mas não há intermediação direta, cobrança de comissões sobre os programas ou oferta de quartos para o ato sexual.

O modelo se caracteriza por baixo nível de exploração financeira, permitindo maior autonomia para as profissionais, que estabelecem seus próprios preços, horários e condições. Além disso, não há exigência de vínculo ou exclusividade com o local, o que possibilita a atuação de mulheres com diferentes níveis de engajamento no trabalho sexual, desde aquelas que se prostituem ocasionalmente até profissionais mais experientes (Blanchette; Silva, 2011).

Apesar das vantagens, como segurança relativa e maior liberdade, o modelo também apresenta desafios, como a insegurança na hora de concretizar o programa em outro local, dificuldade de comunicação com certos clientes e concorrência acirrada, que pode tornar o investimento financeiro inicial (como entradas, consumo, transporte) arriscado, sem garantia de retorno (Blanchette; Silva, 2011).

2.4.2 Modalidades especiais de prostituição

Além da modalidade conhecida frequentemente como “normal”, que se refere ao pagamento por serviços sexuais com duração entre 30 minutos e duas horas, ou até o cliente atingir o orgasmo destacam-se três modalidades especiais de prostituição: *Girlfriend Experience* (GFE), *Toda a Noite* e *Fast Foda* (Blanchette; Silva, 2011).

2.4.2.1 *Girlfriend Experience (GFE)*

Refere-se a uma modalidade de prostituição na qual o cliente paga para ser acompanhado por uma profissional de forma exclusiva durante um período prolongado, que pode variar de um fim de semana a um mês ou mais. Os valores cobrados costumam levar em conta os lucros que a profissional deixaria de obter em outros atendimentos durante esse tempo, sendo, portanto, ajustados conforme sua rotina de trabalho. Essa modalidade é particularmente procurada por clientes estrangeiros e, em alguns casos, o termo GFE também é usado para descrever experiências sexuais comerciais que imitam relações afetivas não comerciais, incluindo beijos na boca e o envolvimento orgástico da parceira. A GFE é, por vezes, mal vista por locais que exigem exclusividade de suas trabalhadoras, o que pode gerar multas em caso de ausência, fator que também influencia o preço final do programa (Blanchette; Silva, 2011).

2.4.2.2 *Toda a Noite*

A modalidade conhecida como "toda a noite" consiste em um programa que se estende por toda a madrugada, geralmente iniciando após as 22h e finalizando pela manhã. Durante esse período, diversos serviços sexuais podem ser realizados por um valor previamente acordado, que costuma ser aproximadamente o dobro do preço de um programa convencional⁵ (Blanchette; Silva, 2011).

⁵ Com base em consulta realizada no site Fatal Model em 02/09/2025, foi calculada a média dos valores cobrados por acompanhantes mulheres na região de Rio do Sul, resultando em aproximadamente R\$210,00 para 30 minutos de atendimento, já incluindo o local. Cabe destacar que, na apuração dessa média, observou-se que algumas acompanhantes estipulam tempo mínimo de 15 minutos, sendo o valor cobrado proporcional à média calculada.

2.4.2.3 *Fast Foda*

Caracterizada por atendimentos rápidos, com duração inferior a 20 minutos e preço médio de R\$1 por minuto ou menos, geralmente em torno de R\$15 por programa. Por permitir múltiplos atendimentos em um curto espaço de tempo, pode ser altamente lucrativa para as profissionais. Embora frequentemente associada a ambientes considerados "*trash*" por alguns clientes, essa modalidade pode apresentar condições de higiene e segurança comparáveis às de outras formas mais convencionais de prostituição. Além disso, muitas mulheres optam pela *fast foda* justamente por exigir um envolvimento emocional ou social mínimo com o cliente (Blanchette; Silva, 2011).

2.5 PRÁTICAS DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO

Para atuar em uma realidade social, o psicólogo precisa compreender o contexto histórico em que essa realidade se desenvolve. Esse conhecimento é fundamental, especialmente em uma sociedade em constante transformação, onde surgem desafios de intervenção social. No entanto, a atuação do psicólogo na comunidade esbarra na problemática da formação profissional, que deve ser conscientizadora e capaz de apoiar diferentes trajetórias socioprofissionais. Assim, é essencial buscar soluções por meio da graduação e da especialização (Ferreira, 2014).

Os psicólogos que trabalham em comunidades utilizam técnicas que possibilitam compreender as interações dos indivíduos em grupo, favorecendo uma abordagem mais eficaz e humanizada (Guareschi; Rocha; Moreira, 2010 *apud* Ferreira, 2014).

O profissional de Psicologia pode se inserir em uma comunidade de diferentes formas. Uma delas ocorre quando estudantes e profissionais, motivados pela possibilidade de expandir seus conhecimentos, entram nesse ambiente com o intuito de estudá-lo. Essa inserção tem como base a curiosidade científica (Ferreira, 2014).

Outra forma de atuação envolve um compromisso mais direto com a transformação social. Nesse caso, o psicólogo busca promover mudanças nas condições de vida da população, estabelecendo caminhos para essa transformação. Essa abordagem valoriza o indivíduo como protagonista da própria história, reconhecendo-o em constante movimento. Assim, a inserção do profissional é guiada tanto pela possibilidade de mudança social quanto pela construção do conhecimento na área (Ferreira, 2014).

Os trabalhos desenvolvidos dentro dessa perspectiva social e comunitária partem da identificação das necessidades da população local. Com base nessas investigações, são formados grupos de trabalho que utilizam métodos e processos de conscientização, incentivando os participantes a assumirem um papel ativo na comunidade. O objetivo é promover o desenvolvimento de condições plenas de cidadania e igualdade (Ferreira, 2014).

As relações entre indivíduo, cultura e meio ambiente influenciam diretamente a reelaboração coletiva das aspirações, dos valores psíquicos e sociais, da participação comunitária e da ação organizada. Nesse contexto, a metodologia aplicada dependerá dos objetivos estabelecidos e das direções que a intervenção pretende seguir (Ferreira, 2014).

A atuação do psicólogo na comunidade busca a construção do conhecimento por meio da vivência com os indivíduos, possibilitando transformações no coletivo. Nessa interação, todos aprendem tanto a partir da experiência social dentro da comunidade quanto pelo conhecimento científico, promovendo uma troca contínua entre prática e teoria (Ferreira, 2014).

Neste mesmo contexto as Organizações não governamentais (ONGs) desempenham um papel essencial, fornecendo apoio psicológico, assistência social e defesa de direitos para garantir condições dignas de vida e trabalho (Ferreira, 2014).

As ONGs atuam oferecendo espaços seguros para escuta qualificada, onde as mulheres podem compartilhar suas experiências sem medo de julgamento. A Psicologia, nesses contextos, busca compreender as vivências dessas mulheres a partir de uma abordagem livre de preconceitos, proporcionando suporte emocional e estratégias para lidar com situações de violência, vulnerabilidade e exclusão social. (Ferreira, 2014).

Os profissionais da Psicologia, em parceria com as ONGs, realizam atendimentos individuais e em grupo, abordando temas como fortalecimento da autoestima, autonomia, saúde mental e prevenção de violências. Essas organizações também promovem oficinas e capacitações, possibilitando a ampliação de oportunidades e a construção de projetos de vida para essas mulheres, caso desejem alternativas profissionais (Ferreira, 2014).

Além do atendimento direto, as ONGs e os psicólogos têm um papel importante na sensibilização da sociedade, combatendo o estigma e desconstruindo preconceitos. A promoção de debates, campanhas e políticas públicas é essencial para garantir direitos e condições de trabalho seguras para as mulheres em situação de prostituição (Ferreira, 2014).

Dessa forma, a interação entre Psicologia e ONGs fortalece a luta por direitos humanos, equidade e acolhimento, contribuindo para que essas mulheres tenham acesso a um suporte integral e digno (Ferreira, 2014).

Diante do exposto, percebe-se que a atuação da Psicologia no contexto da prostituição demanda uma postura ética, crítica e comprometida com a transformação social. Reconhecer as mulheres que exercem a prostituição como sujeitos de direitos implica romper com visões estigmatizantes e reducionistas, considerando suas histórias, escolhas e condições de vida dentro de um contexto marcado por profundas desigualdades. A Psicologia, especialmente quando aliada a ONGs e outras formas de organização comunitária, mostra-se potente ao oferecer suporte emocional, promover a escuta sensível e fomentar caminhos de emancipação, sempre respeitando o desejo e a autonomia das mulheres atendidas. Assim, a prática psicológica se insere não como uma ferramenta de normatização, mas como instrumento de resistência, acolhimento e fortalecimento de subjetividades historicamente silenciadas. É nessa direção que se constrói uma atuação comprometida com os direitos humanos, com a dignidade e com a equidade social, reafirmando o papel da Psicologia como ciência e profissão voltada para o cuidado, a escuta e a transformação das realidades sociais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos que foram seguidos para a realização da pesquisa, como a sua caracterização, local de realização, população e amostra de estudo, procedimento de coleta, análise e interpretação dos dados, procedimentos éticos e desfecho.

3.1 MODALIDADE DE PESQUISA

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de campo, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, com base fenomenológica. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se por seu potencial de captar, de forma profunda e contextualizada, as percepções, sentidos e significados que as mulheres em situação de prostituição atribuem às suas vivências. Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade a partir da perspectiva dos sujeitos, considerando seus contextos sociais, culturais e históricos.

A natureza descritiva da investigação visou detalhar e compreender os aspectos subjetivos, emocionais e sociais que envolvem a vivência da prostituição, especialmente em contextos de vulnerabilidade, como os das mulheres que atuam em situação de rua ou em bares. Gil (2008) afirma que a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, sendo especialmente útil quando se busca entender como determinado grupo vivencia suas realidades cotidianas.

Esta pesquisa adotou o delineamento de um estudo de campo, por envolver entrevistas realizadas com mulheres inseridas no contexto da prostituição. De acordo com Marconi e Lakatos (2011), a pesquisa de campo caracteriza-se pela obtenção de dados diretamente junto aos sujeitos que vivenciam o fenômeno, favorecendo uma compreensão mais profunda e contextualizada da realidade estudada.

Adotou-se a abordagem fenomenológica como método, uma vez que pretendeu-se compreender as experiências vividas pelas participantes em sua singularidade. De acordo com Bicudo (2020), a fenomenologia permite a apreensão do significado das vivências a partir da narrativa dos sujeitos, valorizando o que é dito, sentido e experienciado, sem impor julgamentos prévios.

3.2 LOCAL DE PESQUISA

A pesquisa ocorreu exclusivamente na região do Alto Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina, considerando a relevância social e territorial do tema neste contexto específico. A delimitação geográfica visou proporcionar uma aproximação mais profunda com a realidade local, favorecendo uma escuta mais qualificada das vivências das participantes. Ressalta-se que o contato da pesquisadora antes das entrevistas com as participantes ocorreu apenas virtualmente para combinar o horário da entrevista que foram conduzidas nas dependências do NEAP (Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia), local previamente autorizado (Anexo F) definido para esse fim.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A população da presente pesquisa é composta por mulheres que exercem ou exerceram a prostituição, no Alto Vale do Itajaí (SC). Foram consideradas participantes elegíveis todas as pessoas que se reconhecem como mulheres, sejam elas cisgênero, transgênero ou travesti, com idade igual ou superior a 21 anos, que atuaram na prostituição por no mínimo seis meses. Essa definição busca respeitar a autoidentificação de gênero e garantir a inclusão de diversas experiências femininas no fenômeno investigado.

Os critérios de inclusão para participação da pesquisa é ter 21 anos ou mais, identificar-se como mulher (cisgênero, transgênero ou travesti), ter exercido a prostituição por no mínimo seis meses, além de demonstrar disponibilidade e consentimento para participar voluntariamente da entrevista. Os critérios de exclusão consistem em mulheres com menos de 21 anos, que atuaram na prostituição por menos de seis meses e que não se reconhecem como mulheres.

A amostra inicial foi definida considerando a acessibilidade e disponibilidade das participantes no momento da pesquisa. Foram realizadas quatro entrevistas, e o número de participantes era para ser determinado a partir do critério de saturação teórica, que ocorre quando as informações obtidas nas entrevistas se tornam repetitivas ou não acrescentam novos elementos relevantes à análise. Segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008), a saturação teórica é um dos principais indicadores de encerramento da coleta de dados em pesquisas qualitativas, pois garante profundidade e consistência à análise, sem a necessidade de um número fixo de participantes. Entretanto, embora o critério de saturação tenha sido o parâmetro inicialmente previsto, ele não foi atingido, uma vez que houve baixa adesão das potenciais participantes.

Assim, o encerramento da coleta se deu não pela saturação teórica, mas pela limitação no número de mulheres que aceitaram participar, tendo sido realizadas todas as entrevistas possíveis dentro do alcance da pesquisa.

Essa escolha metodológica visou assegurar uma escuta sensível, diversa e ética, respeitando a complexidade das experiências subjetivas das participantes, bem como suas vulnerabilidades e contextos socioculturais.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos de coleta de dados foram iniciados somente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme preconizado pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata das diretrizes éticas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

A divulgação da pesquisa foi realizada por meio das redes sociais e da distribuição física de um único material gráfico (Apêndice A), que reuniu as informações essenciais sobre o estudo, incluindo os objetivos, critérios de participação e os contatos para eventual agendamento da entrevista. Esses *flyers* foram disponibilizados nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), com o objetivo de facilitar o acesso à informação por parte da população-alvo e ampliar o alcance da chamada para participação na pesquisa. Outra forma de recrutamento de participantes aconteceu por meio da técnica bola de neve, na qual uma participante inicialmente contatada indicou outras possíveis participantes que atendessem aos critérios da pesquisa. Essa estratégia é especialmente útil quando se trata de populações de difícil acesso ou que se encontram em situação de vulnerabilidade, como é o caso das mulheres em situação de prostituição. Segundo Biernacki e Waldorf (1981), a técnica bola de neve é eficaz para alcançar indivíduos pertencentes a redes sociais fechadas, pois utiliza a confiança já estabelecida entre pares para facilitar a entrada do pesquisador naquele grupo. À medida que novas participantes são incluídas, elas também podiam indicar outras pessoas, formando uma cadeia de indicações que ampliava gradativamente o acesso à população alvo. Essa abordagem respeitou o ritmo e os vínculos existentes entre as participantes, contribuindo para um processo de coleta mais ético, sensível e contextualizado.

Todo o contato inicial foi realizado de maneira ética, sigilosa e acolhedora, visando estabelecer um ambiente de confiança e respeito à autonomia das mulheres abordadas. Após o primeiro contato, ocorreu o agendamento individual das entrevistas, de acordo com a disponibilidade e preferência das participantes. As entrevistas aconteceram no Núcleo de

Estudos Avançados em Psicologia (NEAP) com as participantes para garantir a privacidade, minimizando quaisquer riscos de constrangimento ou exposição.

Antes da entrevista, a pesquisadora se apresentou formalmente e explicou detalhadamente os objetivos da pesquisa, os direitos das participantes e os procedimentos envolvidos, conforme descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A). A leitura foi realizada em linguagem clara, e as eventuais dúvidas foram sanadas. Somente após a aceitação livre e espontânea, com a assinatura do TCLE, se deu início a entrevista. Neste momento explicou-se à participante que a qualquer momento ela poderia desistir de participar da pesquisa sem nenhum prejuízo.

As entrevistas aconteceram de maneira semiestruturadas e conduzidas de forma empática e acolhedora, buscando compreender as vivências das mulheres em seus contextos de vida e trabalho. A coleta foi feita por meio de gravação de áudio, com autorização prévia das participantes, por meio do Termo de Gravação de Voz (Anexo B), e posteriormente realizada a transcrição integral. Foram realizadas quatro entrevistas individuais, sendo atingido o critério de saturação teórica, conforme proposto por Fontanella *et al.* (2011), ou seja, quando os dados coletados começam a se repetir e novas entrevistas não trouxeram informações adicionais relevantes para os objetivos do estudo.

Considerando que a etapa de divulgação e agendamento da entrevista foi realizada de forma virtual, levamos em consideração as orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) para procedimentos em pesquisas com etapas virtuais, conforme o documento Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual (CONEP, 2021). Nesses casos, a comunicação foi feita de forma ética, por meio de perfis sociais da pesquisadora ou contatos previamente autorizados, garantindo a transparência quanto ao objetivo da pesquisa e os direitos das participantes.

Além disso, adotou-se uma estratégia de comunicação clara, transparente e respeitosa, utilizando plataformas digitais seguras e reconhecidas, como *WhatsApp*, *e-mail* e redes sociais. As participantes foram informadas sobre os riscos potenciais, mesmo em ambientes virtuais, e sobre as medidas adotadas para proteger sua privacidade, como criptografia de mensagens e armazenamento seguro das informações.

Ao final de cada entrevista, houve um momento de acolhimento e agradecimento pela participação, assegurando às entrevistadas que seus dados serão utilizados apenas para fins científicos, de forma sigilosa, e que poderão desistir da participação a qualquer momento, sem prejuízo algum.

Não houve desconforto emocional durante as entrevistas, mas caso houvesse quaisquer sinais a pesquisadora, que é estudante cursando a décima fase de psicologia e por isso gabaritada para realizar acolhimento psicológico, iria realizá-lo. Caso necessário avaliar a necessidade de realizar um encaminhamento à clínica escola da UNIDAVI - NEAP para acompanhamento psicológico gratuito conforme Carta de Autorização (Anexo C). Caso houvesse necessidade de atendimento psicológico no Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia – NEAP, os custos de deslocamento até a clínica seriam integralmente ressarcidos pela pesquisadora, mas não houveram.

3.5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Considerando a natureza qualitativa e descritiva da presente pesquisa, foi utilizada como principal técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada (Apêndice B), por se tratar de um instrumento que permite ao pesquisador explorar em profundidade as experiências, percepções e sentidos atribuídos pelas participantes à sua vivência na prostituição.

A entrevista semiestruturada é caracterizada por um roteiro de perguntas previamente elaborado, mas que permite certa flexibilidade durante sua aplicação, favorecendo uma escuta mais atenta e aberta às particularidades de cada participante (Minayo, 2010). Essa técnica permite ao pesquisador seguir os temas centrais do estudo, ao mesmo tempo em que acolhe as narrativas espontâneas das participantes, o que é essencial para a compreensão dos aspectos subjetivos e sociais da prostituição.

As entrevistas foram realizadas individualmente no NEAP (Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia), respeitando critérios de privacidade e segurança. Sendo composta por 27 perguntas semiestruturadas e com duração média de 1 hora e 20 minutos. Mediante consentimento das entrevistadas, os encontros foram gravados em áudio e transcritos integralmente para análise qualitativa.

De acordo com Bardin (2016), a utilização de entrevistas em pesquisas qualitativas oferece a possibilidade de captar aspectos subjetivos, simbólicos e afetivos presentes no discurso dos participantes. Assim, essa técnica é especialmente adequada quando se pretende compreender realidades complexas, como a vivida pelas mulheres em situação de prostituição.

Essa abordagem visa construir uma escuta acolhedora e livre de julgamentos, reconhecendo a autonomia das entrevistadas e valorizando suas narrativas como saberes legítimos sobre suas próprias existências. A escolha por essa técnica está alinhada à proposta

ética e metodológica da pesquisa, que busca compreender e dar visibilidade às vozes dessas mulheres.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados desta pesquisa é fundamentada na Abordagem Fenomenológica, com base nos pressupostos de Giorgi (2009), cujo método visa acessar e descrever as essências das experiências subjetivas vividas pelas participantes, a partir de seus próprios relatos. A fenomenologia, nesse contexto, não busca explicações causais, mas sim compreender os significados experienciados, suspendendo julgamentos e concepções prévias.

O processo de análise foi conduzido conforme os passos metodológicos propostos por Giorgi (2009), que envolvem:

1. Leitura completa das transcrições para captar o sentido global dos relatos;
2. Identificação e delimitação das unidades de significado presentes nas falas das participantes;
3. Transformação dessas unidades em linguagem psicológica, interpretando-as à luz da vivência, sem descaracterizar a perspectiva da participante;
4. Construção de uma síntese descritiva das estruturas essenciais da experiência, representando os significados invariantes presentes nos depoimentos.

Essa abordagem possibilita uma escuta sensível e profunda, permitindo que as mulheres participantes sejam compreendidas em suas vivências singulares, evitando generalizações reducionistas e estigmatizantes. Como aponta Bicudo (2020), a fenomenologia propõe uma abertura genuína ao mundo da experiência vivida, valorizando aquilo que se mostra na fala do sujeito, na sua inteireza e complexidade.

3.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O projeto inicial desta pesquisa após a aprovação pela banca de qualificação foi enviado à Plataforma Brasil sendo aprovado para ida a campo pelo Comitê de Ética da Unidavi sob o **número do parecer 7.740.149** do dia 01/08/2025. A presente pesquisa segue os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as diretrizes para a realização de pesquisas com seres humanos, com o objetivo de garantir os direitos e a segurança dos participantes (Brasil, 2012). Nesse contexto, foi fundamental garantir que a pesquisa fosse conduzida de forma ética, transparente e

respeitosa, assegurando que todas as participantes fossem informadas de forma clara sobre os objetivos, procedimentos, benefícios e possíveis riscos do estudo, de modo que pudessem tomar uma decisão livre e informada sobre sua participação.

Cada participante recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual está explicitado que a participação é voluntária e que poderiam desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que isso implicasse em qualquer prejuízo. O TCLE foi assinado pela participante, garantindo o consentimento para sua inclusão no estudo.

Toda pesquisa com seres humanos oferece riscos aos participantes. No caso desta pesquisa, considerando a natureza qualitativa do estudo, os possíveis riscos mais significativos podem envolver o desconforto emocional ou o constrangimento relacionado à exposição de experiências pessoais de vida. Para mitigar esses riscos, as entrevistas foram conduzidas no NEAP (Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia), que assegurou a confidencialidade e o anonimato das participantes, minimizando qualquer possibilidade de exposição ou constrangimento. A pesquisadora, durante todo o processo de contato e entrevista, teve uma postura acolhedora e sem julgamentos. Além disso, as participantes entrevistadas foram identificadas por nomes fictícios, garantindo que suas identidades sejam preservadas. A pesquisadora, sendo uma estudante de Psicologia com experiência em acolhimento psicológico, é capacitada para oferecer apoio emocional caso houvesse algum desconforto durante a entrevista. Caso necessário, as participantes poderiam ser encaminhadas para acompanhamento psicológico gratuito na clínica-escola da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), garantindo que o acolhimento seja adequado e respeitoso (Anexo C). Caso necessitasse de atendimento psicológico no Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia – NEAP, os custos de deslocamento até a clínica seriam integralmente ressarcidos pela pesquisadora.

Em relação aos benefícios, a pesquisa busca proporcionar uma compreensão mais profunda sobre as vivências das mulheres em situação de prostituição, abordando suas experiências e desafios, e possibilitando um olhar mais sensível e humanizado para essa população. O estudo também oferece a oportunidade de dar visibilidade às suas narrativas, que frequentemente são marginalizadas e silenciadas, contribuindo para a construção de um conhecimento mais justo e representativo. Além disso, a pesquisa poderá fornecer subsídios para políticas públicas e práticas profissionais mais efetivas no cuidado dessas mulheres, promovendo a inclusão social e o fortalecimento de redes de apoio.

Embora a pesquisa envolva riscos, estes foram considerados e tratados com responsabilidade, por meio de procedimentos éticos rigorosos que visavam proteger as

participantes e as pesquisadoras. Os benefícios esperados incluem o avanço do conhecimento sobre a realidade dessas mulheres, o fortalecimento de práticas de cuidado psicossocial e a promoção de uma maior justiça social, ao dar voz a um grupo historicamente vulnerável.

A pesquisa contou com a utilização do Termo de Compromisso de Utilização de Dados (Anexo D), conforme orientações das diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012), que assegura o compromisso da pesquisadora com o uso ético, confidencial e exclusivo dos dados obtidos durante a pesquisa, destinando-os unicamente às finalidades acadêmicas previstas no projeto. Esse termo garante que nenhuma informação será divulgada de forma que permita a identificação das participantes, reforçando o compromisso com o sigilo e a integridade dos dados coletados.

Adicionalmente, foi utilizado o Termo de Conformidade entre os Documentos (Anexo E), conforme previsto nos manuais operacionais do Comitê de Ética em Pesquisa e das normativas da Plataforma Brasil, com o objetivo de assegurar que os documentos submetidos e os aplicados na prática estejam em total consonância. Tal termo visa garantir a coerência e a fidelidade entre o projeto aprovado e os instrumentos utilizados, promovendo maior rigor metodológico e ético no desenvolvimento da pesquisa (Brasil, 2023).

Vale ressaltar que essa pesquisa passou pela autorização de qualificação da banca conforme Anexo G, o que atestou a validade e relevância do projeto proposto, bem como a adequação de sua metodologia. A aprovação da banca examinadora reforçou o compromisso ético e científico da pesquisa, garantindo que todas as etapas fossem cuidadosamente planejadas e que os objetivos propostos estivessem compatíveis com os critérios acadêmicos exigidos pela instituição.

Caso as participantes queiram acessar o resultado da pesquisa poderão requisitar por meio do e-mail da pesquisadora assistente: camila.battistella@unidavi.edu.br.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção tem como objetivo apresentar a análise dos dados obtidos na pesquisa, organizada de modo a responder aos objetivos propostos e à problemática central deste estudo, que é descrever as vivências das mulheres que exercem a prostituição levando em consideração os estigmas e as estratégias para lidar com as dificuldades. A análise foi construída a partir de uma perspectiva fenomenológica, que privilegia a escuta atenta e a valorização da descrição das narrativas das participantes. Dessa forma, não se busca apenas relatar fatos, mas compreender suas experiências, sentimentos e estratégias, articulando-os com o referencial teórico que sustenta este trabalho.

A escolha pela análise orientada pelos objetivos específicos permite dar maior clareza ao processo investigativo, tornando evidente como cada eixo pesquisado se relaciona diretamente com as questões centrais da pesquisa. Nesse sentido, os relatos obtidos nas entrevistas foram agrupados e discutidos em cinco eixos principais: (a) vivências cotidianas das mulheres na prostituição; (b) experiências pessoais na prostituição; (c) redes de apoio e dinâmicas sociais e familiares; (d) dificuldades enfrentadas e estratégias de enfrentamento; e, por fim, (e) um comparativo entre as mulheres que atuam em contextos de rua e aquelas que exercem a prostituição em locais fechados.

As entrevistas foram realizadas ao longo do mês de setembro, em horários alternados de acordo com a disponibilidade das participantes. A captação das entrevistadas ocorreu por meio da técnica bola de neve, resultando em dez indicações de mulheres. A primeira participante, conhecida da pesquisadora, demonstrou interesse em participar da pesquisa e, a partir desse contato inicial, a entrevistada indicou outras mulheres para serem contatadas. Das dez indicações feitas pelas entrevistadas, três aceitaram participar das entrevistas, uma não compareceu e as demais seis não responderam ou optaram por não participar da pesquisa. A pesquisadora respeitou essas decisões, evitando insistências, buscando preservar a autonomia e individualidade de cada mulher.

Ao todo, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, com duração média de 1h20min cada. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento prévio das participantes, e posteriormente as falas foram transcritas integralmente. Inicialmente buscou-se separar as entrevistas por respostas na pré-análise a fim de visualizar temas em comum, entretanto considerando que as respostas foram bastante extensas, esse formato demonstrou-se confuso. Nesse sentido, para facilitar a pré-análise, às partes consideradas significativas foram destacadas com cores correspondentes, permitindo uma organização visual que evidencia a

relação com os objetivos específicos da pesquisa. Após a pré-análise por cores, foram separados os trechos de cada entrevista por tópicos relacionados aos objetivos da pesquisa para então agrupar em categorias que estão subdivididas nos tópicos a seguir.

Vale destacar que todas as participantes responderam às perguntas de forma completa, demonstrando interesse e engajamento no processo. Estas também relataram sentir-se valorizadas por estarem sendo ouvidas, reforçando a importância de um espaço seguro e acolhedor para a escuta de suas experiências.

4.1 CONHECENDO AS NOSSAS PARTICIPANTES

A seguir, a partir do Quadro 4 serão apresentadas as participantes desta pesquisa, preservando cuidadosamente suas identidades. O objetivo é proporcionar ao leitor uma aproximação mais pessoal e humana das mulheres que, com coragem e generosidade, compartilharam suas histórias com a pesquisadora. Espera-se que esta descrição consiga transmitir a força e a singularidade de cada uma delas, que aqui são representadas por pseudônimos inspirados em pedras preciosas, uma forma simbólica de reconhecer e valorizar a preciosidade de suas trajetórias, pois é dessa forma que as reconhecemos. Trata-se de impressões da pesquisadora e de uma síntese de fragmentos garimpados nas entrevistas, construídos com sensibilidade e respeito, de modo a preservar a essência de suas narrativas e a autenticidade de suas vozes.

Quadro 4 - Apresentação das participantes⁶

Pseudônimos	Idade	Período	Filhos	Orientação sexual
Ametista	42	2009 - atual	não	pansexual
Esmeralda	41	2000 - 2017	sim (1)	heterossexual
Rubi	35	2018 - atual	não	bissexual
Safira	29	2015 - atual	sim (1)	heterossexual

Fonte: Dados de pesquisa (2025).

⁶O quadro foi elaborado em ordem cronológica, considerando a idade das participantes.

4.1.1 Ametista

Ametista é travesti e se identifica como mulher, é pansexual, tem 42 anos e atua na prostituição há 16 anos. Iniciou sua trajetória na prostituição ainda vivendo como homem e, ao longo do tempo, fez sua transição para mulher sem o uso de hormônios ou intervenções cirúrgicas, expressando sua identidade feminina por meio de vestimentas e cuidados pessoais. Ametista relata que entrou na prostituição por necessidade, enquanto estava em outro país, ainda virgem, e descreve seu percurso com grande resiliência. Sua história de vida revela uma postura determinada, uma forma de se comunicar segura e um tom de voz firme, mesmo diante das adversidades enfrentadas desde o início de sua trajetória profissional.

Valoriza a cultura e o conhecimento, adaptando-se com facilidade a diferentes espaços e pessoas. É autêntica e não se importa com a opinião alheia, buscando equilíbrio, autoconhecimento e uma vida mais digna para si e para sua comunidade. Com ensino médio completo, Ametista incentiva outras travestis e transexuais a buscarem educação como forma de ampliar suas oportunidades.

Gosta de música, vídeos de crianças “fofinhas” e de animais engraçadinhos. Fortaleceu-se em sua fé católica, participando de missas, rezando o terço e realizando peregrinações que contribuíram para superar momentos de dependência química.

Ametista se vê como trabalhadora sexual e, acima de tudo, como uma empreendedora nata, que cuida das pessoas que atende, acolhendo suas carências e fantasias. Acredita que a regulamentação da profissão trará dignidade, respeito e direitos aos trabalhadores sexuais. Solteira, nunca teve um relacionamento ou beijo apaixonado e não tem filhos. É também um pilar de apoio para sua família, que desconhece sua identidade e profissão.

4.1.2 Esmeralda

Esmeralda é cisgênero, tem 41 anos, heterossexual que carrega em sua história uma trajetória marcada pela força, pela resiliência e por intensas camadas de complexidade emocional. Sua entrada na prostituição ocorreu ainda na adolescência, aos 15 anos, de maneira não planejada. Onde, foi abordada por um vizinho que, ao notar sua vulnerabilidade diante de conflitos familiares, ofereceu-lhe uma carona e, posteriormente, propôs “dar uma banda”⁷ em troca de R\$200,00 reais, valor muito superior ao salário mínimo da época. Naquele período,

⁷ Dar uma banda é uma expressão informal que significa dar uma volta ou sair para passear.

Esmeralda trabalhava como auxiliar de dentista, e o dinheiro representava uma possibilidade imediata de transformação. Sem compreender totalmente o que a expressão significava, aceitou o convite.

Com o tempo, Esmeralda aprendeu a construir uma persona profissional, uma mulher que se apresentava com roupas marcantes, maquiagem elaborada e joias, assumindo uma identidade apenas para fins profissionais, que lhe permitia deixar os problemas pessoais do lado de fora do quarto. Essa separação entre “a mulher” e “a profissional” tornou-se uma estratégia de sobrevivência emocional, uma forma de sustentar sua rotina e preservar sua subjetividade.

É pragmática, determinada, de raciocínio ágil e comunicação assertiva. Sempre manteve foco em seus objetivos, especialmente o de proporcionar uma vida melhor à filha e garantir sua independência financeira. Esmeralda se orgulha de nunca ter aceitado perder o que conquistou e define a prostituição como uma verdadeira “faculdade da vida”, um espaço de aprendizado, convivência e histórias que a ensinaram tanto sobre o mundo quanto sobre si mesma.

Mesmo enfrentando preconceitos e situações adversas, mantém como filosofia “seguir em frente”. Onde, sua trajetória revela uma mulher que aprendeu a transformar a dor em sabedoria. Entre a necessidade e a escolha, ela criou um modo próprio de existir no mundo, consciente das marcas, mas também orgulhosa das vitórias que construiu com coragem e dignidade.

Atualmente, Esmeralda possui três graduações e, por opção, não atua mais na prostituição, onde atuou por 17 anos. Vive um momento de realizações pessoais, mas mantém vivo o reconhecimento da importância de cada etapa de sua trajetória. Vive em união estável e tanto sua filha quanto o companheiro conhecem sua história e a respeitam, compreendendo que ela carrega consigo aprendizados e marcas que ajudaram a moldar a mulher que é hoje, forte, consciente e dona de sua própria narrativa.

4.1.3 Rubi

Rubi é cisgênero, tem 35 anos, bissexual, com personalidade marcante, cuja presença combina firmeza, sensibilidade e espiritualidade. Segura de si e profundamente comprometida com seu trabalho, ela demonstra orgulho de sua trajetória e defende com convicção a profissão que escolheu. Sua entrada na prostituição ocorreu após o término de um relacionamento de cinco anos, marcado por traições que abalaram sua confiança. Cansada da rotina exaustiva de trabalhar durante a semana e, ainda assim, precisar fazer bicos nos finais de semana para se

sustentar, decidiu buscar na prostituição uma forma de garantir autonomia financeira e reconhecimento pessoal.

É considerada por muitos uma figura acolhedora, quase uma “mãezona” para suas colegas, embora mantenha uma postura discreta e reservada. A liberdade é um valor central em sua vida. Rubi preza por sua independência e se recusa a se submeter à vontade de qualquer pessoa. Em seus relacionamentos, mantém padrões elevados, acreditando que um parceiro deve tratá-la tão bem quanto ela se trata e, acima de tudo, respeitar sua autonomia.

Rubi dedica-se com intensidade ao cuidado espiritual e ao autoconhecimento. Pratica xamanismo⁸, *reiki*⁹, meditação e *ho'oponopono*¹⁰, além de realizar banhos de ervas e defumações como forma de limpeza energética. Acredita que a saúde física e emocional está profundamente conectadas e aprendeu, com o tempo, a expressar seus sentimentos para não “engolir dores”, como costumava fazer, o que antes se manifestava em problemas de garganta.

Embora se considere uma mulher discreta, hospitaleira, acolhedora e também é criteriosa e impõe limites firmes. Sabe exatamente com quem deseja se envolver e não tolera desrespeito ou toques indesejados.

Sua história revela uma mulher que encontrou na autenticidade e na espiritualidade o caminho para equilibrar corpo, mente e propósito. Rubi construiu uma forma própria de existir no mundo com coragem, consciência e amor-próprio.

4.1.4 Safira

Safira é cisgênero, tem 29 anos, é heterossexual e passou por experiências de vida que exigiram resiliência e maturidade precoce. Engravidou ainda no ensino médio, fruto de seu primeiro relacionamento, o que a levou a interromper temporariamente os estudos. Anos depois, demonstrando determinação, concluiu o ensino médio por meio da prova do ENCCEJA. Separada e sem a guarda da filha, Safira precisou conciliar suas responsabilidades maternas com a busca por autonomia financeira e pessoal.

Sua entrada na prostituição ocorreu inicialmente por um ex-namorado, que a influenciava a se envolver em práticas sexuais com outros parceiros enquanto a observava. Com

⁸Prática ancestral que busca conexão com a natureza e os espíritos para cura, orientação e autoconhecimento, utilizando rituais, cantos e instrumentos.

⁹Técnica de cura energética japonesa em que o praticante canaliza energia universal pelas mãos, promovendo relaxamento e equilíbrio energético.

¹⁰Método havaiano de reconciliação e perdão, focado na limpeza de memórias e sentimentos negativos, promovendo harmonia interior e nas relações.

o tempo, ele começou a cobrar pelos serviços prestados aos parceiros, e, após o término desse relacionamento, que ela considera tóxico, Safira optou por seguir no trabalho sexual de forma independente.

Safira é uma mulher discreta, organizada e cautelosa, que busca manter controle sobre sua rotina, sua segurança e seus limites. Valoriza sua independência e tem desenvolvido estratégias para lidar com os desafios emocionais e sociais que acompanham a profissão. Ao mesmo tempo, está em constante busca de autodesenvolvimento e cuidados pessoais, estudando para concursos e tentando construir uma vida mais equilibrada e estruturada.

Sua trajetória revela uma mulher consciente do próprio valor, capaz de transformar adversidades em força, autonomia e resiliência. Safira mantém firme seu propósito de viver com dignidade e determinação, construindo um futuro diferente e significativo, sem negar ou envergonhar-se das experiências que a moldaram e a tornaram quem é hoje.

4.2 ANÁLISE POR OBJETIVO

A análise dos resultados foi organizada de modo a responder diretamente aos objetivos da pesquisa, assegurando uma leitura clara e coerente entre a proposta inicial do estudo e as interpretações apresentadas. Essa escolha metodológica visa não apenas retomar as questões centrais levantadas no projeto, mas também oferecer uma visão sistemática sobre como cada objetivo foi alcançado a partir do material coletado em campo.

Dessa forma, os próximos subitens estão estruturados de acordo com os objetivos específicos do trabalho, apresentando as evidências, descrições e reflexões que emergiram da investigação. A organização segue a ordem previamente estabelecida, de modo a favorecer a compreensão do leitor e evidenciar o percurso analítico realizado.

Em consonância com o objetivo deste trabalho, que busca dar voz às mulheres que exercem a prostituição, valorizando suas experiências e percepções, optou-se por apresentar trechos mais extensos das entrevistas. Essa escolha visa preservar a autenticidade de suas falas, permitindo que suas narrativas revelem, de forma sensível e significativa, as vivências, os desafios e as estratégias de resistência que compõem suas trajetórias.

4.2.1 Caminhos que levam e sustentam a permanência

Os motivos que levaram cada entrevistada a ingressar na prostituição foram diversos. Todos carregados de significados e marcas que somente elas podem expressar. A prostituição

no Brasil, especialmente entre mulheres de classes populares ou marginalizadas, permanece como uma das formas mais visíveis de exclusão social, e seu ingresso nesse contexto deve ser compreendido à luz de fatores históricos, sociais e culturais que perpetuam desigualdades e limitam alternativas de subsistência (Borba, 2021).

Ametista, iniciou na profissão por não ter condições de se sustentar fora do país, em um contexto de escassez de alternativas, uma pessoa que conheceu lhe apresentou a prostituição, informou que apenas precisaria pagar o valor do anúncio no jornal e alugar um quarto a ela, onde ali teria a oportunidade de se manter financeiramente.

Esmeralda, por sua vez, foi influenciada por um vizinho que, ao perceber que ela ainda era menor de idade e enfrentava momentos de instabilidade familiar, a convidou para “dar uma banda”, oferecendo-lhe R\$200,00 em troca, valor que, na época, correspondia a um salário mínimo. Ela aceitou sem compreender plenamente do que se tratava, relatando que o dinheiro lhe “brilhou os olhos”. Diante do contexto familiar em que se encontrava, viu naquela proposta uma oportunidade de mudar de vida. Entre idas e vindas de relacionamentos, durante os quais se afastava da profissão, Esmeralda passou por três abortos devido à hipoplasia uterina, conhecida também como útero infantil. Nenhuma de suas gestações ocorreu em decorrência do trabalho. Em um desses períodos, engravidou novamente e, logo após o nascimento de sua filha, rompeu com o relacionamento. Ainda com a filha recém-nascida, seu ex-marido veio a falecer. Nesse contexto, Esmeralda retornou à profissão, mantendo-se ativa até 2017, agora com um objetivo maior: proporcionar à filha tudo o que ela própria nunca teve.

Rubi trabalhava diariamente em um salão de beleza como depiladora e manicure, onde precisava repassar 30% de seus ganhos aos proprietários. Além disso, trabalhava à noite em uma pizzeria como *freelancer* para conseguir pagar o aluguel. Deslocava-se de bicicleta, pois não possuía carro. Em determinados momentos, enquanto estava em postos de combustíveis ou festas, chegou a receber propostas de R\$1.000,00 para sair com frentistas e empresários, mas na época ainda tinha muito preconceito com quem exercia a prostituição. Anos depois, ao observar outras mulheres que exerciam a prostituição conquistando sua independência financeira e comprando seus carros, decidiu seguir o mesmo caminho.

Safira foi influenciada por um ex-namorado que possuía fetiches em vê-la com outros homens. Com o tempo, ele passou a enxergar nessa situação uma oportunidade de obter lucro, cobrando pelos encontros. Após o término do relacionamento, Safira passou a ver na prostituição uma forma de sustentar-se e, ao mesmo tempo, garantir as viagens para visitar sua filha, que mora em outra cidade. Inicialmente, fazia o trajeto pegando caronas com motoristas na BR, mas, com o passar do tempo, conseguiu se estabilizar financeiramente, passando a

utilizar transporte por aplicativo. Atualmente, conquistou seu próprio carro, símbolo de sua autonomia e do esforço dedicado à melhoria de suas condições de vida.

Suas trajetórias foram diversas, mas há um fator em comum que as manteve na profissão: o dinheiro. Mais do que simplesmente pagar contas, esse dinheiro representava autonomia, a chance de conquistar pequenas liberdades e realizar coisas que antes pareciam impossíveis. Muito mais do que sobrevivência, mas também a necessidade de se sentir dignas e no controle da própria vida. O dinheiro não apenas sustentava a permanência na profissão, mas também simbolizava esperança, oportunidades e a possibilidade de transformar dificuldades em conquistas pessoais.

Elas posicionam-se *“é um dinheiro fácil, sabe? É um dinheiro assim que, pô, eu preciso de R\$200,00 reais e agora é com um programa que eu faço, entendeu?”* (Safira). Destacando as possibilidades que a renda proporcionou, complementa: *“de repente você acaba começando a ganhar dinheiro e já tem pra comprar um sapato, um short, [...] já come num restaurante, já vai pra uma festa, consegue viajar, consegue ajudar a família”* (Ametista). Rubi compartilha que, ao ingressar na prostituição em 2018, rapidamente conseguiu realizar conquistas materiais importantes:

foi uma escolha que eu pedi, falei pra mãe, ‘ó, vou entrar na prostituição porque, né, nunca vou conseguir comprar uma casa e um carro ou alguma coisa pra mim se eu não... Porque eu tô seis anos pensando, tô aqui seis anos andando de bicicleta, não consegui comprar um Uno sequer, entendeu?’ Meu primeiro carro foi o Uno, eu dei entrada nele dois meses depois que comecei, com um amigo. Tempo depois, ganhei um gol que foi um cliente que me arrumou, que me deu por consideração (Rubi).

Ainda neste, completou que: *“em 2018 dei entrada num carrinho e dei entrada já no meu terreno. Eu falei, eu vou trocar de carro, porque esse gol tava me dando problema já. Já tinha ido uns dois anos. E... e vou dar entrada no terreno numa casa dos meus pais.”* (Rubi). Na mesma direção, Esmeralda confirma o poder transformador da renda obtida com o trabalho: *“O dinheiro, ele... Ele respondeu todas as minhas perguntas.”* (Esmeralda) pelas suas conquistas atuais relatou *“Eles acham hoje que eu sou rica, né? Eles pensam, mas ninguém sabe de onde veio esse dinheiro.”* (Esmeralda). Com orgulho, Safira relembra o momento em que conseguiu restituir seu nome e reconquistar sua autonomia financeira:

Conforme a gente vai evoluindo, dando o primeiro passo para uma coisa boa, sabe, que a gente vê que deu um resultado... Quando eu limpei meu nome, foi o meu primeiro passo. Eu sujei meu nome com 18 anos e limpei com 25. Foi tão legal, sabe? Nossa, agora eu tenho um nome limpo, agora eu tenho crédito na praça, agora eu tenho um nome. Eu posso não ter dinheiro, mas eu tenho um nome. Depois que tu dá

o primeiro passo, tu quer sempre mais. Eu acho que isso que fortalece, porque tu vê que uma coisa melhora... Ah, agora eu vou ver minhas metas (Safira).

Ao relatar sobre o controle financeiro, duas entrevistadas destacaram que, por se tratar de um valor recebido diariamente e sem um controle fixo, elas mesmas precisam criar estratégias para administrá-lo. Safira, por exemplo, utiliza um caderno que desenvolveu há cerca de quatro anos e que, segundo ela, tem funcionado bem. Neste caderno, anota todos os valores recebidos e já separa o que será destinado às contas fixas, prioridades e metas pessoais. Ela explica: *“A gente não tem muita noção financeira do tanto que a gente ganha. Entendeu? Então, eu acho que depois que a gente começa a enxergar e priorizar e botar metas, é um dinheiro que eu não ganharia em lugar nenhum, fazendo coisa nenhuma.”* (Safira). Rubi reforça essa visão: *“O dinheiro, ele é... Ele vai e volta, assim, tipo... Ele não fica, assim, tipo, ou tu investe em uma casa ou em alguma coisa pra ter uma parcela pra tu pagar, senão tu não ganha todo o dinheiro, ele voa, assim, sabe?”* (Rubi).

Esses relatos revelam que, mais do que uma escolha momentânea, a permanência na prostituição está profundamente vinculada à busca por autonomia financeira e por condições de vida mais dignas (Borba, 2021).

Nessa perspectiva, a prostituição pode representar, para muitas, uma forma de resistência e sobrevivência em meio às desigualdades estruturais. Cada uma delas carrega seus próprios propósitos, seja garantir estabilidade financeira, alcançar metas pessoais, sustentar a família ou conciliar todos esses objetivos. Expressando assim, a complexidade de suas trajetórias e a pluralidade de sentidos atribuídos à sua vivência.

4.2.2 O peso emocional das primeiras experiências

A compreensão das vivências das mulheres em situação de prostituição revelou múltiplas camadas de experiências emocionais. Ao abordarmos as emoções e sentimentos presentes durante suas trajetórias nas entrevistas, foram observados alguns padrões recorrentes, principalmente no início de suas carreiras, quando, nos primeiros atendimentos, a sensação de sentir-se suja e usada foi algo muito recorrente em seus relatos.

Essas experiências iniciais vão de encontro com a ideia de identidade deteriorada apresentada por Goffman (1963), que sugere que o estigma não afeta apenas a percepção social do indivíduo, mas também a maneira como ele percebe a si mesmo. A marca do estigma pode ser internalizada, fazendo com que a identidade do indivíduo se reconfigure e afetando sua autoestima. Indivíduos estigmatizados muitas vezes se envolvem em processos de restrição para

atender às expectativas da sociedade, buscando ajustar-se aos padrões definidos ou, alternativamente, tentando ocultar o estigma para minimizar a marginalização e a exclusão social. Esse processo de adaptação ou ocultação pode ter um impacto profundo, muitas vezes resultando em um conflito interno, no qual o indivíduo luta entre sua identidade autêntica e a necessidade de se conformar a uma imagem socialmente aceitável. Essa influência reflete como o estigma não apenas molda as interações sociais, mas também desempenha um papel crucial na formação da autoimagem e na saúde mental do indivíduo.

Ametista relata sobre sua primeira semana de atendimento quando estava fora do país, descrevendo uma experiência intensa e marcante.

Eu atendi o telefone, um senhor veio. Um senhor alto, grande, bonito, veio. Nunca tinha tido experiência assim, né? Ele veio, entrou, eu tratei ele muito bem. Eu fiz o serviço, consegui fazer o serviço muito bem. Mas, quando eu fui levá-lo na porta, eu vomitei. Eu fechei a porta, comecei a vomitar e chorei. Chorei como se fosse uma criança perdida. Chorei muito forte. O choro veio de dentro. Eu me sentia suja. Eu me sentia a pessoa mais terrível do mundo porque fiz aquele ato pelo dinheiro. Sabe? Me senti muito suja. As duas vieram me abraçar.¹¹ E logo em seguida eu fui tomar banho, me pediram desculpa por aquilo, sabe? E eu fui tomar banho como se tivesse caído na merda. Era muito shampoo, muito sabonete, chorando e vomitando. Ai depois elas bateram na porta e disseram, 'olha, tem outro cliente na porta pra você atender'. Engoli o choro, e fui atender de novo. Esse dia eu devo ter atendido umas 12 pessoas. E todas as vezes eu vomitava e chorava. E os primeiros quatro dias foram assim. Já no quinto dia, eu disse, é melhor já parar com essa merda, porque vai ser assim daqui pra frente, sabe? E fui adaptando o meu corpo, a minha mente para aquilo (Ametista).

Ao relembrar sua trajetória, Esmeralda descreve o início de sua experiência na prostituição como um momento assustador. Relata que havia perdido a virgindade há pouco tempo e vivenciou um intenso misto de emoções, marcado pela incerteza sobre o que estava fazendo. Conta ter se sentido assustada e, após o primeiro atendimento, tomada por uma profunda sensação de sujeira. Mesmo com o passar do tempo, afirma nunca ter se acostumado com as vivências da noite, referindo-se a sentimentos recorrentes de dor, cansaço, solidão e vontade de chorar, desejando apenas retornar para casa. Relata que, em muitos momentos, não conseguia se alimentar adequadamente, recorrendo a salgadinhos de motel e petiscos dos bares ganhos pelos clientes, pois sentia culpa em utilizar o dinheiro recebido para si. Complementa:

¹¹ Quem veio lhe abraçar e, em seguida, pedir desculpas foi a dona da casa onde Ametista se encontrava, a mesma que havia insistido para que ela atendesse os clientes naquele dia. A mulher argumentou que Ametista não deveria desistir, pois já havia investido dinheiro para divulgar seu contato no jornal, meio pelo qual, naquele país, as prostitutas eram comumente contratadas. Diante disso, afirmou que Ametista precisaria atender ao menos alguns clientes para compensar o prejuízo causado pelo anúncio.

Eu não achava justo eu comer e a minha filha não. Mas eu tinha que trabalhar. O que eu ia dar pra ela? Ela ia ser o quê? Uma puta que nem eu? Entendeu? Porque o que eu ia dar para ela? Se eu não tivesse trabalhado na noite, eu ia estar morando de aluguel ainda, sabe? Não ia ter condição de ter o que eu tenho hoje. Não tinha como (Esmeralda).

Ainda hoje, preserva por um momento constante de privacidade, que sua família respeita, buscando momentos a sós em sua casa para poder contemplar, em silêncio, o preço emocional de tudo o que vivenciou.

Rubi relatou que, após o primeiro dia, mesmo com os clientes trazendo flores e os melhores chocolates, uma parte de si foi levada com eles, e que, naquele momento, uma conversa com Deus foi seu alicerce.

O primeiro dia que eu atendi, foram três clientes bem legais, mas depois eu queria tomar um banho de qboa, porque eu fiquei com nojo de mim. E eu falei, 'Deus, eu sei que é tão pecado estar te pedindo isso'. Eu conversei com ele embaixo do banho, chorando. Eu falei assim, 'eu sei que estou pecando, mas um dia, quando eu me redimir desse meu pecado, eu vou estar limpa. O dia que eu quiser realmente sair disso, mas eu quero te pedir se tu deixa eu permanecer nisso ou se tu faz eu parar aqui. Me dê motivos', entende? Daí na noite, nessa noite que eu fiz isso, eu chorei muito, assim, porque... Ah, eu me senti um lixo, né? Porque eu pensei, pô, tá tudo bem, os caras foram amor, não me machucaram. E minha amiga não entendia, ela veio pra mim e disse, 'Rubi tu tá bem?' Eu só chorava, assim. Ela falou, 'o cara fez algo, o que deu?' Eu falei, 'ai amiga, não é arrependimento, é uma coisa, assim, que me corrói, porque meu sonho é ter uma família, ser mãe. E tipo, o cara destruiu isso em mim'. Eu fiquei arrasada, né? (Rubi).

Esse relato demonstra não apenas sentimentos de nojo e repulsa, como a própria Rubi descreve, mas também a percepção de perda. A perda de um sonho, de uma idealização de si mesma e da possibilidade de constituir uma família.

Safira relatou que, no início, sentia nojo de si mesma e chegava a fechar os olhos durante os atendimentos, mas com o passar do tempo foi se acostumando. Hoje, afirma não sentir mais nada, dizendo que “*acabou, lavou, tá nova*” (Safira), demonstrando uma naturalização do ato como parte do trabalho. No entanto, esse mesmo distanciamento emocional se tornou, segundo ela, um problema em sua vida pessoal. Safira compartilhou que fora do trabalho não sabe mais se relacionar de forma espontânea, afirmando que não sabe flertar e que as interações afetivas perderam o sentido. Em seu relato, destaca: “*Eu acho que eu me sinto melhor conversando com alguém pelada do que com roupa, entendeu? O sexo é mais fácil do que conversar com uma pessoa.*” (Safira). Ela acrescenta ainda que chega a ficar nervosa quando o cliente tenta iniciar uma conversa, pois entende que está ali apenas para cumprir sua função profissional.

Com base na perspectiva de Goffman (1963), ao relatarem essa violência simbólica e emocional presente em suas primeiras experiências, evidencia-se como o corpo muitas vezes

reage de forma intensa a situações que a mente ainda não é capaz de elaborar plenamente. Esse processo de adaptação, pode gerar impactos profundos, resultando em um conflito interno no qual o sujeito se vê dividido entre a expressão de sua identidade autêntica e a necessidade de se adequar a uma imagem socialmente aceitável.

4.2.3 Entre o julgamento e o acolhimento: Onde se constroem as redes de apoio

Essa análise vai de acordo com as autoras Lopes *et al.* (2018), onde afirmam que o pertencimento a grupos e a formação de vínculos significativos são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social, promovendo o engajamento, a motivação e a coesão entre os indivíduos.

Ametista apresenta um bom desenvolvimento social, demonstrando prazer em atividades de lazer, como sair com amigas de profissão com quem compartilha a residência e frequenta shoppings. Mostra-se uma mulher segura de si e afirma não se importar com a opinião alheia; contudo, reconhece a existência de um preconceito social relacionado à sua profissão. Em suas palavras: *“Quem não me aceita e não me acolhe, eu lamento. Quem tem um preconceito, digamos, não pela minha sexualidade, mas por aquilo que eu faço. A sociedade é muito preconceituosa, tá? Ela faz essa separação de classe.”* (Ametista). Mantém uma relação afetiva positiva com sua família, a quem costuma ver, em média, uma vez por ano, embora tenha mencionado que eles desconhecem sua profissão. Considera-se o pilar familiar, exercendo um papel de sustentação tanto emocional quanto financeira. Em momentos de fragilidade, recorre à sua fé, que descreve como sua principal fonte de força e um elemento essencial em sua trajetória de vida.

Esmeralda relatou que, quando iniciou sua trajetória na prostituição, sua família não tinha conhecimento sobre sua atuação. Após o falecimento de seu ex-marido, ela retornou à atividade profissional e contou com o apoio familiar no cuidado com a filha, que, em alguns momentos, permanecia sob os cuidados dos familiares enquanto Esmeralda trabalhava. A participante acredita que, nesse período, sua família já desconfiava sobre sua profissão, embora o assunto só tenha sido abordado de forma explícita anos depois. Atualmente, Esmeralda não exerce mais atividades na área, mas reconhece sua família como seu principal alicerce, ressaltando o suporte recebido durante os anos em que esteve atuante. Os membros mais próximos, incluindo sua filha e seu atual marido, têm conhecimento de seu histórico na prostituição. Esmeralda relata ter recebido acolhimento e apoio por parte daqueles que souberam de sua trajetória e acredita que, caso necessitasse retornar à atividade, continuaria

contando com esse suporte familiar. Em contrapartida, relatou sentir muito preconceito da sociedade:

Eu sofri muito preconceito. É muito ruim você entrar numa loja, porque a garota de programa, se tem uma coisa que é fácil de perceber nela, são as roupas. Isso, tu não tem dúvida. Eu acho que, infelizmente, a gente caracteriza isso e vira a rotina mesmo, né? A gente entra nos estabelecimentos e a gente sabe que tem um preconceito enorme, principalmente quando é loja de mulher. A gente é mal atendida. [...] é chato quando alguém fica te julgando no olhar, né? (Esmeralda).

Rubi não esconde de ninguém sua profissão. Desde o momento em que decidiu iniciar na prostituição, comunicou abertamente a todos sobre sua escolha. Em suas palavras:

Sou bem assumida, bato no peito, eu prezo e respeito a minha profissão, apesar, né, que é uma... Igual eu digo, é a profissão mais antiga que tem, o que o povo quer julgar, cada um com o seu trabalho, né? A minha vida não muda nada na vida dos outros, a única coisa é que eu uso o meu corpo, mas é igual no comércio, o comércio tem que vender roupa. Tu tá dentro de uma loja, tem roupa pra vender, tu tem que fazer de tudo pra tá buscando melhorar a qualidade. É a mesma função, qualquer trabalho, só que a única coisa que é o corpo, né? O corpo e mente, né? Porque tem que ter ambos, né? Porque se não tu enlouquece (Rubi).

Mantém uma boa relação com sua família, que a respeita por quem ela é. Ela relata: “*E aí todo mundo fala, ‘ah, não, tem que cobrar mesmo’, ‘bem que tu faz mesmo, pelo menos tu tem teu carro pra andar, tu vai pras festas, tu paga tua entrada, tu tem tua casa, tu tem tuas dificuldades, mas é tua’.*” (Rubi). Sua postura confiante e autônoma evidencia a relevância do suporte familiar e da possibilidade de compartilhar suas vivências sem receio do julgamento. Essa rede de apoio desempenha um papel essencial no fortalecimento de sua identidade e na valorização de seu trabalho, possibilitando que exerça sua profissão com dignidade, consciência de si e reconhecimento de seu próprio valor.

Safira relata que sua família tem conhecimento sobre sua profissão, mas não oferece apoio. Segundo ela, os familiares frequentemente pedem ajuda financeira e aceitam o dinheiro que oferecem, embora continuem a julgá-la por sua escolha profissional:

Minha família me julga. [...] eu ajudo a minha mãe, eu ajudo meus irmãos, eu sempre tô ajudando, sempre tô ajudando, porque eu ganho pra isso, sabe? Eles aceitam a ajuda, mas eles não querem falar sobre isso, entendeu? O meu tio, meus parentes, primos, tios, eles sabem o que eu faço, mas a gente não comenta sobre, nunca. Eles sabem, mas a gente não fala sobre isso (Safira).

A participante destaca que sua maior dificuldade está em lidar com a sociedade e em estabelecer vínculos sociais. Após engravidar na adolescência, afastou-se dos antigos colegas

e, atualmente, relata sentir o julgamento das mulheres e o desrespeito de muitos homens ao tentar construir novas amizades:

O homem, ele tem a liberdade, ele acha que ele tá na liberdade. 'Ah, tu é garota de programa?' Então, ele acha que ele tem a liberdade de passar a mão na tua bunda a hora que ele quiser, que ele tem a liberdade de falar qualquer coisa pra ti, entendeu? [...] Tipo, homem vai se sentir à vontade pra falar qualquer bosta e fazer qualquer coisa e a mulher vai falar, então tá, né? Tipo, meio que não é legal, sabe? Não tem muito assunto. Que que tu fez no dia hoje? Pô, se eu conversar aqui o que eu fiz no dia hoje, não vai ser legal pra ti ouvir, entendeu? Então acaba não tendo conversa. Eu ligo pra minha mãe, 'que que tu fez hoje?' 'Ah, eu fiz isso, fiz aquilo, não gostei que o cara falou isso, o cara falou aquilo pra mim'. Não é legal de ter essa conversa porque a pessoa que tá do outro lado ouvindo, ela não entende. Então acaba que não dá pra socializar (Safira).

As experiências de preconceito relatadas pelas participantes revelam a persistência de estigmas sociais historicamente construídos. Onde, essa realidade pode ser compreendida à luz da divisão histórica entre a “mulher santa” e a “mulher de rua”, produzida e reforçada pela moral patriarcal brasileira (Borba, 2021). Enquanto a “mulher santa” é idealizada como esposa ou mãe submissa às normas morais, representando o ideal de feminilidade domesticada, a “mulher de rua”, prostituta é estigmatizada como imoral e marginalizada, muitas vezes reduzida a um papel socialmente desvalorizado. Essa dicotomia ajuda a explicar a dificuldade que essas mulheres enfrentam ao buscar aceitação social, estabelecer vínculos e acessar redes de apoio, reforçando o isolamento e o julgamento vivenciado no cotidiano.

Safira ainda conta que, em algumas ocasiões, tentou omitir sua profissão para facilitar a socialização, mas acabava se perdendo nas próprias mentiras. Sua principal rede de apoio é composta por sua filha e por seus clientes fixos, com quem estabelece relações de confiança e reciprocidade. Ela afirma que esses clientes não a julgam e estão disponíveis quando precisa de apoio. Relata, por exemplo, um episódio em que se sentiu desesperada por não conseguir ver a filha em um final de semana enquanto sua própria família sugeriu que deixasse para outro momento, foram seus clientes que a acolheram e buscaram ajudá-la a encontrar uma solução:

'Mãe, eu tô sem dinheiro pra pegar minha filha esse final de semana', meu Deus do céu, socorro. 'Ah, pega final de semana que vem'. Tipo assim, eu quero pegar hoje. Se eu falar isso pra um cliente meu, ele vai dizer 'não, eu vou te ajudar, calma'. Se ele não puder ajudar, ele vai te dar uma força. 'Tu vai conseguir, tu vai conseguir. Eu sei que tu consegue, tu sempre conseguiu', entendeu? Meus clientes, eu acho que eles me admiram e me compreendem mais do que a minha mãe e minha família (Safira).

Essa perspectiva reforça a importância das redes de apoio e das relações interpessoais na construção de identidades e no fortalecimento emocional. Quando essas mulheres encontram

espaços de acolhimento, seja na família, entre amigas de profissão ou até mesmo entre alguns clientes, elas conseguem ressignificar suas experiências e sustentar um senso de pertencimento e dignidade, mesmo diante do estigma social. Assim como afirmam Lopes *et al.* (2018), o sentimento de pertencimento e o estabelecimento de vínculos significativos promovem o engajamento e a coesão, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social.

Nesse contexto, o apoio recebido, ainda que fragmentado, torna-se um elemento essencial para a manutenção da autoestima e para a afirmação de suas identidades, permitindo que se reconheçam como pessoas de valor e capazes de resistir às formas de exclusão que as atravessam.

4.2.4 A invisibilidade e o julgamento

Os relatos revelam que, em nenhum momento, as participantes participaram de projetos sociais voltados à área da saúde ou à segurança na região do Alto Vale do Itajaí/SC, seja para o conhecimento de Infecções sexualmente transmissíveis, métodos anticoncepcionais, grupos de apoio, projetos de organização financeira, reconhecimento de normas jurídicas ou quaisquer ações que pudessem beneficiar sua classe. As entrevistadas relataram que, quando precisavam de auxílio, tanto na área da saúde quanto na da segurança, tinham que buscar ajuda por iniciativa própria.

As narrativas revelam vivências marcadas por vulnerabilidade e desamparo institucional. Podemos afirmar que, em tese, segue-se o que está previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, que garante a saúde como direito de todos e dever do Estado, por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de infecções e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. Entretanto, as vivências demonstram que apenas garantir o acesso não significa assegurar um atendimento humanizado e livre de preconceitos. Durante as entrevistas, emergiram relatos de humilhação e discriminação nos serviços de saúde, fatores que dificultam e afastam as mulheres que exercem a prostituição da busca por seus direitos.

Safira relatou um episódio marcante ocorrido durante seu expediente em um bar, quando começou a passar muito mal, a ponto de acharem que ela estava tendo uma overdose. Suas colegas de trabalho, com vergonha de entrar no hospital e dizer que exerciam a prostituição, deixaram-na na porta do local. Safira contou que não se tratava de overdose, mas de intestino preso, e que, mesmo após o efeito das substâncias passar, ainda sentia fortes dores: *“Eu fui muito maltratada no hospital ‘É, vai, tá fazendo o quê?’ Sabe, das enfermeiras. ‘É, faz coisa errada’.”* (Safira). Ainda nesse relato, Safira contou que, ao procurar auxílio na Unidade Básica de Saúde do seu bairro, demorou para obter o diagnóstico correto de sífilis por medo de ser

julgada pela sua profissão: “O SUS é uma coisa de doido, porque... Se tu vai e tu fala a verdade, tu é julgada. Se tu vai e mente, tu pode ser tratada errado.” (Safira). Ela relatou que ficou dois meses em tratamento para ácido fólico e que, ao descobrir o diagnóstico correto, voltou à unidade para tomar benzetacil. Ocasão em que, mais uma vez, foi alvo de comentários discriminatórios por parte dos profissionais de saúde:

Tanto quando eu fui tomar minha benzetacil, quando eu peguei sífilis também aqui, mesma coisa. ‘É, faz coisa errada’. ‘Faz sem camisinha, né?’ ‘É, dá nisso’, sabe? Tipo... as pessoas, elas julgam... elas não acolhem... entendeu? É isso... se você foi ali procurar ajuda, você precisa que a pessoa te respeite. Antes de tudo, você é uma mulher, né? Antes de ser uma garota de programa, você é uma mulher. Entendeu? É é foda... tem muito julgamento. Olhar de julgamento... a pessoa falando... ‘vai, bem feito’ (Safira).

Essa vivência de Safira vai de encontro com a visão de Goffman (1963), onde o estigma é um processo social que desqualifica o indivíduo, reduzindo-o a uma identidade deteriorada. No caso de Safira, observa-se o estigma vinculado à moralidade sexual, onde as profissionais do sexo são frequentemente vistas como “culpadas” por seus próprios sofrimentos, sendo responsabilizadas moralmente por adoecer ou precisar de ajuda.

Esmeralda reforça a percepção de Safira sobre a falta de apoio: “Eu acho que falta a empatia da sociedade, né? Eu acredito que na área da saúde falta muito, falta tudo pra nós. Porque a gente só tá trabalhando.” (Esmeralda).

As participantes também trouxeram sugestões de iniciativas que poderiam contribuir para o acolhimento e o cuidado:

No postinho de saúde, poderia ter mais campanhas assim de pegar preservativo, de fazer exame, de se cuidar, sabe, campanha de, sei lá, ir nas boates, por exemplo, distribuir preservativo, distribuir, sei lá, qualquer coisa que mostre pra garota de programa que ela é acolhida também pela sociedade, que ela não tá no mundinho dela, que ela pode ir pro mundo exterior que ninguém vai... ninguém é errado (Safira).

Ela ainda complementa sua reflexão sobre o impacto da exclusão social e da falta de oportunidades:

Porque tem menina que toma isso pra si que não consegue mais sair disso nunca mais. Que nem eu, tipo assim, eu penso qual que é o meu talento? O que que eu posso fazer além disso? Eu não sei, entendeu? Mas se eu tivesse mais vínculos, mais... abertura de visão de outras coisas, talvez eu saberia, entendeu? [...] Mas o maior desafio é a gente achar que a gente não presta pra mais nada (Safira).

Ametista reforça esse mesmo pensamento ao afirmar:

De repente, se nós tivéssemos mais encontros falando sobre temas variados, inclusive sobre saúde, direitos, família, sociedade, sonhos, cursos e tudo mais, melhoraria mais para o nosso lado porque nós teríamos mais opções a não ser escolher e ficar presa nessa roda viva do trabalho sexual informal. Deveria haver sim políticas, políticas sociais, públicas, privadas, que pudessem nos acolher. [...] E de repente ela só está vendo esse meio como atividade. E de repente pudesse trazer cursos ao mesmo tempo que ela está trabalhando ali para sustentar a família, está fazendo um curso fora, à parte, para de repente ver um futuro melhor, diferente daqui (Ametista).

Esmeralda complementa essa visão, ampliando o debate também para a área da segurança pública:

Eu acho que a saúde deveria fazer um projeto e eu acredito também na segurança. Porque é muito bom ser policial e dizer que você é a segurança da sociedade, mas exclui uma parte dela. [...] Então, a gente é desamparada pela saúde e pela segurança, com certeza (Esmeralda).

Ela relatou que, em uma de suas vivências na BR, precisou recorrer à polícia após um de seus clientes fazer brincadeiras perigosas com o carro, como acelerar e fazer “cavalo de pau”. No entanto, foi desamparada, pois os policiais alegaram que sua profissão era proibida:

Então, eles te ridicularizam, realmente. Eu dei a placa do carro, mas não deu nada. E caiu tudo sobre terra, porque... A gente não é bem vista. E, assim, não é só na sociedade. É no setor de segurança também. Então, a gente paga o preço dos impostos com qualquer dono de casa, e a segurança não é a mesma. Porque?... Eles acreditam que porque a gente é prostituta a gente não tem o direito de pedir algo em uma necessidade? Porque a gente tá se prostituindo? (Esmeralda).

Essa análise vai ao encontro de Goffman (1963), que afirma que o estigma associado à prostituição não se limita à percepção social, mas impacta diretamente a forma como essas mulheres vivenciam o mundo e acessam serviços essenciais. Os relatos das participantes evidenciam que, ao buscar atendimento em saúde ou segurança, frequentemente enfrentam julgamentos morais, precariedade no atendimento e violações éticas, configurando injustiças institucionais que reforçam sua vulnerabilidade e exclusão social. Essas experiências revelam como o estigma se materializa em práticas que marginalizam e desumanizam, indo além da simples discriminação social.

4.2.5 Vivências e resistências: o cotidiano de mulheres em busca de reconhecimento

Cada entrevistada apresentou vivências singulares, moldadas por trajetórias distintas dentro da prostituição. Embora compartilhassem algumas experiências em comum, cada uma desenvolveu suas próprias estratégias de enfrentamento diante dos desafios, identificou os

espaços em que se sentia mais segura e compreendeu as condições que determinavam onde e quando atuar.

Todas compartilham um objetivo comum: o reconhecimento de sua profissão. Segundo Borba (2021), a luta das mulheres que exercem a prostituição transcende a mera busca por sustento; envolve a reivindicação de direitos fundamentais, a preservação da dignidade e a construção de autonomia frente a um sistema social e institucional que historicamente as marginaliza. O reconhecimento da prostituição como atividade profissional legítima e o respeito aos direitos dessas mulheres são essenciais não apenas para combater o estigma e a exclusão social, mas também para assegurar que possam acessar recursos e serviços de maneira justa, segura e digna.

Neste momento da análise, o Quadro 5 apresenta um comparativo entre os diferentes espaços de atuação de cada entrevistada, com o objetivo de evidenciar as particularidades e semelhanças presentes em suas experiências.

Quadro 5 - Espaços de atuação

Nome Fictício	Locais
Ametista	Casa de prostituição; Rua; Sites de acompanhante.
Esmeralda	Bares; Casa de prostituição; Rua.
Rubi	Casa de prostituição; Sites de acompanhante.
Safira	Bares; Rua; Sites de acompanhante.

Fonte: Dados de pesquisa (2025).

Em seguida, serão apresentadas as percepções e os relatos pessoais das participantes sobre o exercício da prostituição e as formas de enfrentamento construídas ao longo de suas trajetórias. Para fins de análise, optou-se por organizar as narrativas conforme os diferentes modelos de prostituição identificados nas entrevistas.

Para melhor compreender as diferentes realidades vivenciadas pelas mulheres que atuaram na prostituição, a análise foi estruturada de forma gradual, iniciando pelos contextos de maior vulnerabilidade e finalizando naqueles que proporcionaram mais autonomia e segurança. Dessa forma, apresentam-se, primeiramente, as experiências das mulheres que atuaram nas ruas, marcadas pela exposição, insegurança e ausência de proteção; em seguida, são abordadas as vivências nos bares, que, embora oferecessem certa estrutura, ainda

impunham regras e limitações; posteriormente, discutem-se as experiências nas casas de prostituição, onde há um ambiente mais controlado, mas ainda permeado por hierarquias e restrições; e, por fim, analisa-se o trabalho mediado por sites de acompanhantes, que representou uma modalidade mais recente, caracterizada por maior controle sobre os atendimentos, autonomia financeira e estratégias individuais de proteção.

4.2.5.1 Rua

O trabalho nas ruas apresenta-se como uma das formas mais precárias e arriscadas de exercício da prostituição, marcada pela ausência de segurança, proteção institucional e apoio social. Diferente dos bares, casas de prostituição ou atendimentos por meio de sites, a rua expõe as trabalhadoras a uma série de riscos físicos, emocionais e sociais, exigindo delas o desenvolvimento de estratégias próprias de autoproteção e negociação.

Esmeralda relatou que, antes de começar a atuar nas rodovias, buscava criar redes de segurança com os funcionários dos motéis próximos, numa tentativa de reduzir os riscos da vulnerabilidade do espaço público:

Antes de eu entrar para a BR, eu ia lá, deixava o meu carro, moto, como eu já tive moto, deixava no motel, conversava com eles, 'olha, eu sou garota de programa, vou trabalhar hoje na BR, eu tô querendo usar vocês, se vocês me permitirem', então a gente combinava, 'é a Esmeralda que tá entrando'. Então a gente pode ir, chegar num acordo, a gente já entra em um consenso, né. Eu sempre pedia, na época eu fumava, eu fumei mais de 20 anos, eu pedia carteira de cigarro, que na época era caro, pra mim era caro, tudo que saía do bolso, meu trabalho pra mim era despesa, né? Porque eu tinha a meta. Pegar umas bebidas, salgadinho, botar tudo dentro da bolsa. Para comer em outra oportunidade, porque barriga cheia não rola, né? Então, a gente sempre entrava em contato com eles também, se precisasse tirava o telefone fora do gancho. É uma segurança nossa, assim. E claro que eles vão querer, né? Vai ali, gasta 10 quartos e assim, ah, não precisa arrumar nada. É rápido. Usa chuveiro, bagunça um pouquinho ali a cama, e acabou-se. Não tem, né jovens, festas, namorados, que ficam horas e horas. A gente nem liga a banheira, é rápido (Esmeralda).

A fala de Esmeralda revela a organização e racionalidade que permeiam o trabalho na rua. Ainda que o contexto seja adverso, há planejamento e busca de alianças estratégicas na tentativa de criar algum nível de controle sobre o imprevisível. Essa construção de estratégias cotidianas demonstra que, mesmo em condições de vulnerabilidade, há autonomia e saberes construídos na prática que emergem da experiência. Ela reforça isso ao refletir sobre o valor de tais aprendizagens: *“Quando estava no motel, eu me sentia mais segura pelo fato de eu conversar com eles antes, né? Ai é que tá. É como eu falei, é uma questão de vivência. Será*

que as meninas sabem dessa estratégia aqui? Eu consegui ter durante as vivências...” (Esmeralda).

A experiência de Ametista também evidencia a insegurança e o risco constantes nas ruas. Para ela, o “desafio” do trabalho não se limita à conquista do cliente, mas se estende à própria sobrevivência diante de ameaças físicas e violências:

Todos os dias, para a gente, é um desafio. Na parte da conquista, a gente está exposto à nossa imagem, seja na beira de uma esquina ou seja na rede, na internet. O cliente passa e vê várias meninas na rua. Ele gosta daquela, daquela e daquela. Porque depois tem outras. Ele vai naquela, gosta e vê qual que é a conversa. Tá bom, vou dar uma volta. Ele passa naquela e vê qual que é a conversa. Passa na outra também e vê qual que é a conversa. Eu acredito que o desafio já está em vocês saírem de casa, se arrumar, a rua já é um desafio. Ou então receber o cliente. Esse primeiro contato com o cliente já é um desafio. Você se desafia na sagacidade de saber como conversar, introduzir uma palavra, quando você brinca, quando você joga o xaveco, esse é o desafio. Esse é o primeiro desafio na conquista. Agora, desafios físicos em passar por uma situação de vexame, isso já aconteceu comigo. São várias situações e você vai ouvir relatos de rapazes, de mulheres e de trans. Eu mesma já passei um desafio quase assim de ser atropelada em um posto de gasolina abandonado à noite. Sabe, um cliente pensar que eu poderia fazê-lo mal. Com a minha metade do corpo para dentro do carro, ele começou a acelerar e fazer... ia rodar. Fazer cavalinho de pau e eu estava pra fora. E quando se roda, a gravidade te empurra pra fora. E eu já estava com o meu pé e o meu joelho ralando no chão. Quando eu olhei, em uma fração de um segundo, se eu tivesse me largado, as rodas de trás do carro teriam passado por cima das minhas duas pernas, mas eu me segurei e só depois eu me soltei. Ai eu saí rebolando, toda ferida, sabe? Foi pânico, ou então ser assaltada por outras pessoas na rua, o próprio cliente tentar uma coisa, uma violação, imagina que isso também pode acontecer com a gente. A gente já está predisposto àquele sexo e o cliente vem querer fazer, achar que porque pagou, achar que pode ter autonomia de fazer aquilo (Ametista).

Neste contexto, Ametista reforça suas estratégias para momentos adversos no trabalho:

No meu trabalho, tenho autonomia de escolher aquilo que vou fazer ou não. O cliente paga, mas a dona do serviço sou eu. Se eu disser que sim, é sim. Se eu disser que não, é não. Se eu quiser continuar, eu fico; se não, vou parar. Um toque mais consistente, um olhar mais sério, uma palavra mais áspera para fazer o cliente parar... Isso exige situações adversas, como lidar com clientes mais agressivos ou mal-educados, e respostas mais firmes. Mas sempre buscando manter o controle da situação [...] até certo ponto, posso me deixar, mas passando disso não. Já é um aviso, um olhar dominante, um toque mais brusco. Nosso corpo mostra sinais de como nos sentimos. Então posso, por exemplo, tocar e chamar atenção de forma firme; a pessoa para. Sempre busco amenizar com um sorriso, para que ele não se sinta constrangido (Ametista).

O relato de Ametista traduz a dimensão da violência estrutural que atravessa a prostituição de rua, na qual o corpo da mulher se torna simultaneamente meio de sobrevivência e alvo de agressão. A ausência de amparo institucional e a naturalização do risco reforçam o lugar de marginalização dessas trabalhadoras.

Esmeralda complementa essa percepção ao destacar a negligência policial e o estigma moral que recai sobre elas:

Já aconteceu de eu estar lá e o cara passar por um motel, fazer brincadeiras, fazer cavalinho de pau. Segurança zero, medo de roubo. Vai ligar pra quem? Pra polícia. Você vai falar o que? Que é puta? Eles vão rir da tua cara. E mesmo. Não adianta. Não tem segurança nenhuma. A única coisa que tu tem pra fazer é orar. Mais nada, tu tá ali com Deus e uma pessoa louca, não sabe de onde ele vem, pra onde ele vai, quem ele é, o que ele faz, se ele tá drogado ou não. Até porque, como é que tu vai falar que perto de um motel, quilômetros dali, a polícia 'Ah, não é comigo, então é a rodoviária'. Pô, pô. Já liguei pra polícia e eles falam 'Pois é, meu amor, cê sabe que isso é proibido, então, né, a gente não pode fazer nada'. Proibido o quê? Eu tô saindo com uma pessoa. Então, eles te ridicularizam, realmente. Eu dei a placa do carro, mas não deu nada. E caiu tudo sobre terra, porque... A gente não é bem vista. E, assim, não é só na sociedade. É no setor de segurança também. Então, a gente paga o preço dos impostos com qualquer dono de casa, e a segurança não é a mesma. Porque?... Eles acreditam que porque a gente é prostituta a gente não tem o direito de pedir algo em uma necessidade? Porque a gente tá se prostituindo? (Esmeralda).

Esse trecho vai de encontro com Goffman (1963), onde evidencia como o estigma social opera como uma barreira que impede o acesso a direitos básicos, como segurança e proteção policial. A figura da mulher prostituta é constantemente desumanizada, colocada à margem da legalidade e da empatia social, o que contribui para a reprodução de ciclos de violência e silenciamento.

Safira, por sua vez, narra como iniciou sua trajetória nas ruas de forma aparentemente espontânea, mas que logo se configurou como uma forma de trabalho:

Eu comecei a andar na rua, bem vestida, as pessoas paravam, perguntavam se eu queria carona. Eu falava que eu tava trabalhando, entendeu? Começou assim. [...] Ah, eu ia caminhar, eu morava lá no bairro em que eu morava, na casa da minha mãe. Eu ia caminhar, eu me arrumava, sexy, né? Bonita. E ia caminhando, por exemplo, até lá na Celesc, no Cantagalo, sentava lá no ponto de ônibus, esperava um pouquinho e voltava. Nesse tempo, eu fazia uns dois, três programas, porque sempre tem um cara que fica urubuzando. Urubuzando é... ele dá uma volta, ele te mira, aí ele dá outra volta. Aí ele dá outra volta, daí ele pergunta, tá fazendo o que, entendeu? Era tipo assim, não que eu ia na BR ou... Assim, bem explícito, né? (Safira).

O relato de Safira mostra como o trabalho sexual de rua também se entrelaça com o cotidiano e os espaços urbanos, revelando a fronteira tênue entre o público e o privado, o visível e o oculto. A naturalização da abordagem e a vigilância constante do olhar masculino expõem a dimensão simbólica da rua como território de disputa e resistência.

De modo geral, os relatos revelam que a prostituição exercida nas ruas é marcada pela precariedade das condições de segurança, ausência de políticas públicas, violência simbólica e física, e o estigma institucionalizado. Ao mesmo tempo, mostram mulheres que, mesmo em

meio à vulnerabilidade, constroem estratégias de sobrevivência, criam redes informais de proteção e exercem autonomia dentro dos limites possíveis. Essas narrativas evidenciam, portanto, que a rua é um espaço paradoxal, de risco, mas também de resistência e de saberes produzidos na prática cotidiana do viver e do trabalhar.

4.2.5.2 Bares

As participantes relataram que os donos costumam preferir que as trabalhadoras permaneçam no local consumindo bebidas com os clientes, em troca de uma porcentagem previamente acordada, em vez de saírem para fins sexuais. Essa prática, comum no Alto Vale do Itajaí/SC, é justificada pela lucratividade que o consumo de bebidas proporciona tanto para o estabelecimento quanto para as mulheres.

Safira destacou a falta de segurança nos bares, especialmente na ausência de quartos:

Não tem segurança nenhuma. Tipo assim, é proibido ter o quarto no bar. Pela lei, né? Mas eu já trabalhei em bares que tinham quarto, mesmo sendo ilegal. Pra mim era mais seguro, tá? Porque assim, eu tô ali no bar, eu tô ali por mais que todo mundo esteja bêbado, se eu berrar, tem gente ali. Agora, por exemplo, ali na Florzinha¹². A Florzinha tem aqui em Rio do Sul. Eu trabalhei ali também já. Ela é bem assim... Ah, eu cheguei ali agora e um cliente tá querendo sair comigo. Ela faz ele pagar pelo menos cinco, seis cervejas pra mim pra ele poder me tirar de lá. Porque ela quer ganhar o lucro dela com a bebida. Ela não deixa o cara me pegar pra sair sem beber antes, entendeu? Ela não deixa, isso é proibido (Safira).

Ao narrar suas experiências, Safira reforça o sentimento de insegurança ao sair do bar com clientes: *“Tu tá saindo com o cara bêbado do bar, entendeu? Tu tá indo pra um lugar que o cara pode te levar pro motel ou ele pode te levar pro mato também, bêbado e contigo bêbada também, entendeu? Então é bem mais inseguro nessa questão.”* (Safira). Segundo ela, ao sair do bar, há um tempo limite de uma hora para estar de volta; caso contrário, é cobrada uma multa.

Se a menina está ali no bar trabalhando, ela tem que ficar ali a noite inteira. Então se o cara a tira, ele tem que devolver ela em uma hora. Se ele não devolver, ele tem que pagar multa. Mas a maioria... larga a menina na frente do bar e vai embora depois que acabou, entendeu? Não entra no bar de novo pra beber mais alguma coisa. Aí acaba que às vezes a dona do bar tá meia de lua virada e fala, ah, tu atrasou 20 minutos. Acaba cobrando a multa da menina, nem cobra do cara, porque o cara já foi embora (Safira).

¹² Nome fictício criado pela pesquisadora para preservar a identidade do estabelecimento.

Em alguns bares, o uso de drogas é incentivado como forma de suportar as longas noites de trabalho e aumentar o consumo de bebidas:

Para mim ganhar R\$200, eu tinha que beber 20 cervejas. Então daí... começam a vir pessoas querendo oferecer a cocaína, porque a cocaína ela deixa o álcool... tu consegue beber a noite inteira e tu não fica bêbado por causa da cocaína, entendeu? Vira um ciclo vicioso, vira um ciclo vicioso. [...] A boate é mais droga, alcoolismo (Safira).

O uso constante de substâncias, aliado às exigências do ambiente, fez com que Safira vivenciasse situações de vulnerabilidade e desconforto durante os atendimentos:

A relação sexual, quando tinha, era rara, né? Não era todo dia que tinha, mas quando tinha era sempre assim, com homens bêbados, homens querendo às vezes forçar, homens... a gente querendo forçar que o homem faça alguma coisa porque ele quer pagar por uma coisa que ele não consegue fazer naquele momento. Entendeu? É bem mais complicado para fazer o programa em si (Safira).

Safira também compartilhou uma experiência fora do Alto Vale do Itajaí/SC, em Navegantes/SC, em que teve sua identidade retida pela cafetina e foi cobrada pelos dias trabalhados, evidenciando formas de exploração e controle econômico:

Tem bastante mulher que faz isso, por exemplo, pega a menina de longe, lá de Belém do Pará, paga a passagem da menina, traz a menina pra cá, busca a menina na rodoviária, leva a menina pra boate, a menina já chega na boate devendo. Ela já chega devendo o valor da passagem, tá devendo o valor que come ali, e vai devendo, sabe? Às vezes precisa mandar dinheiro pra filha, que a filha ficou com a mãe, já pegam um adiantamento, e aí, às vezes, a menina acaba ficando trancada ali, devendo, pagando e devendo, pagando e devendo, entendeu? Tem bastante disso também. Por isso que boate, pra mim, é que nem um BR, sabe? A cafetina, ela não tá te protegendo, ela tá te usando (Safira).

Esmeralda relata, com pesar, ter presenciado tragédias envolvendo colegas que, obrigadas a sair com clientes alcoolizados, acabaram sofrendo acidentes fatais: “*Eu já vi muitas amigas minhas morrer do caminho do bar até o motel. Morrer, porque eles estão bêbados, porque... Ela tá na necessidade, ela tá ali pra trabalhar, ela não vai perder dinheiro.*” (Esmeralda).

Para lidar com o consumo de álcool, que sempre foi um desafio pessoal, Esmeralda desenvolveu estratégias para manter a aparência de participação sem prejudicar sua saúde: “*Eu tenho problema com bebida alcoólica porque eu sempre fui muito fraca.*” (Esmeralda). Para lidar com essa limitação, ela combinou com o dono do bar uma forma de manter as aparências sem comprometer sua saúde, substituindo as bebidas alcoólicas por outras semelhantes:

Eles faziam só energético ou só água de coco, só que eles diziam que tinha bebida alcoólica. Eu fingia estar bêbada e tal, e tomava lá 20, 30 doses por noite, né? Só que é tudo... porque eu sempre tive problema com bebida, não consigo aguentar a bebida, nunca consegui. [...] Claro que vai ter cliente chato que vai experimentar, então não custa nada botar um pinguinho, não vai te fazer mal nenhum, entendeu? Bota um pinguinho, combina com o dono ou com quem tá na copa, bota a bordinha que esse vou dar pra ele, pronto. Depois a gente vai lá, troca, finge que derramou um copo, tem toda uma questão. A gente bota vaso perto pra derramar, entende? Tem toda uma questão que a gente pode fazer pra gente não se prejudicar, não perder o foco ali. Que a gente tá ali pra ganhar dinheiro, é o nosso trabalho (Esmeralda).

A participante ainda problematiza a forma como, no Alto Vale do Itajaí/SC, as restrições legais e o medo de fiscalizações acabam aumentando os riscos à integridade física das trabalhadoras:

É só no Alto Vale que tem esse problema de batida, de medo, que não pode fazer no local, que é um erro, eu acho um erro. Ah, tem que ir pra motel. Gente, já vi gente, meninas morrendo na BR, batendo de frente, perdendo a vida de não saber nem quem é a família da menina pra vir buscar o corpo. Triste isso. Tem segurança, segue as regras. Fiscalização de saúde, vai ver como é que tá. Fiscalização da polícia, vai lá fazer batida, ver se tem droga. Se tiver droga, tudo bem. Ai eu acho certo fechar (Esmeralda).

Por fim, ambas relataram que a legalização de espaços destinados à prostituição, com quartos nos próprios estabelecimentos, poderia reduzir os riscos associados à saída com clientes alcoolizados e proporcionar maior segurança, fiscalização e autonomia no exercício da atividade.

4.2.5.3 Casas de Prostituição

Nas chamadas casas de prostituição, observa-se que esses espaços são frequentemente confundidos com bares, já que, em alguns locais, há além dos quartos, ambientes de socialização e venda de bebidas. As participantes relataram que, quando o local é monitorado e livre do uso de drogas, a percepção de segurança é significativamente maior. “*Eu me sentia bem segura. Eu acho que quando não tem droga [...] é o melhor lugar da menina estar hoje em dia. É dentro de uma casa.*” (Esmeralda). Ao relatar sua experiência em uma casa na região do Alto Vale do Itajaí/SC, Ametista reforça a existência de regras rígidas como forma de controle moral:

Eu mesma estava em Rio do Sul, que é uma cidade proibida. A gente não pode se drogar, não pode beber e não pode sair para as baladinhas. Não pode porque a

própria dona do ponto ou da casa que a gente fica proíbe roupas curtas demais, não pode. Você já faz o que faz. Se você ficar mostrando a bunda ou os peitos na rua, eles deixam de te ver como uma trabalhadora e te ver como uma sacanagem (Ametista).

De modo geral, as casas de prostituição oferecem uma maior percepção de segurança quando estruturadas com quartos e normas claras, especialmente na ausência de drogas. Contudo, os códigos de conduta e moralidade acabam por regular o comportamento das trabalhadoras, revelando mecanismos de controle social. A formalização e regulamentação desses espaços poderiam contribuir para a redução de riscos e ampliação da autonomia das profissionais. Nesse sentido, Ametista reflete sobre os benefícios que a regulamentação traria:

A dona da casa, se tivesse essa casa regulamentada, o Estado ia ganhar com os impostos dessa casa. Ia ganhar da minha parte porque eu pagaria também a minha contribuição, mas também me sentiria mais amparada na hora que eu não pudesse trabalhar. Então, quando eu já não pudesse mais trabalhar, eu iria receber minha aposentadoria, iria ter meus direitos. Se acontecer alguma coisa comigo, eu passar uns dias sem poder trabalhar, quem vai me alimentar? Onde é que eu vou morar? Não é? (Ametista).

Rubi, por sua vez, atualmente não atua em casas de prostituição, mas realiza atendimentos por meio de sites e em sua própria residência. Ainda assim, compartilha uma percepção semelhante sobre a necessidade de segurança e apoio institucional:

Eu, na verdade, eu tenho meus meios de me proteger, né? Tenho minha taser, mas... Tipo, em casa de atendimento, onde tem mais meninas, eu acho que devia haver mais essa coisa, o povo votou no apoio, né? Você sabe que tem garota de programa, o governo poderia fornecer, sei lá, segurança pública, né? A menina pagar um valor X pra ter esse cuidado, né? Ter um segurança (Rubi).

Ainda neste, Rubi relatou um episódio de violência ocorrido em uma casa na cidade de Rio do Sul/SC, destacando a vulnerabilidade enfrentada pelas trabalhadoras diante da ausência de proteção efetiva:

O cliente me chamou, eu já olhei e falei, 'não, amor, eu não tô mais atendendo'. Ele falou, 'como não tá atendendo? Ainda são 22 horas, você tem que encerrar às 23 horas'. Eu falei, 'não tô mais atendendo. O cara tem que estar aqui às 22 para encerrar às 23, é regra do meu local'. [...] No outro dia, eu acordei e peguei no telefone, meu celular cheio de mensagem. As meninas falaram: 'Rubi, esse número que te mandou mensagem?'. Eu falei 'sim, ele queria insistir pra vir sair comigo, mas eu não atendi'. 'Então, ele foi lá no Bubu'¹³, esfaqueou a menina lá no Bubu'. Em Rio do Sul, né? Eu achei um absurdo acontecer isso ali, entende? E eu pensei: Pô, se tivesse um segurança lá, não aconteceria isso (Rubi).

¹³ Bubu é um pseudônimo adotado pela pesquisadora, uma vez que a entrevistada revelou o nome do bairro onde ocorreu o assassinato. Para garantir o sigilo e a proteção da identidade, optou-se por utilizar um pseudônimo.

4.2.5.4 Sites de acompanhante

As entrevistadas relataram que, ao atuar por meio de sites de acompanhantes, possuem maior controle sobre sua rotina de trabalho e sobre as condições de atendimento. Para expor seus perfis nas plataformas, elas pagam valores que variam conforme a visibilidade desejada. Quanto maior o investimento, maior o destaque, podendo até mesmo ter uma aba inteira dedicada exclusivamente à profissional. Nos perfis, são estabelecidos os valores e detalhadas as condições do serviço, incluindo o que está incluso e o que é proibido. Esse modelo permite fidelizar clientes, que frequentemente se tornam regulares. “*É normal eles entram lá pelos sites, ou às vezes eles têm o contato social, normalmente são tudo clientela fixas.*” (Rubi). Rubi destacou que seu diferencial está na forma como se relaciona com os clientes, evidenciando que o trabalho sexual envolve também uma dimensão afetiva e de cuidado estratégico:

Eu não consigo me relacionar com os caras se não tiver um contato, entende? Eu tenho meu encanto com todos meus clientes. Com todos meus clientes tenho uma forma de gostar e de atender. Tem cliente que é mais curto e grosso, é secão, aí só coloca a camisinha e vamos. Tem cara que é rapidinho, que vem ali e paga meia hora, mas termina em cinco minutos. Que vem na correria, ‘só quero fazer o amorzinho que eu tô precisando, porque tô sem alguns dias, minha mulher não tava em casa’, enfim, coisas assim, né? Ou ‘a minha mulher não dá’, que é o normal de 99% dos clientes que vem. Então, e tem cliente também que gosta de dizer, ‘hoje eu só quero uma massagem, porque minha mulher me deu um trato bom essa semana’. Ai eu vou lá, só faço uma massagem relaxante e tal, com finalização manual, não faço sexual. Tem cliente que não quer nada relacionado a sexo, só vem pra massagem. Tem vários tipos de cliente, mas assim, ele já sabe o valor (Rubi).

Além disso, as profissionais relatam autonomia para decidir se atendem ou não determinado cliente, podendo manter o perfil online ou offline de acordo com sua conveniência. Antes de qualquer encontro, os clientes entram em contato via telefone ou mensagens profissionais, permitindo que as trabalhadoras adotem estratégias de segurança, como verificação prévia de identidade e escolha do local de atendimento:

Eu peço foto do cliente antes, se ele quiser vir aqui, entendeu? Eu posso pedir a foto, nem que seja de visualização única. Eu tenho uma câmera na frente da minha casa também, caso aconteça alguma coisa comigo, dá pra ver quem foi a última pessoa. Eu me governo, eu me mando, sabe? Isso é muito seguro. [...] Se é cliente que eu já saí, que eu conheço, eu deixo vir na minha casa. Daí não precisa pagar um motel, pode tomar banho aqui em casa. Eu faço aqui em casa, né? Mas quando é cliente que eu não conheço, nunca vi na vida, eu prefiro marcar no motel. Como eu tenho carro, eu encontro ele no motel, sabe? Porque eu nunca vi, eu não conheço o cliente. Então é uma segurança que eu tenho, né? (Safira).

Rubi também enfatizou que medidas de proteção pessoal, como portar uma taser, e o estabelecimento de limites claros, são essenciais para prevenir situações de desrespeito ou violência: *“No meu trabalho, não posso reclamar porque eu não dou entrada para um cara ser desrespeitoso comigo, sabe? [...] eu já pego e desligo o telefone.”* (Rubi).

Esses relatos evidenciam que o trabalho por meio de sites de acompanhante proporciona às profissionais maior autonomia, controle sobre os clientes e segurança, permitindo que negociem as condições de atendimento e implementem estratégias de proteção individual. A flexibilidade e o planejamento estratégico do trabalho, aliados à fidelização de clientes, reforçam o caráter profissional e autônomo da atuação das mulheres nesse contexto. Além disso, essa modalidade de trabalho não impõe o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, como frequentemente ocorre em bares, o que contribui para a preservação da saúde e da autonomia das trabalhadoras. Outro aspecto relevante é que o lucro obtido é integralmente delas, sem necessidade de repasse a intermediários, o que amplia a independência financeira e o controle sobre sua própria atividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revelou-se de grande relevância ao oferecer voz a mulheres que, historicamente, foram marginalizadas e silenciadas pela sociedade. Durante o processo de aproximação com as participantes, observou-se que muitas das indicadas que optaram por não participar expressaram receio, medo do julgamento e a sensação de invasão de um espaço já marcado por feridas e experiências dolorosas. Ainda assim, quatro mulheres aceitaram compartilhar suas histórias, contribuindo de forma profunda e significativa para a compreensão de suas vivências dentro da prostituição.

Todos os objetivos e o problema de pesquisa “*Quais as vivências das mulheres que exercem a prostituição levando em consideração os estigmas e as estratégias para lidar com as dificuldades?*” foram contemplados ao longo da análise dos resultados. Cada objetivo específico dialogou com o outro, que, somados, permitem compreender a complexidade e a profundidade de suas trajetórias.

Pode-se perceber que, nesta pesquisa, um objetivo complementa o outro, e, a cada etapa, foi possível abarcar e compreender mais amplamente as experiências das participantes. Assim, evidenciou-se a complexidade de suas trajetórias, marcadas pela subjetividade de cada vivência. Os caminhos que as conduziram à prostituição, bem como suas experiências pessoais, são diversos, mas o motivo que as levou a permanecer nessa atividade foi semelhante: o dinheiro. A busca por melhores condições de vida, por autonomia e pela possibilidade de transformação de suas realidades aparece como um fator decisivo (Objetivo a). Entretanto, o peso das primeiras experiências não se apagou. A construção social de “mulher ideal” e o estigma associado à prostituição permaneceram presentes, revelando vivências dolorosas e sentimento de culpa, nojo e perda após as suas primeiras experiências. A perda de uma imagem idealizada de si mesmas. Trata-se de um processo de autojulgamento moldado por valores sociais internalizados, que agora pesam sobre suas próprias percepções construídas ao longo de perspectivas sociais e identidades (Objetivo b).

Após aprenderem a lidar com a ambiguidade desses sentimentos, novos desafios continuaram a emergir, exigindo delas o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento frente ao estigma social, à violência estrutural e à precariedade das condições de trabalho. As redes de apoio mostraram-se fundamentais na trajetória de cada uma, compostas por familiares, colegas de profissão e, em alguns casos, por clientes de confiança. Constituído pilares para o fortalecimento emocional, a manutenção da

autoestima e a afirmação da identidade. Essas redes possibilitam um sentimento de pertencimento sem julgamentos, um espaço de acolhimento e reconhecimento de quem são verdadeiramente (Objetivo c).

Outro ponto de destaque foi a ausência de políticas públicas, programas de saúde específicos e projetos sociais voltados a essa população. Os relatos apontam que, para acessar serviços de saúde ou segurança, essas mulheres precisam agir por iniciativa própria, o que as expõe a situações de discriminação e negligência. As participantes sugeriram ações educativas, campanhas de saúde e medidas de proteção que possam ampliar o acolhimento e a inclusão social, reforçando a necessidade de políticas intersetoriais que considerem a complexidade e os direitos das trabalhadoras sexuais (Objetivo d).

Também se evidenciaram riscos e estratégias de autoproteção e negociação, que variam conforme a modalidade de atuação. Nos bares, enfrentam pressões para o consumo de álcool, o que pode levar ao vício e a recorrer ao uso de cocaína como estratégia para cortar o efeito da bebida e manter o desempenho, dependendo de normas informais para reduzir riscos. Nas casas de prostituição, regras rígidas e a ausência de drogas contribuem para uma sensação maior de segurança, ainda que sob controle moral. Nos sites, a atuação online proporciona autonomia, planejamento e segurança; já nas ruas, a vulnerabilidade é mais evidente, exigindo criatividade, alianças estratégicas e experiências práticas para sobreviver aos perigos físicos e simbólicos. Esse panorama demonstra que a prostituição constitui um campo de saberes construídos na prática, no qual resistência e autonomia se manifestam como formas de enfrentamento à violência estrutural. Cada uma construiu modos singulares de atuação e, com base em suas vivências, pôde escolher onde preferia exercer sua atividade (bares, sites, casas ou ruas), adaptando-se e criando estratégias diante das situações cotidianas: uma palavra mais firme, o diálogo prévio com motéis para que fiquem de prontidão, a instalação de câmeras em casa ou a manutenção de objetos de segurança, como uma taser (Objetivo e).

Essa pesquisa, ainda que marcada pela baixa adesão, revelou-se profundamente significativa ao permitir que vozes tantas vezes silenciadas encontrassem espaço para serem ouvidas com acolhimento, empatia e respeito. Cada relato trouxe à tona não apenas vivências individuais, mas também o reflexo de uma história coletiva de resistência, marcada pela luta cotidiana por dignidade e reconhecimento. Observa-se, entretanto, uma escassez de pesquisas na área, especialmente aquelas que abordem a prostituição a partir de uma perspectiva humanizada e centrada nas experiências das próprias mulheres. Nesse

sentido, reconhece-se que há aspectos que podem ser ampliados em investigações futuras, como o aprofundamento das relações entre vulnerabilidade social e saúde mental, as formas de apoio institucional às mulheres que atuam na prostituição e as estratégias de enfrentamento em diferentes contextos regionais. Assim, este estudo se configura como um ponto de partida, abrindo caminhos para novas produções que contribuam para ampliar o olhar e o reconhecimento social sobre as mulheres que exercem a prostituição.

As participantes expressaram o desejo de que a prostituição seja reconhecida não apenas como uma atividade legítima perante a lei ou incluída como ocupação formal, mas como uma profissão que encontre respaldo e respeito nos diversos âmbitos sociais, especialmente na saúde, na assistência social e no direito. Para elas, esse reconhecimento ultrapassa a dimensão jurídica, envolvendo também a garantia de condições dignas de trabalho, segurança e autonomia. Além disso, apontaram para a urgência de projetos e políticas públicas que abram caminhos, ampliem possibilidades e permitam que novas realidades possam ser sonhadas e construídas.

Que estas vozes, vindas das ruas, dos bares, das casas e dos silêncios, possam ecoar para além das margens e inspirar uma sociedade mais justa, sensível e humana. Uma sociedade capaz de reconhecer nelas não apenas mulheres em situação de prostituição, mas mulheres com história, saberes e coragem, que desafiam os limites impostos pela exclusão e reafirmam, todos os dias, o direito de existir.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Luiza Macedo. A construção histórica da sexualidade. In: RIBEIRO, Marcos (Org.) **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais da saúde**. São Paulo: Editora Gente, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Pesquisa Fenomenológica em Educação: Possibilidades e desafios. **Paradigma**, São Paulo: Cortez, 2020.
- _____. **Pesquisa qualitativa segundo a abordagem fenomenológica**. São Paulo: Vozes, 2011.
- BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods e Research**, Beverly Hills, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.
- BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula da. “Amor um real por minuto: A prostituição como atividade econômica no Brasil urbano”. In: CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. **Sexualidade e política na América Latina: Histórias, interseções e paradoxos**. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, 2011, p. 192 - 233.
- BORBA, Maria Eduarda Aires Guimarães Figueiredo. **Além do sexo: Realidade da prostituição no Brasil**. Goiânia: Vieira, 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Carta Circular nº 1, de 3 de março de 2021**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/cartas-circulares/carta-circular-no-1-de-3-de-marco-de-2021.pdf/view>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Manual do pesquisador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/plataforma-brasil/manuais/manual-do-pesquisador-versao-3.8/view>. Acesso em: 10 maio 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://>

[//www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 Novembro de 2024.

FERNANDES, Daniela. **Número de pessoas que se prostituem no mundo poderia chegar a 42 milhões.** Paris, 2012. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120118_prostituicao_df_is#:~:text=Mais%20de%2040%20milh%C3%B5es%20de,entre%2013%20e%2025%20anos. Acesso em: 20, fev. 2025.

FERREIRA, Rita de Cássia C. **Psicologia Social e Comunitária - Fundamentos, Intervenções e Transformações**. Rio de Janeiro: Érica, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536521312/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

FONTANELLA, Bruno José da Silva; RICAS, Juliana; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, p. 588–594, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3bsWNzMMdvYthrNCXmY9kJQ/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIORGI, Amedeo. The descriptive phenomenological psychological method. **Journal of Phenomenological Psychology**, v. 40, p. 1-18, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. São Paulo: Guanabara, 2004. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman.erving.estigma_notassobrea_manipulacaoidentidadedeteriorada.pdf. Acesso em: 03 Setembro de 2024.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUIMARÃES, Roberto Mendes. **Prostituição: patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas**. São Paulo, 2007. 287 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Disponível em: https://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/31_05_2010_20_24_51_43.pdf. Acesso em: 03 Setembro de 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LANE, Silvia. T. Meurer. **O que é Psicologia Social**. Coleção Primeiros Passos, n. 39. São Paulo: Brasiliense, 2009.

LOPES, Daiane Duarte; NASCIMENTO, Caroline Gonçalves; COLETTA, Eliane Dalla, **Psicologia Social**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTALVÃO, Sérgio Aguiar. O mito da prostituição na antiga mesopotâmia: uma dissociação de seus respectivos “papeis” da sexualização. 2020. v. 18, n. 2, 478-501.

Caminhos, Goiânia. 2019. Disponível em:

<file:///C:/Users/55479/Downloads/seer,+478-501.pdf>

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar:** A utopia da cidade disciplinar. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

APÊNDICES
APÊNDICE A

Convite para mulheres

que exercem ou exerceram como profissionais do sexo e desejam participar da Pesquisa de Conclusão de Curso de Psicologia

O objetivo da pesquisa é investigar as vivências das mulheres que exercem a prostituição levando em consideração os estigmas e as estratégias para lidar com as dificuldades

Para participar da pesquisa é necessário ter mais de 21 anos, que se reconheçam como mulheres (cisgênero ou transgênero) que atuam ou já atuaram como profissionais do sexo, por pelo menos 6 (seis) meses na região do Alto Vale do Itajaí (SC).

Todos os dados são mantidos em sigilo conforme os princípios éticos da pesquisa.

✉ Contatos:

✉ camila.battistella@unidavi.edu.br

☎ (47) 98808-1719 (WhatsApp)

APÊNDICE B

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Identificação:
Idade:
Estado civil:
Filho(a):
Tempo de exercício da prostituição/Período-Ano:
Preço médio:
Tempo médio:

1. Como foi a decisão de iniciar a prostituição? O que a levou a tomar essa decisão?
2. Como começou sua trajetória na prostituição e como tem sido essa experiência para você?
3. Você se sustenta através de alguma outra fonte além da prostituição? Se sim, explique.
4. Quais são (eram) suas vivências diárias? Como é (era) sua rotina?
5. Qual o valor e tempo médio que você cobrava?
6. Utilizava algum nome fictício?
7. Quais os desafios enfrentados no seu dia a dia, tanto no trabalho quanto fora dele?
8. Quais são as emoções que você sente no seu trabalho?
9. Existe algum aspecto da prostituição que você considere positivo? Se sim, quais?
10. Existem momentos ou situações específicas no seu trabalho que marcaram você emocionalmente, de forma positiva ou negativa?
11. O que, para você, seria essencial para se sentir mais acolhida emocionalmente?
12. Quais estratégias você utiliza para lidar com os momentos emocionais mais desafiadores?
13. Quais são suas maiores fontes de força e motivação no enfrentamento das dificuldades?
14. Que tipo de apoio ou recurso foi mais importante para você superar momentos difíceis?
15. Como são suas vivências familiares e sociais?
16. Sua família sabe sobre o seu trabalho? Você se sente apoiada por sua família?
17. Você tem um relacionamento estável? Se sim, há quanto tempo está nesse relacionamento?

18. A pessoa com quem você se relaciona tem conhecimento sobre a sua atividade profissional? Como você comunicou isso a ela?
19. Você tem filhos? Se sim, quantos e quais as idades deles?
20. Algum desses filhos é fruto de uma relação vinculada ao seu trabalho na prostituição? Se sim, o pai da criança teve conhecimento?
21. Que tipo de apoio você sente que mais falta para mulheres que exercem a prostituição?
22. Em qual ambiente ou com quem você se sente mais seguro e respeitada?
23. Você sente que tem acesso suficiente a serviços de saúde, apoio jurídico? O que poderia melhorar?
24. O que você acredita que falta por parte do poder público para garantir dignidade e segurança no seu dia a dia?
25. Você acredita que a regulamentação da sua atividade profissional faria alguma diferença na sua vida? De que forma?
26. O que você mais gostaria que as pessoas soubessem sobre a sua realidade?
27. Você já realizou algum processo psicoterapêutico? Se sim, como foi?

ANEXOS**ANEXO A****CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO
DO ALTO VALE DO ITAJAÍ**

PROPPEX – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**VOZES SILENCIADAS: UM ESTUDO SOBRE AS VIVÊNCIAS DE
MULHERES QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO E A BUSCA POR
HUMANIZAÇÃO**

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Obrigada pela atenção, compreensão e apoio.

Eu, _____ residente e domiciliada _____, portadora da Carteira de Identidade, RG nº _____ nascida em ____/____/_____, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário da pesquisa **VOZES SILENCIADAS: UM ESTUDO SOBRE AS VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO E A BUSCA POR HUMANIZAÇÃO**. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que:

1. O objetivo desta pesquisa investigar as vivências das mulheres que exercem a prostituição levando em consideração os estigmas e as estratégias para lidar com as dificuldades.
2. A pesquisa é importante de ser realizada, pois poderá possibilitar uma compreensão mais profunda sobre as vivências, resistências e sentidos que, ao longo da história, foram invisibilizados. Espera-se que este estudo amplie o olhar da sociedade, dos profissionais da saúde, promovendo uma escuta mais humanizada e menos marcada por estigmas. Além disso, os resultados poderão contribuir com a construção de práticas e políticas públicas que respeitem os direitos, a dignidade e a subjetividade das participantes, oferecendo dados importantes para reflexões interdisciplinares e para o desenvolvimento de ações mais sensíveis e eficazes.
3. Participarão da pesquisa os indivíduos que atenderem aos seguintes critérios de inclusão mulheres adultas, com idade igual ou superior a 21 anos, que se reconheçam como mulheres (cisgênero ou transgênero), que atuaram na prostituição na região do Alto Vale do Itajaí (SC). Além disso, é necessário que tenham exercido a prostituição por no mínimo seis meses e manifestem disponibilidade e consentimento voluntário para participar das entrevistas, garantindo uma escuta ética e respeitosa de suas vivências.
4. Para conseguir os resultados desejados, a pesquisa será realizada por meio de entrevistas individuais, utilizando um roteiro semiestruturado composto por 27 perguntas abertas, permitindo às participantes expressarem livremente suas vivências, percepções e sentimentos relacionados a prostituição. As entrevistas terão duração aproximada de 50 minutos, sendo realizadas em local previamente combinado com a participante, que garanta privacidade, conforto e segurança. A coleta de dados será feita por meio de gravação de áudio (com autorização prévia), seguida de transcrição integral para posterior análise fenomenológica.
5. A pesquisa apresenta risco, sendo considerado o constrangimento diante das perguntas e respostas. Para isso, se existir a possibilidade de a senhora não se sentir confortável com a continuidade da entrevista esta será encerrada neste momento. A fim de minimizar os riscos, será garantido o anonimato e confidencialidade das informações das participantes que responderem a entrevista, os nomes das respectivas entrevistadas serão substituídas por pseudônimos e estas pessoas poderão cancelar sua participação na pesquisa a

qualquer momento. Garantimos que a sua participação não trará riscos a sua integridade física, podendo apenas trazer algum desconforto emocional diante da abordagem do tema, advindo da lembrança de aspectos que podem ter sido difíceis.

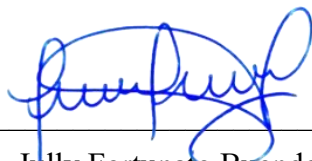
6. A pesquisa é importante de ser realizada, pois deve trazer como benefício a visibilidade dessas mulheres, oferecendo a elas um espaço de escuta onde possam ter suas vozes reconhecidas. Ao valorizar suas experiências, o estudo contribui para a desconstrução de estigmas e preconceitos historicamente associados a essa população. Os resultados deste estudo poderão contribuir para o aumento do conhecimento sobre a realidade das mulheres em situação de prostituição, promovendo reflexões e mudanças nas práticas sociais e profissionais, especialmente no campo da saúde e da assistência social.
7. Se houver algum problema ou necessidade, ou caso ocorra qualquer desconforto, a entrevista poderá ser interrompida para que seja realizada uma escuta atenta das razões que estejam gerando esse sentimento. A retomada da entrevista ocorrerá somente quando você se sentir à vontade para continuar, ou, caso prefira, poderá optar pelo cancelamento definitivo da mesma.
8. A pesquisadora, estudante da décima fase do curso de Psicologia, está habilitada para realizar o acolhimento psicológico inicial e fornecer suporte emocional durante a entrevista, caso necessário. No entanto, a pesquisadora poderá avaliar a necessidade de encaminhamento para acompanhamento psicológico gratuito junto à Clínica Escola da UNIDAVI – NEAP. Se eu julgar necessário, a entrevista poderá ser suspensa por tempo indeterminado, até que eu me sinta emocionalmente preparada para prosseguir ou decida pela sua não continuidade definitiva.
8. Se, no transcorrer da pesquisa, eu tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar posso procurar a Jully Fortunato Buendgens responsável pela pesquisa no telefone (48) 99643-8899, ou no endereço Rua São Francisco, 131 – Bairro: Centro, Piçarras - SC, CEP 88380-000.
9. Caso venha a surgir alguma dúvida ou necessidade de mais informações em relação à pesquisa ou ainda, no caso da disposição em revogar sua participação, poderá entrar em contato pelos telefones ou e-mails: Jully Fortunato Buendgens, e-mail: jully@unidavi.edu.br; (48) 99643-8899.
10. A participação é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento pela entrevistada.

11. Tenho a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo a minha saúde ou bem-estar físico.
12. As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados pessoais não serão mencionados. Serão utilizados nomes fictícios, respeitando os princípios contidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Posteriormente, as informações serão organizadas, analisadas, divulgadas e publicadas.
13. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa diretamente com a pesquisadora assistente por meio do e-mail: camila.battistella@unidavi.edu.br.
14. Não receberei nenhuma indenização para participar desta pesquisa.
15. Caso necessite de atendimento psicológico no Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia – NEAP, os custos de deslocamento até a clínica serão integralmente ressarcidos pela pesquisadora.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecida pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar (ou que meu dependente legal participe) desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Rio do Sul, 13 de maio de 2025.

Assinatura da participante da pesquisa



Jully Fortunato Buendgens

Pesquisador responsável

Camila Iris Battistella

Camila Iris Battistella

Pesquisador assistente

Responsável pelo projeto: Jully Fortunato Buendgens, – Professora e Psicóloga – CRP N° 12/11165. Endereço para contato: Rua São Francisco, 131 - Centro, Balneário Piçarras – SC, CEP 88380-000. Telefone para contato: (48) 99643-8899; E-mail: jully@unidavi.edu.br.

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da UNIDAVI: Rua Dr. Guilherme Gemballa,13 – Caixa Postal 193 - Centro –CEP 89.160-000 – Rio do Sul - PROPPEX - Telefone para contato: (47) 3531- 6026. etica@unidavi.edu.br.

ANEXO B**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ**

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “Vozes silenciadas: um estudo sobre as vivências de mulheres que exercem a prostituição e a busca por humanização” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, a pesquisadora Jully Fortunato Buendgens e Camila Iris Battistella a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

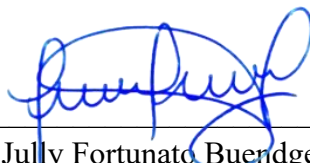
Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso das pesquisadoras acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. Pelo presente instrumento autorizo – por tempo indeterminado, a exibição e utilização de voz e todo o conteúdo gerado por mim para fins de produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Psicologia da UNIDAVI.
2. O AUTORIZANTE permite ao AUTORIZADO utilizar sua voz (áudio) em todo o material criado em meio impresso, analógico ou digital tais como: jornal, revista, site de notícias, TV, CD, DVDs, rádio, fotografias, vídeos, bem como sua disseminação via Internet, sem limitação de tempo ou do número de inserções/exibições, em território nacional, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais);
3. Poderei ler a transcrição de minha gravação;
4. Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
5. Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
6. Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;

7. Os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora coordenadora da pesquisa Jully Fortunato Buendgens, e após esse período, serão destruídos.
8. Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Rio do Sul, 13 de maio de 2025.

Assinatura do participante da pesquisa



Jully Fortunato Buendgens

Pesquisador responsável



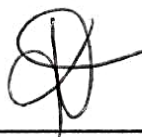
Camila Iris Battistella

Pesquisador assistente

ANEXO C**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo para devido fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal do Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia – NEAP tomei conhecimento do projeto **“VOZES SILENCIADAS: UM ESTUDO SOBRE AS VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO E A BUSCA POR HUMANIZAÇÃO”**, que sejam feitos os encaminhamentos necessários caso ocorra algum dano emocional decorrente da pesquisa citada.

Rio do Sul, 13/05/2025.



Katia Gonçalves dos Santos
Coordenadora do NEAP

Katia Gonçalves dos Santos
Coordenadora da Clínica
de Psicologia - NEAP
CRP - 12/16641

ANEXO D

**TERMO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS PARA COLETA DE DADOS DE PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS**

Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 466/12 e suas complementares no desenvolvimento do projeto de pesquisa “**VOZES SILENCIADAS: UM ESTUDO SOBRE AS VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO E A BUSCA POR HUMANIZAÇÃO**”, cujo objetivo é investigar as vivências das mulheres que exercem a prostituição levando em consideração os estigmas e as estratégias para lidar com as dificuldades, assim como afirmo que os dados descritos no protocolo serão obtidos em absoluto sigilo e utilizados apenas para os fins especificados no protocolo aprovado pelo Comitê de Ética.

Rio do Sul, 13 de maio de 2025.

Jully Fortunato Buendgens

Pesquisador responsável

Camila Iris Battistella

Pesquisador assistente

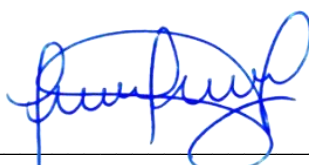


TERMO DE COMPROMISSO DA EQUIPE DE PESQUISA

Nós, abaixo assinados, declaramos que o documento nominado como “Projeto Detalhado” referente ao Projeto de Pesquisa “**VOZES SILENCIADAS: UM ESTUDO SOBRE AS VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO E A BUSCA POR HUMANIZAÇÃO**”, cujo objetivo é investigar as vivências das mulheres que exercem a prostituição levando em consideração os estigmas e as estratégias para lidar com as dificuldades, anexado por nós na Plataforma Brasil, possui conteúdo idêntico ao que foi preenchido nos campos disponíveis na própria Plataforma Brasil.

Portanto, para fins de análise pelo Comitê de Ética, a versão do Projeto gerada automaticamente pela Plataforma Brasil no formato “PDF”, intitulada “PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO”, terá o conteúdo idêntico à versão do Projeto anexada por nós pesquisadores.

Rio do Sul, 13 de maio de 2025.



Jully Fortunato Buendgens

Pesquisador responsável




Camila Iris Battistella

Pesquisador assistente

ANEXO F**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO**

Autorizo para devido fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal do Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia — NEAP autorizo, para os devidos fins e efeitos legais, a utilização do referido Núcleo como espaço de entrevista institucional à pesquisa intitulada: **"VOZES SILENCIADAS: UM ESTUDO SOBRE AS VIVÊNCIAS DE MULHERES QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO E A BUSCA POR HUMANIZAÇÃO"**. Esta autorização visa contribuir com a condução ética, responsável e humanizada da pesquisa, resguardando o bem-estar e os direitos das participantes.



Katia Gonçalves dos Santos
Coordenadora do NEAP

Katia Gonçalves dos Santos
Coordenadora da Clínica
de Psicologia - NEAP
CRP - 12/16641

ANEXO G

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA BANCA DE QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
DE PESQUISA EM PSICOLOGIA II**

Por este Termo de Acordo, a (o) professora(or)
Jully Fortunata Buendgens autoriza a(o) aluna (o)
Camila Iris Battistella, regularmente matriculada(o) no curso
de Psicologia da UNIDAVI, para sua apresentação de sua Pesquisa em Psicologia II, sobre
o seguinte tema:

Vozes silenciadas: um estudo sobre as experiências de
mulheres que vivem a prostituição e a busca por
humanização.

Rio do Sul, 04 de março de 2025.

Jully Fortunata Buendgens
Orientadora(or)

Camila Iris Battistella
Orientanda(o)